

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Urânia Teixeira Amaral

**Memória e Mobilidade do Trabalho no povoado de Itaipu, Município de
Vitória da Conquista-BA**

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Urânia Teixeira Amaral

**Memória e Mobilidade do Trabalho no povoado de Itaipu, Município de
Vitória da Conquista-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação;

Orientador: Prof. Dr. Ana Elizabeth Santos Alves.

Vitória da Conquista
Fevereiro de 2016

Teixeira Amaral, Urânia
AM485m Memória e Mobilidade do Trabalho no povoado de Itaipu, Município de Vitória da Conquista-BA; Orientador: Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves, Urânia Teixeira Amaral- Vitória da Conquista, 2016.
116 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Memória. 2. Mobilidade do trabalho. 3. Espaço social. 4. Lugar. I. Santos Alves, Ana Elizabeth. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Memória e Mobilidade do Trabalho no povoado de Itaipu, Município de Vitória da Conquista-BA.

Título em inglês: Memory and Labor Mobility in the village of Itaipu that is part of the Municipality of Vitoria da Conquista, Bahia.

Palavras-chaves em inglês: Social space. Memory. Labor mobility. Place.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof^a. Dr^a. Ana Elizabeth Santos Alves (Orientadora), Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (titular), Prof^a. Dr^a. Mara Regina Martins Jacomeli (titular).

Data da Defesa: 16 de Fevereiro de 2016

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Urânia Teixeira Amaral

Memória e mobilidade do trabalho no povoado de Itaipu, município de Vitória da Conquista-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 16 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:Profª. Dra. Ana Elizabeth Sarcos Alves (Presidente)
Instituição: UFSBAss.: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESBAss.: Profª. Dra. Mara Regina Martins Jacomelli
Instituição: UNICAMPAss.: 

AGRADECIMENTOS

À **Deus**, por ter dado inspiração e direção em todo processo de construção da dissertação.

Ao meu digníssimo esposo, **Carlos Cristofer**, pela disponibilidade em corroborar com a execução das pesquisas de campo e por se fazer presente nos momentos difíceis.

Aos meus familiares: **Arli** e **Luciene**, pelo apoio e aconselhamentos, as irmãs **Pate** e **Noni** pelo carinho.

Agradeço a **Noni**, especificamente pelas contribuições acadêmicas, imensamente grata.

Ao **Programa de Pós-graduação em Memória: linguagem e sociedade** por ter dado base teórica para construção da dissertação.

A **FAPESB** por ter concedido bolsa durante um determinado período da pesquisa. (01/10/2015 à 16/02/2016)

A **UESB** por ter concedido bolsa de Abril de 2014 à Abril de 2015.

À orientadora da pesquisa, professora **Ana Elizabeth**, por ter sido tão atenciosa e assídua nas orientações, a qual cumpriu seu papel com excelência, sendo também compreensiva nos momentos corriqueiros, os quais o tempo era reduzido.

À professora **Miriam Clea** pelo esforço em contribuir com o desenvolvimento da pesquisa com seus conhecimentos da Geografia.

À professora **Geisa** e o professor **João Diógenes** pelo esforço em corrigir a dissertação e oferecer sugestões essenciais no processo de qualificação.

A professora **Mara** por ter se disponibilizado em participar da banca de defesa da dissertação.

À professora, amiga e mãe espiritual, **Nereida**, a qual deu total incentivo na escolha do mestrado e sempre aconselhou nas vicissitudes encontradas. Aproveito este momento para agradecer a todos os irmãos (**igreja**), pelos quais estiveram orando em todo tempo pela concretização do presente trabalho.

RESUMO

Esta dissertação objetiva entender a expressão da mobilidade do trabalho na memória dos trabalhadores do povoado de Itaipu pertencente ao distrito de José Gonçalves, situado no Município de Vitória da Conquista- Bahia, e os processos que articulam a produção e a reprodução da força de trabalho. Os moradores do povoado carregam uma memória do passado que vivenciaram nas relações de trabalho, já que eram forçados a saírem de suas terras e ir trabalhar em fazendas no seu entorno, em regiões circunvizinhas ou até mesmo em lugares distantes como São Paulo. A luta pela sobrevivência conduz essa mobilidade do trabalho, tendo em vista as estratégias do capital em atrair força de trabalho para lugares de seu interesse. Isso é percebido pela expressão da memória que os moradores têm dessa mobilidade. Neste contexto serão abordadas as questões seguintes: Quais as contradições resultantes da mobilidade do trabalho considerando a memória dos trabalhadores? Como a memória dos mesmos foi construída ao longo do tempo e qual a sua relação com o contexto socioespacial do lugar? De que forma as forças produtivas do capital interferem neste espaço social e na vivência dos moradores, tendo em vista a mobilidade do trabalho? Serão destrinchadas as categorias de análise: memória, espaço e lugar, articulados pelo eixo mobilidade do trabalho, a fim de esclarecer tais questões e compreender as transformações ocorridas neste espaço, as quais são reflexo das relações de trabalho entre trabalhadores (diaristas, meeiros), pequenos agricultores e fazendeiros construídas ao longo de um processo histórico. Sobre os procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas com um representante de cada família com um roteiro semiestruturado, a fim de que por meio das narrativas a memória destes grupos fosse evidenciada.

Palavras-Chave: Memória. Mobilidade do trabalho. Espaço social. Lugar.

ABSTRACT

This dissertation portrays the expression of labor mobility in the memory of village workers from Itaipu, that is in José Gonçalves district, located in the city of Vitória da Conquista-Bahia, and the processes that articulate the production and reproduction of the labor force. The villagers carry a memory of the past who lived in their labor relations, since they were forced to leave their lands and go to work on farms in the surrounding area, in neighboring regions or even as far away as Sao Paulo. The struggle for survival influences that labor mobility, considering the capital strategies in attracting labor to places of its interest. This is perceived by the expression of memory that the locals have about mobility. In this context, the following questions will be presented: What contradictions are resulted from labor mobility considering the memory of the workers? How their memory has been built over time and what is its relationship with the socio-spatial context of that place? How the productive forces of capital interfere in this social space and in the living of residents either, considering the labor mobility? In the paper will be detailed the categories of analysis: memory, space and place, articulated by the labor mobility, in order to clarify these issues and understand the changes occurring in this area over a historical process, which are a reflection of labor relations between workers (day laborers, sharecroppers) small farmers and farmers. For methodological procedure it was made interviews conducted in a structured script, in which a representative of each family spoke, so that through narratives the memory of these groups were highlighted.

Keywords: Labor mobility. Memory . Place . Social space.

“A memória aproxima, faz mover | retroceder o tempo. É o campo do irreduzível, é o que permite ao passado aproximar. Enquanto há o que recordar, o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade cambiante que significa uma ausência em presença” (LEFEBVRE, 1983, p. 63).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01:** Mapa de Localização do povoado de Itaipu-BA.
- Figura 02:** Localização do povoado de Itaipu em relação as cidades circunvizinhas.
- Figura 03:** Imagem de satélite demonstrando a extensão da área do povoado.
- Figura 04:** Pavilhão onde eram realizadas as festas da bandeira.
- Figura 05:** Dona Clemência fazendo suas costuras em frente sua casa (94 anos).
- Figura 06:** Posto de saúde-Itaipu.
- Figura 07:** Inauguração da ampliação do Posto de saúde-Itaipu.
- Figuras 08 e 09:** Escola Municipal Leopoldo Miguez- Itaipu.
- Figura 10:** Casa de farinha comunitária- Itaipu.
- Figura 11:** Mercado Dois Irmãos situado no centro do povoado de Itaipu.
- Figura 12:** Sr. Idalino em frente sua casa.
- Figura 13:** Sr. Gilvam na casa da mãe em Itaipu.
- Figura 14:** Paisagem do povoado demonstrando a proximidade entre as casas.
- Figura 15:** Sr Manuel e sua esposa em frente sua casa.
- Figura 17:** Paisagem da pedreira em Itaipu.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PSD- Partido Social Democrático.

CEASA- Central de abastecimento.

EMBASA- Empresa Baiana de Águas e Saneamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 APORTES TEÓRICOS SOBRE MEMÓRIA, ESPAÇO, LUGAR E MOBILIDADE DO TRABALHO	22
2.2 A MEMÓRIA COLETIVA	22
2.3 O ESPAÇO TRANSFORMADO PELAS RELAÇÕES SOCIAIS E AÇÕES HUMANAS	24
2.3 LUGAR E ESPAÇO: CONCEITOS E TEMAS	27
2.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO ASSOCIADA À MOBILIDADE DO CAPITAL... ..	29
3 A MEMÓRIA DO TRABALHO NA CONFIGURAÇÃO DA HISTÓRIA DO POVOADO DE ITAIPU	34
3.1 A HISTÓRIA DO POVOADO CONSTRUÍDA A PARTIR DA EXPRESSÃO DA MEMÓRIA DOS MORADORES	34
3.2 A MEMÓRIA DA PRÁTICA DO TROPEIRISMO NO POVOADO	41
3.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FAMILIAR COMO ELEMENTO PROPULSOR DAS FORÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL	47
3.4 A MEMÓRIA E AS RELAÇÕES SOCIAIS NO POVOADO DE ITAIPU.	53
3.5 A RELAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DOS GRUPOS FAMILIARES DE ITAIPU COM O TRABALHO	59
4 AS IMPLICAÇÕES DA MOBILIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE ITAIPU	62
4.1 A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR TEMPORÁRIO	62
4.2 A MOBILIDADE DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE ITAIPU	64
4.2.1 Partir ou ficar? A mobilidade para a metrópole paulista	67
4.2.2 As relações de trabalho entre diaristas e meeiros com os pequenos agricultores na produção agrícola e nas casas de farinha	78
4.2.3 A mobilidade do trabalho para colheita de café em regiões circunvizinhas ao povoado	85
4.2.4 As formas de subordinação do pequeno agricultor ao capital	88
4.3 OUTRAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NO POVOADO	91
4.4 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESPAÇO: AS MEMÓRIAS	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS:	104
APÊNDICE A: QUADRO DOS ENTREVISTADOS	108
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS	110
APÊNDICE C: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO E/OU DE IMAGEM	114
APÊNDICE D: QUADRO DE PEQUENOS AGRICULTORES	115

1 INTRODUÇÃO

O tema primordial deste trabalho é a memória da mobilidade do trabalho dos moradores do povoado de Itaipu, pertencente ao distrito de José Gonçalves, situado no Município de Vitória da Conquista- Bahia, localizado (**figura 01**) entre as cidades de Vitória da Conquista e Planalto (**figura 02**). Itaipu está a 36 km da sede municipal e a 7 km da BR 116, e, pode também definir-se como uma comunidade rural, espaço onde vivem famílias numerosas, caracterizado por uma ruralidade explícita na paisagem observada (**figura 03**).

Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (SEI) - 2015, a definição de povoado refere-se a um aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), sendo que os moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Esse local caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos (um posto de saúde, duas escolas municipais, dois mercados) para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas. O povoado de Itaipu possui uma população de 379 habitantes, com 187 homens e 192 mulheres; possui 140 domicílios, sendo que 106 estão ocupados, de acordo com o Censo Demográfico, de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE).

A pesquisa que ora se lhes expõe parte das observações do campo empírico, bem como do arcabouço teórico para compreensão das questões envolvidas no povoado de Itaipu.

As motivações que impulsionaram o desenvolvimento desse estudo foram a necessidade e o interesse em conhecer, com mais afinco, os processos de trabalho vivenciados pelos moradores de Itaipu¹, os quais já eram, anteriormente, observados ou apreciados pela pesquisadora, que nasceu e morou durante quatorze anos, na Fazenda Mendonça, situada nas proximidades da parte central do povoado. No entanto, ela teve de sair do seu lugar de origem e ir para Vitória da Conquista, a fim de estudar e trabalhar. A pesquisadora aproveitou-se dessas experiências, bem como de sua graduação em geografia, para investigar de forma minudenciada como o trabalho desses indivíduos está intrinsecamente vinculado à memória, que emerge na atualização das vivências e conhecimentos relatados pelas famílias do espaço supracitado. A partir desse estímulo buscou-se, também, perscrutar a problemática derivada

¹ APÊNDICE A: Quadro de entrevistados.

da falta de oportunidades de trabalho no povoado, que induz os habitantes do lugar, direta ou indiretamente, a saírem de suas terras em busca de melhores condições de trabalho em outros espaços, o que constitui o problema cerne da pesquisa. Diante dessa primeira evidência empírica extraída da experiência direta com o lugar (LUDKE, 1986), procurou-se, então, identificar, através de entrevistas exploratórias de campo², quais atividades produtivas são desenvolvidas por homens e mulheres desse povoado.

Nesse processo exploratório de campo, constatou-se que a problemática envolve o trabalho produtivo com diferentes tipos de atividades realizadas por mulheres e homens do povoado de Itaipu. Foi possível identificar a existência de um coletivo de trabalhadores que trabalham nas mediações do povoado na condição de meeiros, diaristas, pequenos agricultores, dentre outros trabalhos temporários³. Há, também, o grupo daqueles que migram/migraram periodicamente para outras regiões a fim de desenvolver trabalhos temporários em grandes lavouras até o término da safra, a exemplo dos trabalhadores que passavam alguns meses, na colheita de café, nos cafezais de regiões circunvizinhas, e depois retornavam para o povoado.

Em meados da década de 1960 e 1970, havia intensa migração tanto de homens quanto de mulheres do povoado para regiões distantes, a exemplo de São Paulo, e lá se disponibilizaram ao trabalho nos grandes e médios centros urbanos. Elas, em menor número, eram absorvidas pelo mercado de trabalho em funções como empregadas domésticas, por exemplo. Já aqueles se concentravam em áreas cuja acessibilidade maior era como trabalhador da construção civil. É interessante salientar, que, hodiernamente, existem trabalhadores que são assalariados, os quais trabalham numa mineradora situada no próprio povoado.

Diante dessas primeiras evidências empíricas, despontaram questionamentos que precisam ser destrinchados neste estudo da mobilidade do trabalho expressa na memória dos moradores de Itaipu, tais como: Quais as contradições resultantes da mobilidade do trabalho, considerando a memória dos trabalhadores? Como a memória dos trabalhadores foi construída ao longo do tempo e qual a sua relação com o contexto socioespacial do lugar? De que forma as forças produtivas do capital⁴ interferem neste espaço social e na vivência dos moradores,

² APÊNDICE A: Quadro de Entrevistados.

³ SILVA (1999, p. 84) ao contextualizar a definição do trabalhador temporário afirma: “[...] surge o trabalhador que não pertence a nenhum padrão específico, pois pertence ao conjunto deles, à classe dos capitalistas. [...] Paulatinamente, vai se construindo um trabalhador padronizado, transformado em força de trabalho”.

⁴ Termo utilizado por Guademar (1977).

tendo em vista a mobilidade do trabalho? Como a mobilidade do trabalho intervém nos processos de produção e reprodução das famílias do povoado? Essas indagações se constituíram no ponto de partida para entender a memória do povoado de Itaipu e as modificações ocorridas no lugar por meio da mobilidade do trabalho.

O objetivo desta pesquisa é compreender a expressão da mobilidade do trabalho na memória dos trabalhadores do povoado de Itaipu e os processos que articulam a produção e a reprodução da força de trabalho. Para esse fim, especificamente, buscou-se conhecer a memória dos trabalhadores do povoado de Itaipu e qual a relação que possuem com o lugar; entender como as forças produtivas do capital interferem na vivência dos moradores e neste espaço social, considerando-se a mobilidade do trabalho e, por fim, investigar a forma como a mobilidade do trabalho interfere nos processos de produção e reprodução das famílias que vivem na comunidade.

A memória, o espaço e o lugar, articulados pelo eixo mobilidade do trabalho, são categorias de análise essenciais para esmiuçar tal problemática, visto que não há como analisar os fluxos de trabalhadores de um lugar para outro e a vivência das pessoas nessa procura por trabalho, sem integrar tais conceitos. A memória coletiva, constituída pelas narrativas dos moradores, o espaço, visto num contexto social dotado de fluidez e transformações, se movimentam e produzem novos matizes ao longo de um processo historicamente construído, e o lugar, inserido no contexto espacial, é tecido por uma construção social.

O tratamento da memória envolve uma multiplicidade de conceitos⁵. No trabalho que aqui se expõe, o foco primordial é a associação da memória coletiva com a ciência geográfica, bem como as questões que abrangem o espaço, que é produzido e reproduzido pelas relações sociais ao longo do tempo. *A priori*, vale salientar que o papel da memória na sua associação com o espaço é o de trazer de volta acontecimentos que foram esquecidos, mas que ainda

⁵ Halbwachs (1990), por exemplo, distingue a memória social, que também é histórica, e, portanto, relacionada aos acontecimentos históricos gerais da memória coletiva, a qual se refere à memória dos grupos sociais, e busca, desse modo, evocar acontecimentos por meio das lembranças. No texto intitulado *Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma perspectiva Psicossocial*, de Celso Pereira de Sá, é possível verificar essa característica múltipla da memória. Sá, ao referenciar Jedlowski (2000), afirma a emergência da expressão memórias comuns, definida como lembranças “que são comuns a conjuntos mais ou menos amplos de pessoas que não se mantêm necessariamente em interação e que, portanto, não chegam a discuti-las ou elaborá-las” (JEDLOWSKI, 2000 apud SÁ, 2006, p. 293). De acordo com Sá, essas memórias comuns podem ser visualizadas como coleções de memórias pessoais sobre um mesmo objeto elaboradas independentemente umas das outras. Voltando se aos estudos de Le Goff (2003), o mesmo elenca que a memória é um instrumento e objeto de poder, sendo que a memória social é também oral e que se constitui numa memória coletiva escrita, que juntamente possibilita a compreensão da luta pela dominação da recordação e da tradição.

perduram nas lembranças dos habitantes do lugar, principalmente, dos moradores idosos, e, assim, poder compreender como ocorreram as mudanças no espaço ao longo dos anos até os dias de hoje, partindo das narrativas dessas pessoas.

Em relação ao tempo, nota-se que a memória não se relaciona com uma cronologia de fatos determinados por datas. A sucessão do tempo, assim como afirma Halbwachs (1990), remete há uma ordem de fenômenos organizados pelos grupos sociais que se referem às etapas da vida social e resultam nas tradições de um grupo. O tempo não está essencialmente ligado a datas, visto que as lembranças de acontecimentos do passado não se reportam a isto, e o que existe é um quadro temporal de dados que se associam a essas lembranças. Sendo assim, é precípuo, em relação à memória, considerar os relatos das pessoas que compõem os grupos sociais pertencentes ao povoado de Itaipu.

Apesar de Halbwachs (1990) não abordar sobre a memória como um espaço de disputa de significados entre os grupos, Pollak (1989), ao conceituar memória subterrânea, afirma que a mesma está relacionada às classes antagônicas, as quais se divergem entre os grupos dominados e marginalizados, e estes compõem a classe trabalhadora, e, se opõe à “memória nacional” pertencente aos grupos dominantes.

Além disso, é feita uma relação do espaço social com a memória. O espaço social, na concepção de Lefebvre (2006), é entendido como a totalidade de todas as coisas produzidas pela ação humana e não somente um objeto nem mesmo a soma deles. O espaço é revestido por relações sociais e sua essência está nas relações de troca, consumo, produção e reprodução, que, por sua vez, estão em constante processo de transformação. O movimento que o espaço produz por meio das relações sociais não ocorre somente nas cidades, mas, sobretudo, nos espaços rurais, desde que neles tenham grupos sociais.

O lugar também se enquadra como categoria de análise neste estudo, posto que se constitui numa parcela do espaço social vinculado à memória coletiva. O lugar, neste sentido, está relacionado à vivência e ao habitar, ao uso e consumo, sobretudo aos processos de apropriação do espaço dos grupos sociais em questão, segundo a concepção de Carlos (2007). De acordo com os posicionamentos da autora, o lugar se apresenta numa articulação entre a mundialidade e o local, considerando suas especificidades.

A mobilidade do trabalho se constitui no eixo articulador das categorias de análise elencadas, a qual se fundamenta na concepção marxista, pautada na ideia da estruturação do espaço com objetivo de possibilitar o movimento da população, sendo que essa mobilidade da

força de trabalho ocorre pela busca da sobrevivência. Se uma determinada região, em que a estratégia do capital é não absorver força de trabalho, os volumes de trabalhadores tendem a se deslocar para outras áreas onde tenham oportunidades de trabalho. É o que ocorre, por exemplo, com os moradores de Itaipu, os quais são forçados indiretamente a saírem de suas terras, atraídos pela mobilidade do capital. Sendo assim, é perceptível que a mobilidade do trabalho está essencialmente presente no espaço social de Itaipu, a qual é percebida por meio da memória que seus moradores têm da mesma e, é por meio desta que se pode compreender a problemática atual do lugar.

Existem desigualdades entre os grupos sociais que precisam ser analisadas em sua totalidade. O estudo de Marx (1985), fundamentado pelo materialismo histórico dialético, expõe as diferenciações entre as classes sociais e o poder hegemônico dos grupos dominantes representados pelas estruturas do modo de produção capitalista. É com base nesses princípios que se busca a compreensão da mobilidade do trabalho existente no povoado de Itaipu.

Acrescenta-se, também, as proposições de Marx e Engels (2007), que revelam que os indivíduos não partem só de si mesmos, mas de condições e relações históricas dadas. Dessa forma, são condicionados e determinados por relações de classe bem definidas. Assim, mesmo as comunidades rurais não determinam a sua condição social, mas também são condicionados e subordinados pelas estruturas econômicas, sociais e políticas de um determinado período histórico.

Analisa-se a mobilidade do trabalho associado à memória dos trabalhadores presente no povoado de Itaipu, a qual está associada ao processo de acumulação capitalista, tendo em vista que a organização do capitalismo tem se dado num âmbito da mobilidade geografia e da dispersão. Essas novas formas de produção que se distribuem espacialmente possibilitam o aumento da fluidez e circulação do capital. Gaudemar (1977), a respeito disso, reitera que a estrutura urbana, inserida no espaço, resulta no fluxo migratório para lugares específicos, sendo que os investimentos empresariais ocorrem principalmente nas regiões metropolitanas, as quais favorecem a acumulação de capital pela densidade urbana que possuem.

Os moradores do povoado de Itaipu têm a memória de um passado vivido, no qual trabalhavam temporariamente na condição de meeiros, diaristas, em fazendas próximas ao povoado para os pequenos agricultores, ou até mesmo tinham que ir para outras regiões, a fim de contribuir com o sustento da família, sendo notória a expressão da mobilidade do trabalho neste espaço ao longo dos anos. Os pequenos agricultores contratavam tais trabalhadores para

o trabalho na lavoura, porém, ambos estão sob o domínio das estruturas econômicas do capital.

No povoado, os processos produtivos e reprodutivos do sistema do capital explicam a mobilidade do trabalho, a qual promove a saída dos seus habitantes para fazendas próximas ao local, regiões circunvizinhas, e até mesmo para lugares mais distantes, como a região metropolitana de São Paulo. Por outro lado, contrariando essa conjuntura, atuam os mecanismos de resistência dentro das famílias⁶ que ainda fazem com que algumas pessoas permaneçam no lugar.

A fim de desvendar os problemas vivenciados pelos moradores deste povoado é que se pleiteia analisar os fenômenos, e, sobremaneira, buscar, numa dimensão crítica, aquilo que está por traz de todas as implicações alusivas à memória associada à mobilidade do trabalho neste espaço. Em vista disso, o método de abordagem utilizado é a dialética, a qual, segundo Karel Kosik (1989), consiste na decomposição do todo e revela um pensamento crítico com o qual é possível entender determinada “coisa”. O processo de compreensão da realidade, neste viés, não está vinculado somente à percepção do concreto, mas ao pensamento dialético, o qual busca ir além da aparência externa do fenômeno, desvendando, dessa forma, o mundo real e a essência dos acontecimentos.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos de coleta de dados, numa primeira visita ao campo empírico⁷, foram realizadas conversas espontâneas com dois grupos familiares, selecionados por meio de um antigo morador da região, o qual afirma serem famílias que tinham uma memória da mobilidade do trabalho vivenciada pelos moradores mais antigos do povoado. Por meio de seus relatos, foi possível evidenciar a necessidade dos habitantes de migrarem para outras regiões distantes ou próximas do povoado devido à ausência de oportunidades de trabalho no lugar. Uma segunda visita ao campo empírico foi realizada com o objetivo de entrevistar grupos de homens e mulheres outrora trabalhadores, componentes de dez famílias distintas. Para tanto, foi elaborado um roteiro semiestruturado⁸ no intuito de direcionar as conversas, mas os moradores foram contando, livremente, suas histórias de vida. As conversas foram feitas com um morador de cada família, com exceção de

⁶ APENDICE A: Quadro de entrevistados.

⁷ Entrevistas realizadas no dia 21 de Novembro de 2014.

⁸ APÊNDICE B: Roteiro de entrevistas.

uma família, na qual se entrevistou dois de seus integrantes⁹. Os nomes originais dos depoentes foram mantidos na pesquisa. Os entrevistados assinaram termo de Autorização de uso de depoimento e/ ou imagem¹⁰. Optou-se por resguardar na transcrição das entrevistas a linguagem própria dos moradores.

Após estudos teóricos, com vistas ao entendimento da realidade do lugar, foi realizada uma nova visita a outras nove famílias. Como o lugar, sobre o qual se estuda, é dividido em três áreas bem demarcadas, já que há um grupo de casas ao Norte, outras no Centro, e ainda aquelas mais ao Sul, emergiu a necessidade de considerar três famílias de cada parte discriminada, apesar de que no centro foram realizadas apenas duas entrevistas, totalizando oito narrativas. Numa quarta visita a uma fazenda próxima a Itaipu (Faz. Pau Ferro), foi realizada mais uma entrevista com um pequeno agricultor¹¹, a fim de compreender a relação deste com os trabalhadores que moram no povoado. E ainda num outro momento foram realizadas novas entrevistas com três moradores, a fim de dar complemento às questões que dizem respeito à história do povoado e a mobilidade do trabalho nos dias de hoje.

Os entrevistados¹² compunham-se, principalmente, de idosos, visto serem eles os moradores que permanecem nas casas, enquanto, os jovens, em sua maioria, atualmente trabalham nas cidades mais próximas, repetindo a mobilidade empreendida por seus parentes, sobre a qual relata esta pesquisa. Foi utilizado, em todas as visitas, um gravador e câmera digital, por meio dos quais se obtiveram registros orais e fotográficos das famílias ou moradores estudados. As narrativas juntamente com o balizamento teórico foram de suma relevância na construção deste estudo, na reconstrução da memória dos moradores e trabalhadores do povoado de Itaipu, uma memória que não pode ser esquecida.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma discussão teórica a respeito da memória, do espaço, do lugar, articulados pela mobilidade do trabalho, fazendo uma breve associação com o objeto de estudo. É necessário conceituar tais categorias com intuito de compreender como estas se inserem na discussão da realidade empírica do presente estudo.

⁹ A família se insere como ponto de partida para as entrevistas tendo em vista que o espaço social é representado por meio da família e que no seu interior já é perceptível um formato hierárquico, ao passo que existem relações de produção, as quais promovem a divisão do trabalho.

¹⁰ APÊNDICE C: Termo de autorização de uso de depoimento e imagem.

¹¹ Arli Amaral de Oliveira- APÊNDICE A – Quadro de entrevistados.

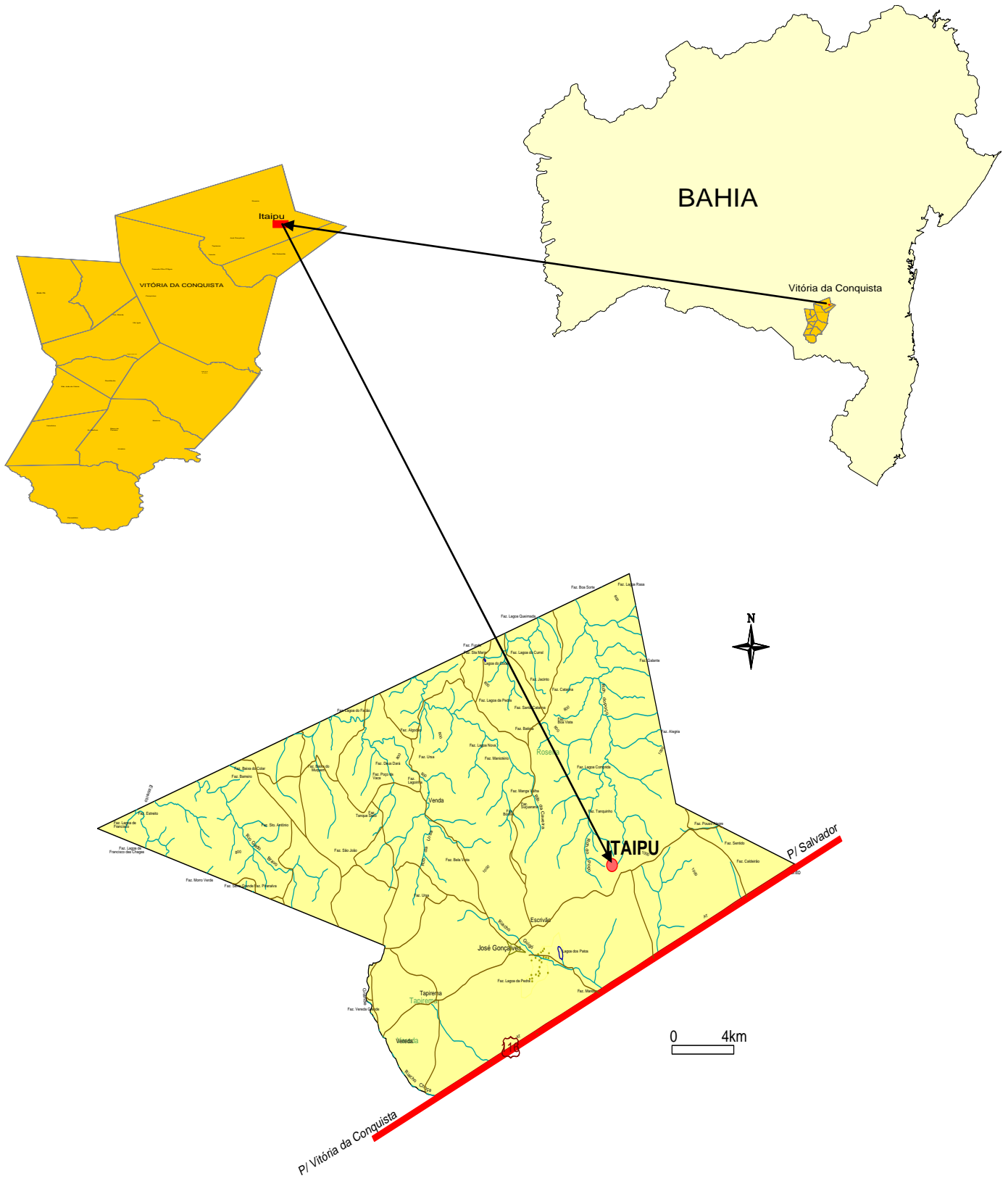
¹² Foram realizadas 22 entrevistas, sendo 10 homens e 12 mulheres- APÊNDICE A: Quadro de entrevistados.

O segundo capítulo já se inicia com um breve histórico do povoado, numa reconstrução do passado vivenciado pelos moradores, tendo em vista as transformações que foram ocorrendo no lugar ao longo de um processo historicamente produzido. A prática do tropeirismo na região como acontecimento importante, sendo parte da tradição deste espaço, também é destrinchada no transcorrer deste capítulo; são tecidas, ainda, considerações sobre a produção da família no lugar, os laços de afetividade demonstrados pela característica de famílias extensas, as relações de compadrinamento, e as questões acerca da hierarquia na divisão do trabalho e como tem se dado no decorrer da história, os modos de produção do trabalho temporário expressado pela memória coletiva de tais moradores.

O capítulo terceiro dar continuidade a estes aspectos, o qual apresenta a mobilidade do trabalho como principal alternativa na luta pela sobrevivência dos moradores do povoado percebida nas narrativas dos mesmos. Neste, o trabalho temporário é subdividido entre os que saíam de suas terras para trabalhar como meeiros ou diaristas nas propriedades dos pequenos agricultores nas proximidades do lugar, os que iam de ano em ano trabalhar temporariamente nas lavouras de café dos fazendeiros de outras regiões, os que migravam periodicamente para São Paulo para serem explorados nos trabalhos precários, ou mesmo os que têm executado trabalhos formais na mineração no próprio povoado, mas que são submetidos a outras condições de exploração.

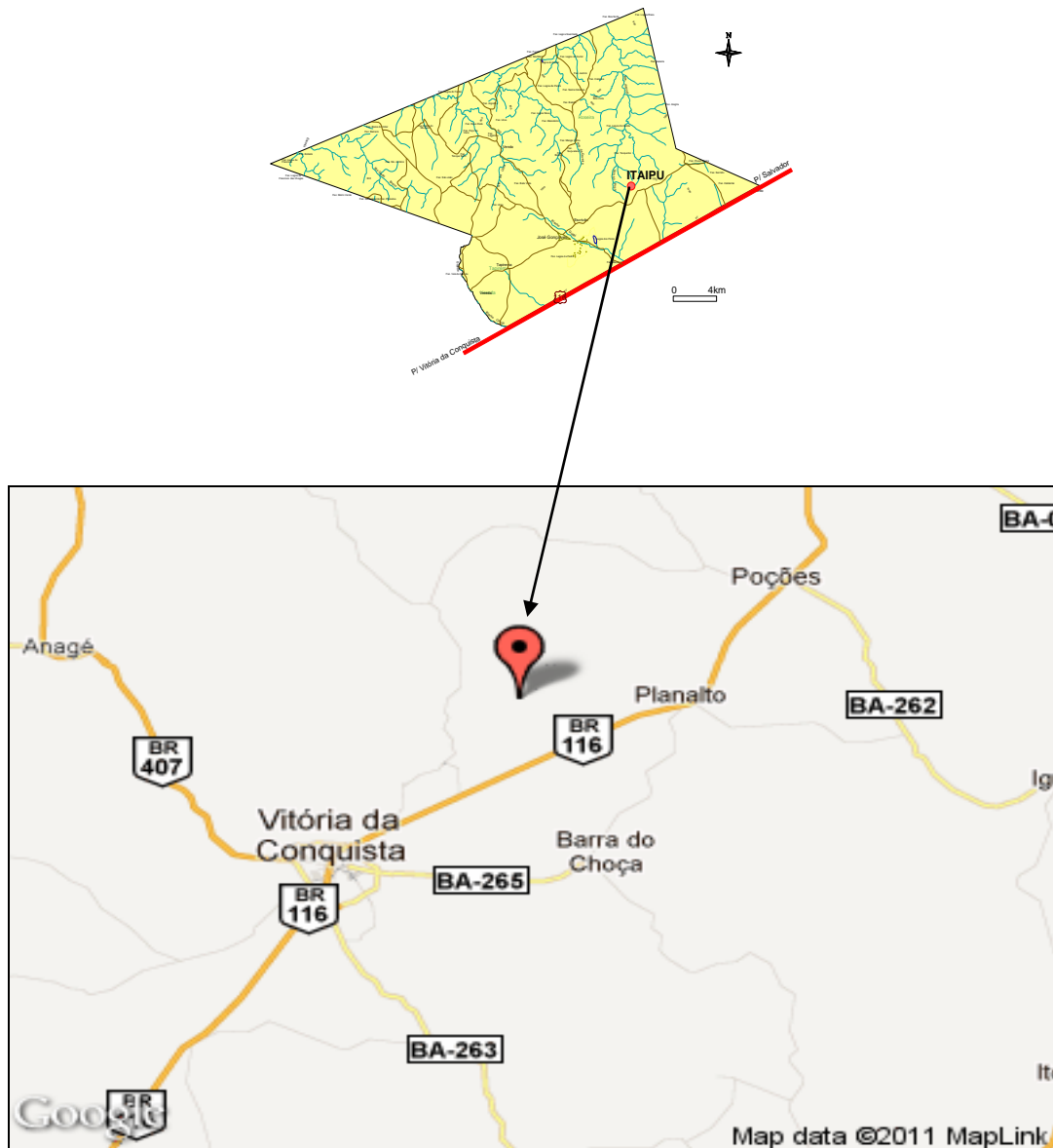
Nas considerações finais será apresentada uma síntese dos capítulos destacando os principais aspectos discutidos no texto e as possíveis questões que ainda não foram estudadas, mas que abrem um leque para outros estudos sobre o povoado de Itaipu.

Figura 01: Mapa de Localização do povoado de Itaipu-BA.



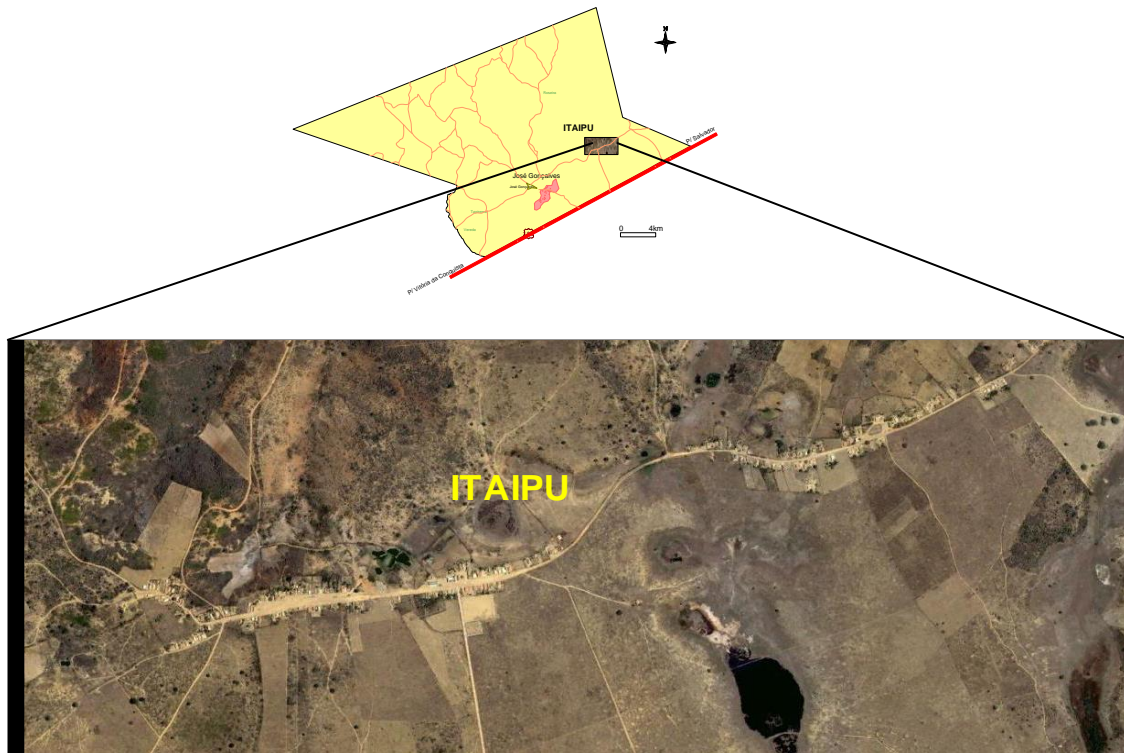
Fonte: Edvaldo Oliveira, 2012.

Figura 02: Localização do povoado de Itaipu em relação as cidades circunvizinhas.



Fonte: <<http://maps.google.com.br/map>> e Edvaldo Oliveira, 2012.

Figura 03: Imagem de satélite demonstrando a extensão da área do povoado.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

2 APORTES TEÓRICOS SOBRE MEMÓRIA, ESPAÇO, LUGAR E MOBILIDADE DO TRABALHO

No presente capítulo são tratadas discussões teóricas acerca das categorias: memória, espaço, lugar e mobilidade do trabalho, as quais serão pormenorizadas no desenvolvimento dos capítulos, associando-as, ao objeto de estudo. Vale salientar que todas estas categorias estão interligadas.

2.1 A MEMÓRIA COLETIVA

As discussões sobre a memória têm como fonte inicial Maurice Halbwachs (1990), sociólogo que se baseia nos pensamentos de Emile Durkheim, o qual analisa a sociedade pelo comportamento dos grupos, ultrapassando a ideia de memória apenas como fator biológico e psicológico. Assim sendo, Halbwachs estuda a memória com enfoque no comportamento do indivíduo na sociedade, considerando as lembranças individuais e coletivas dos grupos sociais. Dessa maneira, os relatos são de suma importância na evocação das lembranças dos grupos, as quais se referem a acontecimentos reais, vividos outrora pelos mesmos, e contribuem para reconstruir o passado. Assim, a partir da constituição de textos, elencando tais acontecimentos elencados nas narrativas, é que se pode chegar aos impasses do passado.

Nessa perspectiva, entende-se a memória coletiva como conteúdo que abarca lembranças comuns, alusivas a um grupo específico, e são essas recordações de um mesmo passado por um determinado grupo que promovem a unidade do mesmo. É neste sentido que a memória coletiva se define ao passo que acontecimentos ganham um lugar na vida de um grupo, os quais são tão importantes que podem ser lembrados ainda no tempo presente. São os relatos que revelam os acontecimentos outrora vividos em comum, o que torna a memória objeto do conhecimento (ALVES; OLIVEIRA, 2011).

A memória individual é parte da memória coletiva, tendo em vista que as lembranças pessoais são também parte de um grupo, pois se referem a acontecimentos coletivos, que são tanto independentes quanto partes de uma unidade múltipla. Sobre isso, ressalta-se: “É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Tais acontecimentos, quando fazem parte de lembranças em comum, constituem-se também em marcos de memória: “Pero eso que llamamos los marcos colectivos de la memoria serían el resultado, la suma, la combinación de los recuerdos individuales de muchos miembros de una misma sociedad” (HALBWACHS, 1925, p. 10).

Magalhães e Almeida (2011) destacam os diferentes tipos de memórias coletivas, enfatizando que a memória permanece de acordo com o interesse do seu grupo, redundando no fato de umas serem ressaltadas, enquanto outras são esquecidas. Tais questões estão relacionadas à necessidade de manter determinadas relações sociais. “Nesse sentido, há várias memórias coletivas ou de grupos, de classe, que se tornaram memórias sociais validadas, legitimadas e, conseqüentemente, mais evidenciadas e reproduzidas em detrimento de outras” (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 102). Assim, existe a memória de uma classe elitizada e dominante e a memória de uma classe marginalizada, dominada. Ambas se confrontam e tentam sobrepor-se uma à outra, ao passo que se potencializam as condições para a manutenção da memória coletiva e social seletiva do *status quo* dominante.

Por um lado, o grupo dominante busca manter a ideologia do capital, mascarando a concretude das relações sociais do mundo capitalista. Por outra ótica, existe o grupo da classe trabalhadora, a qual luta contra o poder hegemônico do capital, buscando a permanência de seus valores e significados sociais.

Lombardi (2011) afirma que a memória não está somente ligada às lembranças, mas também aos conhecimentos passados, os quais foram transmitidos de alguma forma. Para o autor, a memória possui duas condições, sendo uma retentiva, a qual busca conservar os acontecimentos pretéritos, e a outra, a lembrança, que se encarrega de evocar os conhecimentos passados, tornando-os atuais. A discussão, que se faz em torno da relação da memória com o marxismo, trata sobre as questões analisadas por Marx e Engels sobre o modo de produção capitalista, as quais não se aplicam a uma mera análise científica, a que se refere a reflexões do processo abstrato do pensamento, mas, sobretudo, a uma sucessão de fatos reais, já ocorridos ou que estão ocorrendo. Neste contexto, por meio dos acontecimentos reais, que ocorrem ao longo de um processo historicamente construído, é possível revelar as contradições na sociedade capitalista.

A memória da tradição¹³ de uma comunidade permanece nas experiências dos seus habitantes, enquanto os mesmos estiverem vivos:

[...] as suas técnicas, a suas histórias e a sua identidade coletiva- surge como algo que sempre foi assim. Mas isso é apenas uma aparência, resultado do contínuo esborratar que acompanha a transformação da memória. O processo de transformação numa comunidade agrária tradicional pode ser lento; apesar disso, essas comunidades não ficam fora da história (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p. 241).

Os grupos familiares de uma comunidade rural busca preservar seus significados, os quais resultam em tradições. Mas ao longo de um processo histórico, as novas técnicas promovem mudanças nas relações sociais e no espaço, e, por sua vez, o modo de vivência dos grupos precisam se adequar as mudanças, mesmo que possam manter as tradições de outrora, por intermédio da memória coletiva, plausível testemunha do passado vivenciado por tais grupos. No povoado de Itaipu acontece dessa forma, uma tradição, como a comemoração do “São João”, a qual não se restringe somente a estes grupos como faz parte de uma cultura de toda região nordestina, ainda perdura mesmo que tenha passado por novas adaptações e que não seja comemorada da maneira que era em períodos anteriores, sendo que a tradição de colocar fogueiras em frente as casas ainda é mantida pela maioria das famílias. Mesmo que muitas tradições sejam extintas, a memória coletiva propagada pelos moradores persiste enquanto os componentes dos grupos estiverem vivos.

2.2 O ESPAÇO TRANSFORMADO PELAS RELAÇÕES SOCIAIS E AÇÕES HUMANAS

Este estudo está pautado na compreensão do espaço social, o qual não é estático, mas tece e, ao mesmo tempo, é tecido pelas relações sociais, visto que é dotado de fluidez e movimento. Em vista disso, não se pode deixar de abordar tal categoria, levando em consideração as transformações espaciais que ocorrem no povoado de Itaipu no contexto social.

¹³ Martins (2011) ao estudar a sociabilidade do homem simples, em se tratando da definição de tradição nessa perspectiva, afirma: “O que é propriamente cotidiano, ainda assim, aparece como cenário *de fundo* dos sonhos (a rua, o lugar de trabalho, lugares da cotidianidade). O cenário próximo e íntimo é o da centralidade da casa (que é cotidiana, porque rotineira, mas que resiste a cotidianidade) porque é tradicionalista, no sentido de lugar dos vínculos umbelicais e naturais” (grifo do autor).

Henri Lefebvre (2006) trata com propriedade sobre o espaço. O autor faz uma discussão em torno do espaço social revelando a amplitude que compõe o mesmo:

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas (grifos do autor). (LEFEBVRE, 2006, p. 35).

Assim, o espaço social pode ser representado por meio da família, em que já se percebe um formato hierárquico e, ao mesmo tempo existem em torno dela relações de produção criadas por meio da divisão do trabalho. O espaço, como parte integrante do meio social é dinâmico e fluído, não se restringe ao concreto, mas, além disso, assume um sentido abstrato, sendo o vivido, um fator preponderante na produção e reprodução espacial. A vivência social dos grupos promove a formação de espaços de representação, que, por sua vez, estão compostos pelo imaginário e simbólico, que, concomitantemente refletem a história de um determinado povo.

A dimensão do espaço como sociedade ultrapassa a ideia de que o mesmo é um sujeito ou um objeto apenas. Nessa perspectiva, compreende-se-o como um conjunto das mais variadas formas produzidas pelos próprios grupos sociais, adquirindo tais formatos por meio das relações cotidianas concretizadas. A vivência dos grupos, ao longo do tempo, cria símbolos e representações que marcam o lugar e estes grupos também são marcados pelo espaço vivido. Desse modo:

Concebe-se-o como transformado em “vivido” por um “sujeito” social, concernido por determinações práticas (o trabalho, o jogo), ou ainda por determinações bio-sociais (os jovens, as crianças, as mulheres, as pessoas ativas). Essa representação engendra para a reflexão um espaço no qual residem, vivem, e são considerados os “interessados”, indivíduos e grupos (LEFEBVRE, 2006, p. 153).

A configuração dos espaços empíricos se dá pelas diversas formas de manifestação. Neste processo, está a produção de objetos com utilização de instrumentos que se constituem em meios de produção, entre outros meios como: as redes de troca e a fluidez dos produtos e das relações sociais. Todos estes estão determinados por forças produtivas mais amplas, as quais são representadas pelo modo de produção capitalista e por suas diferentes estratégias

atuantes na produção e reprodução do espaço, sempre em benefício das classes mais elitizadas, em detrimento da classe trabalhadora.

As mais variadas ações humanas ao longo dos anos produzem e reproduzem o espaço, as quais atribuem um dinamismo e funcionalidade ao mesmo, aspectos que o torna revestido por tradições, construídas e reconstruídas pela própria sociedade no decorrer da história.

O espaço é produto da ação humana, mediada pelo trabalho, em que as relações com os instrumentos de produção e objetos resultam na produção de novos objetos inseridos no próprio espaço e configuram a paisagem (LEFEBVRE, 2006). Em suma, é um conjunto de atividades que se movimentam e correspondem a diversas etapas de produção num determinado tempo histórico.

Lefebvre (2006) discute sobre o espaço do trabalho:

O espaço do trabalho resulta, portanto: de gestos (repetitivos) e atos (seriais) do labor produtivo, mas também e cada vez mais da divisão (técnica e social) do trabalho e, por conseguinte, dos mercados (locais, nacionais, mundial) e, enfim, das relações de propriedade (a posse e a gestão dos meios de produção). O que significa que o espaço do trabalho ganha contornos e fronteiras apenas por e para um pensamento abstraidor; rede entre redes, espaço entre espaços que se compenetraram, ele não tem nenhuma existência relativa (LEFEBVRE, 2006, p. 153).

Lefebvre (2006) destaca que a existência do espaço se baseia nos fatores que se referem à divisão técnica e social do trabalho, a qual não se limita aos espaços concretos, mas abrange uma escala global, interligada por redes locais, nacionais e mundiais, nas quais o trabalho é dividido e controlado pelas forças produtivas do capital. O Estado se encaixa em uma dessas forças de poder. Sobre isso, pontua-se:

Assim, neste momento da história a reprodução se realiza no espaço concreto, enquanto condição, sob o comando do Estado e envolve o saber, o conhecimento, as relações sociais, as instituições gerais da sociedade e a produção do espaço, o que significa que as relações sociais processam-se através da lógica da ação política, gestão das relações sociais e desenvolvimento das forças produtivas pelo Estado, envolvendo o seu controle sobre a técnica e o saber (CARLOS, 2011, p. 32).

Sobre isso compreende-se que todas as instituições da sociedade estão subordinadas ao sistema do capital, assim como as relações sociais construídas pelos grupos familiares são também controladas por este sistema.

Neste âmbito, o espaço é mediado por essas forças estatais, as quais se encarregam de estabelecer o seu controle, favorecendo a classe dominante, de maneira discreta. Assim como afirma-se:

No espaço, por traz dele, não há nenhuma substancia desconhecida, nenhum mistério. E todavia a transparência engana, tudo se fecha: o espaço se torna armadilha. Sua armadilha consiste precisamente na sua transparência. Por consequência, há outra coisa além do jogo de reflexões e espelhos: um jogo de poder e de saber, que percebemos entrando neste espaço depois de ter levantado a cortina (LEFEBVRE, 2006).

A família ou a sociedade não escapam do controle do estado. O espaço neste contexto social não deixa de sofrer mutações nesse processo de subordinação. Ao adentrar na discussão do espaço, sabe-se que as suas mudanças não são reflexo apenas do vivido, mas também da interferência da mobilidade do capital, a que ora insere fontes de produtividade, ora deixa de investir em infraestrutura, intencionando à dispersão dos grupos que vivem num determinado espaço. A vivência dos grupos modificam o espaço, assim como se adaptam as condições do mesmo, a busca material pela subsistência faz com que o trabalhador se submeta a mobilidade do trabalho promovida pela mobilidade do capital.

2.3 LUGAR E ESPAÇO: CONCEITOS E TEMAS

O lugar se constitui numa parcela do espaço (CARLOS, 2007), revestido por relações sociais construídas por grupos específicos; neste véis, o mesmo se refere ao plano do vivido, visto que, é no lugar que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões:

Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Deste modo a análise do lugar se revela – em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem – no cotidiano com suas situações de conflito [...] (CARLOS, 2007, p. 20).

Sendo assim, o lugar é um espaço onde se apresenta a tradição de um determinado grupo, este por meio de suas vivências produzem aspectos que caracterizam o lugar de habitação. Ao definir espaço e lugar Doreen Massey (2008), explana que o primeiro: “[...] seja

sempre e para sempre aberto, em um constante processo de fazer-se (p. 107)”, assim sendo, este é imbuído de fluidez e, ao longo da história, vai sendo modificado. Neste contexto, o lugar se constitui, para Massey (2008), num espaço do encontro e do não encontro. As características do lugar são construídas pelos próprios grupos que o vivenciam, a medida que as relações sociais são produzidas e reproduzidas, os grupos transformam o lugar à sua imagem e com isso tradições se constituem. O espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de estória-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas histórias, articuladas dentro das mais amplas geometrias de poder do espaço (MASSEY, 2008).

Ao distinguir claramente o lugar do espaço, entende-se que o primeiro está relacionado às especificidades de um tecer de histórias construídas pelos grupos, inseridos em topografias mais amplas, as quais o espaço se constitui. A respeito disso compreende-se que: “O lugar é o mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 2007, p. 20). Assim sendo, não há como pensar o espaço social sem associá-lo ao lugar, é preciso então estudar ambas as categorias vinculadas entre si para a compreensão da memória de grupos sociais.

O lugar, além de vincular-se ao espaço, também possui relações intrínsecas com a memória. Assim como se afirma:

[...] o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação, expressando sua função social, projetos, desejos (CARLOS, 2007, p. 22).

A memória coletiva dos grupos de um determinado lugar é que guarda a história dos mesmos, e que revela as particularidades do lugar, e se identifica as formas de vida destes grupos e a relação que possuem com o lugar em que habitam, a memória revela as tradições construídas e o significado do lugar para eles.

Apesar da discussão do lugar está voltada para o particular, este não deixa de se articular ao global, pois que, os fenômenos locais estão vinculados às questões mundiais: “É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial (CARLOS, 2007, p. 22)”.

2.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO ASSOCIADA À MOBILIDADE DO CAPITAL

Ao conceituar mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) considera a saída de pessoas do seu lugar de origem como forma de ampliar a produtividade e lucratividade, desse modo, a mobilidade do trabalho caminha junto à mobilidade do capital. Além disso, o autor também destaca que o conceito de mobilidade está associado à deslocalização espacial dos homens, que pode estar pautada nas migrações geográficas ou mesmo no meio profissional. Fábio Gomes (2009), ao discutir sobre a mobilidade entendida por Gaudemar, enfatiza que o capital tem buscado controlar a força de trabalho de diversas formas, porquanto não é suficiente apenas homens trabalhando e produzindo mercadorias, mas fazendo circular o trabalho abstrato¹⁴. A estratégia do capital é promover a “liberdade” do trabalhador na busca pelo trabalho:

[...] defendendo que os trabalhadores têm capacidade de se deslocar por entre os espaços em busca de melhores condições de vida, que se traduzem em salários e renda em nível mais elevado. Assim, a liberdade de escolha é atribuída ao trabalhador (GOMES, 2009, p. 38).

Entretanto, na realidade, os trabalhadores são forçados a saírem de seus lugares de origem em busca de sobrevivência, e quem irá determinar isso são as estruturas econômicas do capital. A liberdade termina quando a força de trabalho é vendida. O capital possui o poder de mover o trabalhador para onde ele quiser, objetivando abastecer o mercado de trabalho com força de trabalho onde for necessário, controlando e produzindo fluxos migratórios (GOMES, 2009).

No Brasil, existe um grande contingente populacional que migra do campo para as cidades, em busca de melhores condições de trabalho, muitos deles são expropriados de suas terras pelos grandes proprietários e vão trabalhar como proletários nos centros urbanos. A força de trabalho, assim como afirma Gaudemar (1977), é vista como mercadoria e

¹⁴ Segundo Tom Bottomore (1988), o trabalho, como uma categoria de análise, tem um duplo caráter. Como valor de uso representa qualquer ato de trabalho, uma atividade produtiva de qualquer natureza com um determinado fim, considerado como “trabalho útil” ou “trabalho concreto”. Como valor de troca é considerado “trabalho abstrato”, dispêndio de força de trabalho humano sob condições sociais determinadas, independentemente de suas características específicas ou do que é produzido. O autor ressalta que o trabalho abstrato é puramente social e o que Marx quer dizer com isso é que, só por meio da troca de mercadorias, o trabalho privado que as produziu se torna social.

mobilizada espacialmente, e, as migrações sempre estiveram a serviço da valorização do capital. Mas, segundo Gaudemar (1977), só é interessante para o capital as movimentações que possibilitam sua valorização, em que os detentores deste poder se encarregam de atrair trabalhadores para um determinado território, ao adicionar polos de produtividade, a fim de absorvê-los. Ao tecer considerações sobre essa mobilidade do capital, Carlos destaca:

Resumidamente, tais processos são: a acumulação e a expansão, além da necessidade de produzir; as revoluções tecnológicas que liberam tanto a produção quanto o consumo dos limites espaciais, tornando os limites da região porosos; as lutas de classe, que podem forçar os capitalistas a buscar outros lugares, e as revoluções nas formas capitalistas de organização que permitem maior controle sobre espaços cada vez maiores. Essas são forças que tendem a abalar a coerência estruturada de um território (CARLOS, 2011, p. 105).

Gaudemar (1977) ressalta que a mobilidade do trabalho gera um fluxo em massa da população de uma região para outra, o que permite ao capital ampliar seu campo de intervenção. Com a internacionalização do capital, as relações de produção se espalham pelos diversos campos do mundo, o que torna a mobilidade mais intensa. A mobilidade do trabalho, utilizada como estratégia do capital, está alicerçada na migração forçada e, por outro ângulo, está imbuída de lutas populares, como modo de resistência a tais fatores.

O trabalhador que sai de um espaço rural para as grandes cidades tem sempre o pensamento de encontrar melhores condições de vida e, ao se inserir no mercado de trabalho, em muitos casos, acredita que o lugar oferece boas oportunidades, e que ele se deslocou de sua região livremente. Entretanto, o trabalhador encontra-se alienado pelo capital. Sobre isso, Harvey (2013a, p. 486) explana: “Em busca de emprego e de um salário para sobreviver, o trabalhador é obrigado a acompanhar o capital para onde quer que ele flua”. O trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho, mas a necessidade de sobreviver força-o a fazer isso.

A mobilidade do trabalho é altamente regulada pelos ditames do capital, e, quando for necessário, manterá reservas de trabalhadores num lugar; o capital investirá em educação, saúde, emprego, assim como promoções nas empresas. Harvey define isso como políticas de manipulação da emigração e imigração determinadas pelas grandes corporações.

A mobilidade para os trabalhadores significa a busca por alcançar seus objetivos, principalmente, no que alude à qualidade de vida:

Representa a esperança e a luta por uma vida melhor, mesmo que essa luta favoreça o capital quando os trabalhadores reagem aos incentivos materiais que ele oferece (salários mais elevados e melhores condições de trabalho). [...] O capital em geral se vale dessa busca eterna dos trabalhadores por uma vida melhor- definida em termos materiais e monetários-como meio para organizar a mobilidade do trabalho segundo as suas exigências e disciplinar os capitalistas individuais segundo as exigências da classe (HARVEY, 2013a, p. 490).

A mobilidade do capital ocasiona, também, a mobilidade do trabalho, tendo em vista a evolução do capitalismo e as estratégias criadas para estabelecer um controle. Essa dinâmica de mover-se de um lugar para outro rapidamente, tanto o capital quanto a força de trabalho, interferem diretamente na produção e reprodução do espaço. Assim, compreende-se que a tríade: mobilidade do trabalho, espaço, e lugar estão interligados neste processo provedor da manutenção do modo de produção capitalista.

Ao abordar sobre tais questões numa escala macro é notório que o principal fator contribuinte para a mobilidade do trabalho forçada, no Brasil, foi a concentração industrial, especificamente na região sudeste, assim como também a modernização agrícola, que acaba expropriando um contingente populacional do campo, que é forçado a migrar para os centros urbanos.

É perceptível que a migração no Brasil da região Nordeste para o Sudeste se intensificou com o advento da industrialização e com o processo de urbanização, em meados de 1950 e 1970, acompanhados das Revoluções industriais e da Divisão Internacional do Trabalho. Já em anos posteriores, o processo das migrações para as grandes metrópoles no Sudeste do Brasil diminui e, com a desconcentração industrial nessa região e investimentos em outros setores no Nordeste, como o de serviços, por exemplo, em cidades médias, as migrações se intensificam internamente no país, (SAMPAIO, 2013).

A concentração geográfica, quando se trata da distribuição da produção, é bem planejada. A inserção de estruturas físicas, tais como: aparelhos tecnológicos e urbanos, são reflexos de uma forma de valorização de um determinado espaço, cujas condições sociais e físicas são relevantes para a acumulação de capital. Existem lugares que não oferecem lucratividade, devido ao fato de abrigar uma pequena quantidade de habitantes, a exemplo das pequenas comunidades rurais. Em espaços como esses, é favorável instigar a dispersão territorial, forçando direta ou indiretamente a migração para outras regiões.

Harvey discute sobre as formas econômicas, como se estabelece o controle sob a produção e de que modo isso se concretiza nos territórios. Segundo afirma o autor:

O Estado também estabelece estratégias e canais de planejamento urbano e regionais, investimentos tanto públicos quanto privados, conforme o caso. Regulamentações legais e administrativas surgem para controlar e promover benefícios interativos e custos de diferentes tipos de usos diretos da terra. Dispositivos desse tipo modificam os mecanismos básicos do mercado fundiário e do mercado imobiliário, baseados na negociação de capitais fictícios (HARVEY, 2013a, p. 505).

O processo de controle das estruturas capitalistas, analisando numa escala macro, é explanado na seguinte afirmação:

Regulamentações legais e administrativas surgem para controlar e promover benefícios interativos e custos de diferentes tipos de usos diretos da terra. Dispositivos desse tipo modificam os mecanismos básicos do mercado fundiário e do mercado imobiliário, baseados, na negociação de capitais fictícios. O efeito disso é a criação de uma hierarquia de meios- mercado, institucional e Estado- para a produção, modificação e transformação das configurações espaciais do ambiente construído (HARVEY, 2013a, p.505).

É dessa maneira que se processa o controle da produção e distribuição das infraestruturas sociais sob os espaços. As vias de circulação e comunicação, por exemplo, são meios criados para promover a fluidez do capital, o que não implica em melhorias destinadas aos habitantes de uma determinada região.

Ao revelar que o capital atua de acordo com interesses individuais, Harvey (2013a) ressalta que muitas regiões não são valorizadas por conta disso e não recebem nenhum tipo de infraestrutura. Isso ocorre por uma série de questões, como a improdutividade da terra ou a falta de força de trabalho disponível para a demanda de certas empresas. É o que ocorre no povoado de Itaipu, o qual não dispõe de infraestrutura necessária para que os seus moradores permaneçam no lugar, de modo a tornar possível a estratégia do capital de dispersar a força de trabalho existente naquele espaço com principal intuito de atrai-la para lugares de seu interesse.

Sobre aqueles lugares que recebem investimento estatal, sob a égide das forças produtivas do capital, o autor supracitado elucida: “Essas regiões então parecem “naturalmente” favoráveis à acumulação em virtude dos “recursos humanos e sociais” que

foram aí incorporados. Com base nisso, o capital da produção provavelmente será atraído para essas regiões” (HARVEY, 2013a, p. 511).

Ao compreender as discussões teóricas relevantes para a pesquisa, permeadas pela memória, o espaço social, e a mobilidade do trabalho, pode-se então partir para questões mais específicas, tratando sobre a categoria memória relacionada ao trabalho, presentes no espaço de Itaipu e, por meio da memória dos trabalhadores do lugar, entender a configuração da história do povoado.

3 A MEMÓRIA DO TRABALHO NA CONFIGURAÇÃO DA HISTÓRIA DO POVOADO DE ITAIPU

Este capítulo aborda as questões que tratam da memória dos trabalhadores do povoado de Itaipu e de como foi se dando a produção e reprodução desse espaço por meio das atividades laborais, tendo em vista a presença da mobilidade do trabalho neste contexto.

3.1 A HISTÓRIA DO POVOADO CONSTRUÍDA A PARTIR DA EXPRESSÃO DA MEMÓRIA DOS MORADORES

O povoado de Itaipu passou por um longo processo de transformações espaciais, tendo em vista as relações sociais que foram sendo construídas com o passar do tempo. Segundo as narrativas dos moradores, este povoado foi fundado pelo pequeno agricultor Tertuliano Teixeira. Ele substituiu o nome da localidade de Lagoa da Pedra para Itaipu (um derivado indígena). Os moradores mais antigos do lugar afirmam que Tertuliano foi morto por um homem que lhe pediu emprego. Ele orientou ao forasteiro que esperasse a passagem dos festejos juninos e por ora concedeu estadia na rancharia. Quando chegou o dia da “festa de São João”, Tertuliano e o forasteiro estavam à beira da fogueira, momento em que este lhe deu quatro tiros. Tertuliano foi morto no dia 23 de junho de 1941¹⁵.

Os moradores do lugar até os dias de hoje preservam a tradição de realizar festas populares. São esses os momentos de lazer e alegria para a comunidade de Itaipu. Outras festas populares, de acordo com as narrativas dos moradores, foram realizadas ao longo da história, uma delas foi o primeiro carnaval do povoado, organizado pela moradora Lindaura, na década de 1940. Além disso, anualmente, ocorre a Festa de Reis, no dia 06 de janeiro. Essa festa começou a ser promovida pelo Sr. Germano¹⁶. Em meados de 1980, o pároco Luis Orlando sentiu a necessidade de arrecadar fundos para a construção da igreja e organizou, então, festejos a “São José”, o qual, segundo os moradores idosos, era o santo de devoção dos antepassados do povoado.

¹⁵ Informações de um panfleto, o qual apresenta uma síntese da história do povoado de Itaipu entregue a população no dia 14 de Março de 1999, pela “Secretária de assuntos distritais (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista-BA), no mesmo período em que a prefeitura disponibilizou um sistema de abastecimento de água no povoado.

¹⁶ Trabalhador (lavrador), o qual trabalhava para o Sr. Cazuza (pequeno agricultor- quadro de pequenos agricultores- APÊNDICE D), na terra do mesmo.

Outra tradição do lugar é a corrida da bandeira, incorporada em 1987 à Festa de Itaipu, juntamente com outras atividades, tais como: a corrida de argolinha, competições esportivas e atrações musicais. Para a ocorrência dessas festas populares, a comunidade teve uma colaboração importante, sendo que estes eventos revelam a cultura do lugar. Dentre as celebrações supracitadas, o São João é o que mais perdura na vivência destes grupos sociais. O morador Jesuino¹⁷ relata sobre a tradição de comemorar a festa do São João, como a chamada “festa da bandeira” (**figura 04**):

Figura 04: Pavilhão onde eram realizadas as festas da bandeira.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

Os moradores ainda fazem, anualmente, uma fogueira na frente de suas casas em comemoração ao período do São João. Além disso, existe a tradição de preparar comidas típicas juninas, como biscoitos, por exemplo. Visto isso, é evidente, por meio das vivências dos moradores do povoado, que o lugar passa a ser dotado de significados, como são destacadas as tradições da festa de São João, a festa de Reis e as fogueiras nas casas. Neste viés, compreende-se que a acumulação de trajetórias vivenciadas pelos grupos é refletida no lugar em que habitam, neste sentido percebe-se o quanto o mesmo é a base da reprodução da vida, ao passo que pode ser sentido, pensado e vivido (CARLOS, 2007).

O Sr. Idalino¹⁸ enfatiza que em meados de 1935, havia apenas 15 casas no povoado e que a maior parte do espaço era de “mato”. O Sr. Manuel¹⁹ recorda deste período ao relatar que algumas casas eram feitas de pau-a-pique²⁰ e outras de adobe²¹.

¹⁷ Entrevista realizada no dia 03 de Outubro de 2015, 72 anos.

¹⁸ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 85 anos.

¹⁹ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 77 anos.

²⁰ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra Pau-a-pique significa: Parede feita de ripas ou varas entrecruzadas e barro; taipa. (1975, p. 1048).

A moradora Dona Clemência²², conhecida por “Santinha”, com 94 anos, ainda guarda a memória de sua vivência neste lugar (**figura 05**):

Figura 05: Dona Clemência fazendo suas costuras em frente sua casa (94 anos).



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

A mesma, em sua narrativa, explana que foi morar em Itaipu, em meados de 1973, período em que havia apenas uma pequena igreja, algumas casas, duas “vendas”, onde os moradores compravam seus produtos. A água era fornecida, há cerca de 50 anos atrás, para os moradores por meio de cacimbas²³ existentes em algumas áreas. Anos depois, foram construídos tanques que enchem nos períodos chuvosos e, assim, fornecia água para todo o povoado. Posteriormente, em meados de 2012, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) passou a disponibilizar água encanada para os habitantes do lugar, contudo, segundo afirma estes, o sistema é precário e, muitas vezes, não fornece a água de que precisam.

O sistema de saúde é vulnerável, porque só existe um único posto, e esse não apresenta uma estrutura adequada. Ademais, em apenas um dia da semana há atendimento e com consultas reduzidas. Isso faz com que a população tenha que se deslocar até a sede de Vitória da Conquista para realização de exames médicos. O posto foi construído no ano de 1985, contudo, segundo a narrativa do Sr Jesuino, não dispunha nem de remédios básicos para

²¹ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra Adobe significa: Pequeno bloco semelhante ao tijolo, preparado com argila crua, secada ao sol, e que também é feito misturado com palha para se tornar mais resistente; tijolo cru. (1975, p. 38).

²² Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 94 anos.

²³ Segundo o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, a palavra cacimba significa: 1: Poço cavado até um lençol de água (1975, p. 246).

comunidade. Somente, no dia 10 de julho de 2014, foi inaugurado o posto de saúde ampliado, com dois consultórios, salas de espera, sanitários e depósitos, e, de acordo com a prefeitura, possui capacidade de atendimento a 230 famílias (**figuras 06 e 07**):

Figura 06: Posto de saúde-Itaipu



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

Figura 07: Inauguração da ampliação do Posto de saúde-Itaipu.



Fonte: PMVC, 2015.

O povoado possui duas escolas municipais de ensino fundamental: a Escola Leopoldo Miguéz e a Escola Miguelzinho Gonçalves. A maior parte dos moradores, que estão hoje na faixa etária de idosos (entre 62 e 85 anos), não tiveram condições de terem acesso à escola quando eram jovens, pois neste período não existiam escolas no povoado e as dificuldades de transporte eram grandes para se deslocarem para as cidades. Além disso, não só estes como seus filhos tiveram de começar a trabalhar como lavradores²⁴ desde a infância, assim, essa geração foi comprometida, no que respeita ao acesso a uma formação escolar. Todavia, alguns deles, como o Sr. Manuel, por exemplo, buscou ter algumas aulas particulares com o morador Antônio, o qual ensinou a ele o alfabeto. A primeira professora a ministrar essas aulas particulares nas casas, segundo afirma o Sr. Jesuino, foi Dona Mocinha Sampaio, sendo que as aulas destinavam primordialmente à alfabetização, já que o intuito de alguns moradores era aprender a assinar o nome, ler algumas palavras ou pequenos textos.

Os filhos de Manuel tiveram a oportunidade de estudar numa pequena escola (Escola Municipal Sabarreto), situada na Fazenda Mendonça, próxima ao povoado, onde já se ministrava da alfabetização até a 4ª série. Nesta escola, a professora era Maria, mas o espaço

²⁴ O significado de lavrador, conforme o “Dicionário do Campo” (2012), se insere numa multiplicidade de famílias que não se autodeterminavam de famílias de camponeses; se aplica aos camponeses proprietários privados de terras e aos diaristas e meeiros. Estes fazem parte de uma unidade de diversidade camponesa, o campesinato.

por ser pequeno, com o decorrer dos anos, se tornou insuficiente. Daí então, em 1966 foi construída, no centro do povoado, a segunda escola Municipal denominada: “Escola Municipal Leopoldo Miguez” (**figuras 08 e 09**), e lá o ensino abarcava a alfabetização até a 4ª série.

Na narrativa de Sr Jesuino, explicita-se que há uns vinte anos atrás foi construída uma escola chamada Miguelzinho Gonçalves, no povoado, também com ensino de 1ª à 4ª série.

Figuras 08 e 09: Escola Municipal Leopoldo Miguez- Itaipu.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

Na década de 1930 até meados de 1992, a produção que se acentuava era a de mandioca e, por conseguinte, ampliava-se a fabricação da farinha no povoado e em fazendas circunvizinhas, tendo em vista as narrativas dos moradores. As propriedades eram pertencentes aos pequenos agricultores²⁵, enquanto que os trabalhadores trabalhavam para os donos da terra na condição de meeiros²⁶ ou diaristas²⁷. Estes pequenos agricultores, em sua maioria, possuíam suas próprias casas de farinha, a do Sr. Pedro Soares foi uma das primeiras da região. No povoado também existiam várias delas, como por exemplo, a do Sr Juvenal, a do Sr Joaquim, dentre outras. Em anos posteriores foi construída uma casa de farinha comunitária no povoado (**figura 10**), em que, segundo conta o Sr. Idalino, a Associação de

²⁵ APÊNDICE D: Quadro de pequenos agricultores.

²⁶ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra meeiro significa: 1: Aquele que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras. (1975, p. 905).

²⁷ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra diarista significa: 1: Trabalhador sem vencimentos fixos, que ganha somente nos dias em que trabalha. 2: Empregado cujo salário é calculado por dia. (1975, p. 472).

moradores²⁸ reivindicou ao governo municipal a construção desta. Porém, o vereador Issac Nunes Neto, o qual contribuiu para a efetivação de investimentos no lugar (posto de saúde, pavilhão de festas, transporte para carregar os moradores doentes até a cidade mais próxima), sugeriu aos moradores à solicitação de verba ao responsável, a fim de que se encarregassem eles próprios de construir a casa de farinha, e, dessa forma, sua construção foi efetivada.

Figura 10: Casa de farinha comunitária- Itaipu.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

Nos últimos anos, a produção de farinha perdeu relevo em virtude do fato de muitos trabalhadores terem se aposentado, assim como a queda do preço da farinha no mercado, que levou os pequenos agricultores a fecharem suas “casas de farinha” e reduzirem a fabricação.

Segundo as narrativas, os moradores afirmam que, em se tratando da disponibilidade de meios dos moradores comprarem seus produtos para o sustento da família, o povoado dispõe de poucas alternativas, sendo que existem alguns bares (vendas), que funcionam também como pequenos mercados; e dois mercados maiores, sendo que o primeiro deles passou a funcionar em 2004, (**figura 11**):

²⁸ A casa de farinha comunitária nos dias de hoje funciona pouco, segundo moradores não existe uma atuação efetiva.

Figura 11: Mercado Dois Irmãos situado no centro do povoado de Itaipu.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

No povoado não existem feiras, então, para comprar frutas e verduras, quando não têm no mercado, os moradores recorrem a um vendedor que passa semanalmente pelo lugar. Mas a maior parte deles opta por comprar as mercadorias necessárias ao consumo, em Vitória da Conquista-BA.

Ao considerar todas estas trajetórias vivenciadas pelos moradores de Itaipu e as respectivas mudanças ocorridas na configuração espacial do povoado é que se pode compreender a concepção de espaço, o qual, para Massey (2008), tem o papel de trazer diferentes temporalidades para novas gerações. Essa afirmativa demonstra a relevância das narrativas, as quais reproduzem acontecimentos passados que tiveram lugar na memória dos grupos e que explicam como o espaço de Itaipu foi adquirindo novas formas e a maneira como os moradores se adaptaram as mesmas. Os indivíduos, os acontecimentos, modificam o espaço a todo tempo, em vista disso, compreende-se que o mesmo se dilui numa multiplicidade de trajetórias. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a vida é produzida, o espaço também o é, por meio das relações sociais de produção, divisão do trabalho e funções hierarquizadas já percebidas no meio familiar e a consequências resultantes da mobilidade do trabalho.

É necessário salientar o quanto a mobilidade está imbricada na constituição da história do povoado. Por outro lado, as tradições construídas pelos moradores ao longo dos anos torna-se um dos mecanismos de persistência em permanecer no lugar, mesmo sendo atraídos pelo sistema do capital a saírem do se espaço de vivência, tendo em vista a precarização do trabalho. Além desse fator, a configuração deste espaço não é favorável, o qual, por ter

recebido pouquíssimos investimentos estatais e não dispor de quase nenhuma infraestrutura no que alude aos os serviços de saúde, educação, e principalmente, postos de trabalho, promove a dispersão de seus moradores, mobilizados para outras regiões em busca de trabalho. Além disso, não se visualiza investimentos por parte do governo com vistas a melhorar a produtividade das propriedades agrícolas, o que gera a mobilidade forçada dos trabalhadores, apesar de alguns deles resistirem a ela.

Outro aspecto de suma importância para a constituição da história do povoado foi a prática do tropeirismo no povoado, acontecimentos relatados pelos moradores revelam o quanto isso se tornou um marco para os mesmos e a forma como se repercutiu nas transformações ocorridas no lugar.

3.2 A MEMÓRIA DA PRÁTICA DO TROPEIRISMO NO POVOADO

O tropeirismo foi uma prática essencialmente relevante para o povoado de Itaipu, expresso por meio das narrativas dos moradores, em que se constitui num marco de memória, se considerado que tal processo resultou em transformações espaciais significativas para o lugar.

Numa escala macro, o tropeirismo no Brasil surgiu desde o século XVII, sendo uma temática bastante discutida em São Paulo e Minas Gerais, chegando à duração de dois séculos e meio. A prática tinha o objetivo de abastecer vilas, lugarejos e povoados com mercadorias vindas de lugares que já obtinham pequenos comércios. No sertão da Bahia, essa prática ocorreu entres as décadas de 1900 e 1960. Os tropeiros²⁹ além de transportarem mercadorias em lombos de burros, principalmente a carne seca, tendo em vista o abatimento de gado nas próprias fazendas do interior da Bahia, também carregavam consigo: cultura, notícias e conhecimento pelas regiões que passavam (NOVAIS, 2002).

Em meados de 1930, no povoado de Itaipu, os tropeiros comercializavam feijão, carne, farinha, e alguns moradores do povoado de Itaipu eram também compradores deles, que arranchavam no povoado em locais como hoje funciona o bar do Sr. Rubem, assim como

²⁹ A palavra tropeiro é um derivado de “tropa”, Novais (2002) parafraseando Rogich Vieira (1984, p. 27-32), afirma que a palavra tem um sentido americanizado, provindo de colônias hispânicas, principalmente Peru e Argentina. Na região Nordeste do Brasil tropa é o “comboio” e tropeiro, unicamente o “comboeiro”. Ao tropeiro são atribuídos uma multiplicidade de conceitos. Novais (2002) cita outros historiadores, sendo que para Licurgo Santos Filho e Paulo Mercadante, o tropeiro é o dono da tropa, João Dornas Filho afirma que o “tocador” é o próprio dono da tropa.

relata Dona Esmeralda³⁰. Em alguns casos, apresentados na narrativa do Sr. Manuel, os tropeiros não tinham onde se abrigar, então, formavam rodas e espalhavam couros pelo chão e lá mesmo dormiam. Essas noites perduram na memória do Sr. Manuel, e o mesmo recorda das rodas de conversas dos tropeiros, as cantigas e trovas contadas por eles que compõem parte dessas trajetórias. Destarte, esses tropeiros deixaram marcas no povoado, produzindo significados que refletem a tradição dos seus moradores e tais questões esclarecem a preponderância dos tropeiros para o lugar, sobretudo, na junção de trajetórias construídas ao longo da história.

As tropas percorriam cidades, como Vitória da Conquista, Jequié, Anagé, dentre outras, no intuito de vender mercadorias, e, em sua passagem, trocavam informações e compartilhavam tradições com os habitantes do lugar. A respeito dessa prática, Novais (2002) elenca:

A prática do tropeirismo no sertão baiano exerceu uma importância fundamental na formação e consolidação de vilas e povoados. Itaipu, desde a sua origem, está centrada nas atividades agrícolas e pecuárias. Foi uma região que se destacava por abastecer outras localidades através dos sistemas de tropas desenvolvidas pelos primeiros moradores, durante as primeiras décadas do século XX. A maioria da população descende destes tropeiros que mantiveram viva a memória e história do lugar (NOVAIS, 2002, p. 36).

Segundo a narrativa do Sr Idalino, morador de 85 anos, o qual nasceu no povoado, e em 1935, já saía para vender farinha na cidade de Vitória da Conquista, o transporte era baseado em burros e carros de boi. Neste período, havia a passagem de tropas pela região, este morador morava com um dos tropeiros, sobre as rancharias afirma-se:

À beira das estradas se erguiam vendas e ranchos para atender as necessidades dos viajantes e tropeiros. Os ranchos geralmente ficavam em alguma fazenda e sua estrutura era simples, apenas um barracão com telhado e meia parede. No local os tropeiros descarregavam as mercadorias e as protegiam contra possíveis chuvas (NOVAIS, 2002, p. 23).

Aqueles que não pagavam os tropeiros para transportar as mercadorias, levavam-nas em carros de boi ou mesmo a pé para as cidades mais próximas, principalmente Vitória da Conquista. Havia um tropeiro muito conhecido pelos habitantes, o Sr. Juvenal, esse, segundo narra a moradora Esmeralda, transportava mercadoria (açúcar, querosene, cereais, café) para

³⁰ Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 75 anos.

cidade de Jequié e trazia mercadorias tanto de Jequié quanto de Feira de Santana. É importante salientar, conforme o Sr. Idalino, que o Sr. Juvenal não era o proprietário das tropas, nas quais havia responsáveis por comprar e vender as mercadorias. O Sr. Juvenal, na verdade, exercia a função de transportar e cuidar dos produtos nas tropas (compostas, geralmente, por doze burros), sendo considerado o líder, pelo fato de guiar os demais companheiros, seguindo na frente.

A passagem das tropas foi, como visto, um marco na memória de alguns moradores, o Sr. Manuel relata sobre um dos tropeiros:

E ai passava esse tropeiro, naquele tempo num tinha assim ladrão, às vezes, até por causa do povoado, o povo do povoado falava rancharia, que arranchava os tropeiros, quando num tinha a rancharia derrubava assim carga dos burros, fazia aquela roda assim, botava os couros, e durmia alí, ninguém mexia. Tinha gente que já fazia as rancharia³¹ pra receber esse povo viajante né, e tinha tropeiro que já ia pra o to lugar, passava só a noite é que tornava viajar pro destino que eles ia. O to chegava e ficava cantano aqueles antigamente, tinha muito que era até trovador assim. Então foi assim (Sr Manuel, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Para esse senhor, a passagem das tropas representa o contexto social do qual ele fez parte. É tanto que o Sr. Manuel tem recordações dos pequenos detalhes, como por exemplo, as rancharias que abrigavam os tropeiros durante a noite. Ao relatar sobre a importância do tropeiro afirma:

Altamente considerado pelas principais figuras dos lugares onde negociava, o tropeiro era sempre bem recebido nas casas senhoriais e eram-lhe conferidas as mais importantes missões pela confiança que inspirava e conquistava onde quer que passasse. Eram reconhecidos não só como homens corajosos e experientes, preparados para solucionar os imprevistos das viagens, como probos e honrados nos negócios (JOB, 1984, p. 14).

Tendo isso em vista vê-se o quanto o tropeiro pela sua coragem e força enfrentava tantas dificuldades nas longas viagens, passando por regiões inóspitas, foi um marco na

³¹ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra rancharia que dizer: Arrançamento, povoado pobre, origina-se da palavra rancho que significa: grupos de pessoas em passeio, marcha, jornada de trabalho. (1975, p. 1186).

história do Brasil e na memória de muitos, especificamente dos moradores do povoado de Itaipu.

As tropas existiam, também, para transportar as mercadorias para outras regiões, tendo em vista que não havia outros meios de transporte e, além disso, as estradas também eram bem precárias. Sobre o grupo humano que conduzia a tropa fazia parte o tropeiro e alguns camaradas ou peões, sendo que cada um desempenhava tarefas específicas: o arrieiro ou capataz que em alguns casos substituíam o tropeiro; os tocadores ou tangedores de lote-pequenos grupos de cargueiros (JOB, 1984). Isso revela uma das dificuldades que havia para comercializar o que era produzido na região. A afirmação posterior revela essas e outras intempéries enfrentadas pelos tropeiros nessas viagens:

Eram longas caminhadas, tocando os burros e prestando atenção para que nada de errado pudesse acontecer e machucar um animal ou danificar as mercadorias. Além do mais, o tropeiro tinha que ter condições físicas para o trabalho, pois pegavam muito peso, caminhavam muito e não tinha condições adequadas para dormir e alimentar. O trabalho era árduo e a disciplina rigorosa: levantavam cedo, pegavam os animais, arriavam e começavam a andar mais um bom trecho até chegar em outro pouso ou ao seu destino. (NOVAIS, 2002, p. 28).

Em outra conversa com Sr. Idalino, vê-se que o mesmo, também, possui uma memória comum a de Sr. Manuel, a despeito do mesmo ter tido uma relação diferente com os tropeiros. O Sr. Idalino trabalhava para um tropeiro nas plantações de mandioca e na produção de farinha, o qual tinha uma posse na região, o mesmo relata: “Com 15 anos eu saía daqui com dez burro carregado de farinha pra vender na fera da cidade”³². Essa viagem foi para Vitória da Conquista, em meados de 1945. O tropeiro Juvenal frequentava essa região como viajava com a tropa para outros lugares, só que o Sr. Idalino não lhe acompanhava nessas outras viagens. Nas palavras do morador:

Eu fui criado por minha mãe e duas irmãs, e elas saía trabalhando nas casa de farinha pros outros e eu saía mais elas, e aí por lá eu fiquei e tinha um pai e o pai era tropeiro, pai Juvenal, e lá eu fui ficando por lá e fui crescendo lá mais ela e fiquei morando mais esse pai. E eu era nessa vida, fazendo farinha (Sr. Idalino, 85 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

³² Sr. Idalino, 85 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014.

Esse morador ainda destaca que o único meio de transporte para carregar a mercadoria até a cidade era o animal, por meio do carro de boi, de tropas de burro, processo que demorava dias para se realizar. O Sr. Idalino, em sua narrativa, relata sobre o comércio de carnes na região, mercadorias transportadas pelos tropeiros para outras regiões como Jequié, por exemplo (neste caso, os tropeiros somente eram transportadores, não eram os donos das tropas e as mercadorias não lhes pertenciam). O morador afirma:

[...] matava cinco, seis vaca de uma veis, sargava essa carne, tinha aquelas mulé pra vinha pisar o sal no pilão, numa tinha aquele sal de hoje não, era sal grosso e essa carne botava no estaleiro la no sole, três dias de sole com três noite de sereno, de dia as muié oiava as carne e de noite era nois e ia dormi lá. E essa carne num era pra ficar aqui não, essa carne era pra levar ne “domo” de burro pra Jequié e prai pra dento pá vender! Aqui só ficava os osso, os fato, essas coisa e nem todo mundo podia comprar não (Sr Idalino, 85 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

A narrativa traduz as dificuldades de preparo da carne seca, a qual, se não colocasse sal, perderia por conta dos longos períodos de viagem. Novais (2003), num estudo sobre o tropeirismo na região, afirma que este preparo durava cerca de quatro dias. Além disso, os moradores do povoado não usufruíam da mercadoria que manipulavam, visto que não tinha dinheiro para comprar, esta era levada para outras regiões, a ser vendida aos grandes compradores comerciantes. Os tropeiros, assim como afirma o morador Jesuino, eram também açougueiros, pois compravam o gado dos pequenos agricultores³³ e preparavam a carne seca. O Sr. Francisco Gomes, pai de Jesuíno, era um destes tropeiros, ele vendia carne na cidade de Jequié e viajou com tropa até meados de 1960. Um dos pequenos agricultores que vendia carne para os tropeiros era o Sr. Cazuzza, assim como relata o Sr. Paulo³⁴, seu genro.

As condições pelas quais viviam os moradores do povoado de Itaipu eram precárias, em situações como a de que o trabalhador morava com o tropeiro, como no caso do Sr. Idalino que morava com o pequeno agricultor Juvenal, e tinha de se submeter a condições desiguais de trabalho. Embora o morador Idalino mencione que era tratado como “filho do patrão”, assim como ele relata: “eu só trabaiava como se fosse pra mim que esse vei (Juvenal) era como se fosse meu pai, ele era fazendeiro e viajava com tropa e eu morava mais ele como

³³ APÊNDICE D: Quadro de pequenos agricultores.

³⁴ Paulo, 55 anos. Entrevista realizada no dia 24 de Junho de 2015.

se fosse fi da casa”³⁵, na verdade, era explorado pelo proprietário Juvenal, pois o primeiro tinha a mera ilusão de ser considerado seu filho, quando, na realidade, até a alimentação que lhe era oferecida não tinha a qualidade mínima. Em se tratando das formas de exploração do trabalho ressalta-se:

O fato de homens estarem sob condição dominada, tendo de vender sua força de trabalho, sem o controle de seus próprios meios de subsistência, faz emergir a memória de homens sob situação alienante. Sua experiência fundamental é a do trabalho que se objetiva para outrem, que controla seu horário, seu modo de vestir, sua ração, etc., e essa experiência limita ou aliena a sua memória, até que emerja a consciência de classe para si (MEDEIROS, 2015, p. 65).

Assim sendo, as experiências de moradores, como o Sr. Idalino (**figura 12**), faz emergir essa memória reveladora da condição dos mesmos enquanto uma classe trabalhadora sob condições de dominação, que não percebem o quanto são explorados, alienados por suas memórias.

Figura 12: Sr. Idalino em frente sua casa.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

³⁵ Sr. Idalino, 85 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014.

Mesmo quando os tropeiros não passavam mais pelo lugar, alguns moradores tinham seus animais de carga que utilizavam para carregar a mercadoria para Vitória da Conquista. Em meados de 1955, segundo narra o Sr. Jesuíno, havia também uma feira em José Gonçalves (distrito ao qual pertence o povoado de Itaipu), e, em anos posteriores, meados de 1975, os produtos eram levados em carros para a sede de Vitória da Conquista, geralmente por atravessadores, quando os proprietários não possuíam carros apropriados.

A prática do tropeirismo no povoado foi um aspecto relevante para o despontar da mobilidade do trabalho neste espaço, sendo que as primeiras tropas que passavam pelo lugar abriam caminho, onde se formava as primeiras estradas para as cidades, tais como Vitória da Conquista. A mobilidade é claramente percebida nas narrativas dos moradores, dado que compôs parte da vivência desses tropeiros viajantes que exerciam o papel de transportadores de mercadorias. Essa mobilidade proporcionou relações sociais e econômicas entre tropeiros e pequenos agricultores, sendo que, os primeiros eram compradores de gado dos segundos. As informações elencadas manifestam o quanto tal prática foi preponderante para os moradores do lugar, implicando nas transformações do espaço social e em parte da tradição do mesmo. Vale ressaltar que todas essas questões em torno da produção espacial se principiam na família, espaço onde já se percebe uma divisão do trabalho e é neste espaço que os significados que resultam nas tradições vão sendo construídos.

3.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FAMILIAR COMO ELEMENTO PROPULSOR DAS FORÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL

A família é a base da produção do espaço, nela se inicia a unidade social e, sobretudo, a divisão do trabalho entre os membros da própria família. Desse modo, por meio das relações do grupo, o espaço, paulatinamente, se configura de acordo com a memória criada pelos grupos familiares que, ao mesmo tempo, representam-no, por meio da manifestação de significados construídos pela vivência (LEFEBVRE, 2006).

A família é vista como base para produção espacial mediada pelas relações sociais. Sobre isso, reafirma-se:

No início, o grupo e a família, com seus espaços-tempos específicos, numa forma de uso, também específica, apontam para a dialética produção da vida/produção do espaço, tendo por terceiro termo a reprodução social. Assim já aparece esboçada a relação possível entre a produção da vida e a produção do espaço como momento necessário de produção/ reprodução do mundo humano (CARLOS, 2011, p. 126).

A família, no povoado de Itaipu, em geral se insere nos aspectos predominantes das sociedades tradicionais, uma vez que, os seus membros moram uns próximos aos outros, o que caracteriza, também, a extensão das gerações e o propósito dos filhos, de, logo cedo, começarem a trabalhar para contribuir no sustento da casa. A divisão do trabalho inicia-se neste núcleo familiar. No referir a tais questões, aponta-se:

A casa da família tradicional (grupo de produção) é efetivamente local de morada, não é lugar de mero encontro (como ocorre nas sociedades em que a família é formada apenas por consumidores). É família extensa, que trabalha com o conjunto de seus membros, mais estável que a família moderna, com experiências mais fortemente compartilhadas (MEDEIROS, 2015, p. 71).

A medida que a família se estende e as relações se amplificam, surgem contradições e questões que fazem com que os membros se afastem. Uns se casam e vão morar em outros lugares, ou então permanece juntos ao construir suas casas próximas as de seus pais, uma característica peculiar da família extensa. Desse modo, as relações sociais se estreitam e aspectos em comum desse grupo possibilitam a construção de laços afetivos entre os indivíduos e com o espaço vivido. Na família de constância, os filhos moram junto com ela, a mesma relata: “[...] mora tudo aqui mais eu, a menina mora ai no fundo, minha filha não trabalha nada, que ela fica dento de casa, que ela tem um filho que tem pobrema, ela num pode fazer”³⁶.

Moradores do povoado de Itaipu relatam que migraram para São Paulo e que lá constituíram famílias, e isso acabou sendo um fator importante para que os mesmos não voltassem para sua terra natal. Essa situação ocorreu com o morador Gilvam: “[...] eu fiz família lá, minha mulé é de lá, meus filho nasceu lá, então eu fiz ota família, a parte né? Devido a isso me prendeu lá, já ta complicado porque todo mundo é de lá né, ai lá tá bom pra mim, já to estabilizado”³⁷. Essa narrativa revela os laços afetivos da família que vincula os

³⁶ Constância, 62 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014.

³⁷ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014 no povoado de Itaipu.

indivíduos ao lugar, o que fez com que o Sr. Gilvam ao permanecer, em São Paulo, construísse novas relações sociais. Por outro lado, ele não abandonou as tradições do povoado de Itaipu e os laços de afetividade que tinha com seus familiares, é tanto que a entrevista com o Sr. Gilvam ocorreu no período em que o mesmo passava férias no povoado, na casa de sua mãe (**figura 13**):

Figura 13: Sr. Gilvam na casa da mãe em Itaipu.



Fonte: Amaral, U. T. 2014.

Ao associar a discussão sobre os vínculos com a família dos moradores de Itaipu ao espaço familiar, entende-se:

O espaço familiar, ligado à naturalidade pela genitorialidade, garante a significação ao mesmo tempo que a prática social (espacial). Rompida por múltiplas separações e segregações, a unidade social se reconstitui ao nível da célula familiar, para e pela reprodução generalizada. A reprodução das relações de produção funciona plenamente na e pela ruptura dos laços sociais, o espaço simbólico da familiaridade (família e vida cotidiana) vencendo o sozinho “apropriado” (LEFEBVRE, 2006, p. 184).

Desse modo, é notório que os modos de produção espacial se principiam na família, porque, neste meio ocorre o rompimento dos laços entre seus membros, com a inserção de questões que envolvem a mobilidade do trabalho, se levado em conta que muitos deixam suas famílias em busca de trabalho em outros lugares. O processo de mobilidade do trabalho é difícil para os trabalhadores, tendo em vista a representação simbólica que construíram ao longo de um tempo histórico com o lugar e com os grupos sociais com os quais conviveram. Sobre essa relação com o lugar, a moradora Rosa relata: “Eu gosto daqui do lugar, das

peessoas, é um povoado muito bom, sossegado, todo mundo conhece todo mundo, pra mim mesmo todos são bons”³⁸.

É notória a diferença na forma de vida ao se deparar com a realidade das cidades. Encontram, em sua maioria, dificuldades na busca por condições de sobrevivência e moradia. A essas pessoas:

São impostos, a maior parte das vezes, o êxodo rural e a proletarização dos camponeses, por um sistema que apenas considera a exploração do solo e da natureza na medida do lucro que daí extrai. São impostos, a maior parte das vezes, os modos de acesso aos empregos e às formações profissionais por um sistema que considera os homens apenas como instrumentos de valorização do capital (GAUDEMAR, 1977, p.31-32).

Muitos desses trabalhadores se frustram ao perceberem uma realidade diferente da qual idealizavam, refletindo as marcas das disparidades socioespaciais e as fortes concorrências na procura por postos de trabalho, e assim, acabam retornando para o lugar de origem e à convivência que tinham com seus familiares. O Sr. Jesulino relata que em sua idas e vindas para São Paulo, morou lá durante um ano e meio, mas depois que se casou, as relações com a família o fazia retornar, sobre isso ele narra: “casei, ai peguei ir, ficar lá oito meis, seis meis, um ano, e vinha, até meus menino ficou de maior”³⁹.

Outra questão a respeito da instituição familiar neste contexto é a própria divisão do trabalho, a qual começa no espaço familiar. Mézaros (2002), ao aprofundar as discussões sobre as formas de dominação do capital sob o trabalho, aborda que o modo de produção capitalista exerce um controle desde as pequenas estruturas hierárquico-estruturais do trabalho (a família nuclear) até uma escala global, indo além da produção de mercadorias. Em vista disso:

[...] a *família nuclear*, articulada como “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado (grifo do autor). (MÉSZAROS, 2002, p.180).

³⁸ Rosa, 42 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015.

³⁹ Sr Jesulino, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014.

Esta hierarquização do trabalho organizado a benefício do capital que vem desde a instituição familiar, enviesada pelas forças produtivas do capital em últimas instâncias, resulta na flexibilização do trabalho, conforme explicita o autor:

[...] a *divisão* hierárquico-estrutural do *trabalho*, que, em seu devido momento, assume uma série de formas de *dominação de classes*, precede historicamente até as mais embrionárias manifestações do modo de controle do processo sociometabólico pelo capital (grifos do autor). (MÉSZAROS, 2002, p.207).

Tais questões são perceptíveis nas famílias do povoado de Itaipu. No exemplo da família do Sr. Jesuino, o mesmo relata:

Desna de oito anos de idade eu já trabalhava plantano e culheno lavoura, tinha pai, nois era cinco irmão home, ai ele fazia a roça e cada um de nois fazia a nossa roçinha, ai era assim, hoje João vinha me ajudar eu capinar minha roça, amanhã eu ia ajudar Bida, era assim, era a família mermo (Sr. Jesuino Teixeira, 72 anos. Entrevista realizada no dia 03 de Outubro de 2015).

Desse modo, compreende-se que a divisão do trabalho e a cooperação entre os trabalhadores se principia na instituição familiar, promovendo a divisão do trabalho percebida pela hierarquia entre os membros da família, em que existe uma diferenciação entre homens, mulheres e crianças. Na família do Sr. Manuel o trabalho também era dividido, ela relata que enquanto os filhos homens migravam para São Paulo, “As menina quem nem as mulher ficava aqui, trabaiava na roça mais eu pratano tomate”.⁴⁰

A subordinação ao capital se insere desde a produção familiar, como pode ser demonstrado na apreciação de Wanderley sobre o assunto:

Ora a produção familiar é percebida como um mero apêndice, passivo, dos ditames do capital, e o trabalhador do capital, e o trabalhador familiar é comparado a um trabalhador a domicilio, portanto, sem nenhuma autonomia. Ora ela é definida como expressão do pequeno capital, que, embora pequeno, guarda a natureza do capital [...] (WANDERLEY, 2009, p. 148).

O capital exerce um controle desde a produção familiar. Isso pode ser percebido no povoado de Itaipu, no interior das famílias, visto que já existe uma divisão na produção do trabalho. A família proprietária da terra, a qual fornece a força de trabalho, não possui

⁴⁰ Sr. Manuel, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014.

autonomia, ao contrário disso, estão subordinados ao sistema do capital, visto que a renda fundiária não fica nas mãos do pequeno agricultor, aquele que possui o título jurídico da terra, mas, o real proprietário é o capitalista, o qual faz parte de estruturas econômicas as quais estão associadas ao final do processo produtivo, no qual a renda da terra é extraída (WANDERLEY, 2009).

Outro aspecto observado no povoado é a forma como os grupos familiares se formam, apresentando características próprias de uma família extensa, em que se nota a proximidade das casas entre os parentes (**figura 14**). O grupo familiar adquire tradições e, dessa maneira, os laços afetivos são, então, mais facilmente estabelecidos.

Figura 14: Paisagem do povoado em que se demonstra a proximidade entre as casas.



Fonte: Amaral, U. T. 2014.

Ao indagar ao Sr. Idalino se as pessoas de sua família moram próximas umas das outras, o mesmo diz: “É, e tem um menino que é Doguinha, que é casado com a neta minha, mora aí, e fi e neto e bisneto, tá tudo aqui, ninguém nunca saiu também”⁴¹. Além disso, é característico do povoado os casamentos com pessoas do próprio lugar, tendo em vista o estreitamento das relações sociais entre os mesmos e o “enraizamento” com o lugar, no qual se adaptaram, motivando-nos a consolidar ali a sua permanência.

⁴¹ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 85 anos.

As transformações do espaço social configuradas no povoado são retomadas pelo Sr. Idalino na reconstrução do passado vivido, destacando os laços de afetividade entre os membros da família como um dos principais motivos que os fazem permanecer no povoado.

Tais questões supracitadas se referem ao processo de produção e reprodução do espaço. Ao mesmo tempo em que a vida é produzida, o espaço também o é, tecido pelas relações sociais. O espaço é imbuído de meios de produção, divisão do trabalho e funções hierarquizadas já percebidas no meio familiar.

O lugar, neste sentido, além de refletir a história de um povo, também é onde se apresenta o uso, consumo e os processos de apropriação do espaço. Visto isso, de acordo com os posicionamentos de Carlos (2007), o lugar é produto das relações humanas, reflete não somente as formas de vida, bem como a história das lutas e resistências. Neste contexto, compreende-se o quanto o lugar como espaço de vivência está associado às relações de trabalho, a exemplo da busca pela permanência dos trabalhadores do povoado de Itaipu no lugar, considerando as tradições construídas no ambiente de trabalho que se torna importante para os mesmos, bem como os laços de afetividade entre os membros da família.

Essas assertivas revelam o lugar como espaço do encontro e do não encontro, pois que, ora os grupos familiares mantem os laços entre si, e resistem em sair do povoado, ora os laços são rompidos, na medida em que precisam migrar para outros lugares em busca de trabalho. As saídas de moradores do lugar, em sua maioria, não são espontâneas, visto que, são determinadas pela mobilidade do capital, em se tratando da falta de oportunidade de trabalho em sua região. Porém, existem aqueles que retornam para o povoado, pois ainda mantêm uma forte ligação com a família e com o lugar.

3.4 A MEMÓRIA E AS RELAÇÕES SOCIAIS NO POVOADO DE ITAIPU.

Ao discutir sobre os conceitos de espaço e memória coletiva, Halbwachs (1990) enfatiza que o primeiro deve ser percebido como parte do contexto social, construído historicamente.

Para Halbwachs (1990), é por meio das observações do entorno material que as lembranças são recordadas, a casa, o aspecto dos lugares são exemplos de coisas que nos remetem aos acontecimentos passados. Os grupos sociais inseridos no espaço tanto se

adaptam às condições materiais ali existentes, quanto transformam o mesmo a sua imagem, atribuindo novos significados ao lugar.

Ao relatar sobre as modificações que ocorreram no espaço de Itaipu e que revelam mudanças no lugar, a moradora Rosa diz que: “melhorou assim a escola, antes num tinha assim ônibus pra ir pros colégio, ônibus passa na porta, água da embasa, energia, carro de lixo, posto de saúde. Muitas coisa melhorou”⁴². Este relato revela as transformações ocorridas no espaço de Itaipu, onde foram inseridas pequenas estruturas que promoveram uma nova configuração espacial ao lugar.

Assim como aborda Halbwachs (1990), não se trata simplesmente de uma ligação entre as partes, mas do conjunto que reúne tradições, fatos em comum entre as pessoas que definem a formação de um grupo, o qual mantém uma relação viva com o espaço. Visto isso, o grupo além de criar imagens que possibilitam as novas configurações espaciais, acaba, também, se adaptando aos aspectos que se renovam e se transformam. Porém alguns grupos possuem uma resistência com relação às transformações que vão ocorrendo no espaço, pois as tradições vão sendo substituídas por outras, apesar de ainda terem sentido para os moradores mais antigos do povoado de Itaipu, assim:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia de mais estável (HALBWACHS, 1990, p. 133).

Em cada espaço da sociedade existem objetos que foram construídos ao longo de um processo histórico, os quais permitem a retomada de lembranças. As relações sociais que vão sendo construídas ao longo da história fazem com que laços afetivos com espaço sejam produzidos, e os grupos passam a ter um sentimento de pertencimento com o lugar. Essas questões revelam o motivo dos grupos terem dificuldade de se adaptarem as transformações no espaço.

Halbwachs (1990) entende o espaço como resultante das relações sociais produzidas e reproduzidas, o autor contextualiza isso ao explicar:

⁴² Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 42 anos.

Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

As modificações espaciais, com o passar do tempo, podem ser vantajosas para as pessoas, contudo, existem elos que mantêm os grupos vinculados ao passado vivido, isso produz significados para os mesmos:

No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidas por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente (HALBWACHS, 1990, p. 68).

É interessante enfatizar que os traços que ficaram do passado não são apenas partes de lembranças, mas é como um passado presente, visto que, a memória o faz permanecer. As histórias contadas revelam a vivacidade da memória do espaço vivido e refletem a importância do lugar para os grupos a ele pertencentes, assim como é perceptível o quanto alguns acontecimentos de outrora permanecem na memória de determinados grupos.

O Sr. Manuel recorda do passado vivido com clareza, ao afirmar:

[...] trabalhava, prantano a maniva, o povo de antigamente gostava de prantá feijão catador, fava, a gente produziu muito aqui na terra, a gente prantava maniva⁴³ né, trabalhava eu mais meu pai e ai até o transporte mais aqui era tropa de burro, hoje **era uma coisa que eu sinto saudade**, porque era bonito, as vez fazia aqueles lote de burro e fazia um peitorar, aquele burro mais importante botava na frente e fazia uma cabeçada com aqueles polaque, aqueles sino assim bateno, carregava todo tipo de mercadoria pra vender (Sr. Manuel, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

⁴³ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra maniva significa: Manafba, mandioca. (1975, p. 880).

Por meio das conversas com os grupos familiares do povoado de Itaipu, percebe-se o quanto os mesmos têm recordações do passado, as quais, ao serem lembradas, manifestam a saudade do tempo vivido na comunidade. As histórias de tropeiros contadas por eles, as rapadeiras de mandioca, os grupos que saíam nos caminhões para trabalhar, no período da colheita do café, são acontecimentos que marcaram as famílias do lugar e são parte de uma memória que permanece na consciência dos grupos: “É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p.82). Ciente da relevância da memória coletiva é que se pleiteia compreender as mudanças socioespaciais sucedidas em Itaipu, relacionadas à mobilidade do trabalho em suas variadas formas atualizadas ao longo de um processo historicamente construído.

Outras expressões da memória da mobilidade do trabalho são trazidas ao presente como acontecimentos marcantes para alguns moradores, os quais trabalhavam para pequenos agricultores e, alguns deles moravam na casa do seu próprio patrão. Segundo eles, o empregador os acolhia como filhos, porém, nessa relação de compadrinamento, o patrão não trata os empregados da mesma forma que seus filhos, pois os seus interesses são outros, os de explorar a força de trabalho desses trabalhadores, tendo um maior controle sob os mesmos. Assim como já foi supracitado, a memória dessas pessoas se torna alienada, pois eles não têm essa consciência de que são explorados, ao passo que, no entendimento deles existe apenas uma relação de afetividade por parte dos pequenos agricultores, que os chamam para morar em suas casas. Tal afirmativa pôde ser percebida na fala de Sr. Manuel:

Aí Pedo já sabia cumé que eu era, já morei junto com ele, assim, na fazenda dele, nunca ganhei uma reclamação, até dessa idade eu agradeço a Deus, sofria, mas, nunca peguei no que dos oto pa robar, Ô Mané se num tiver o dinheiro eu te arrumo, foi Pedo Soares, e eu tinha o dinheiro e aceitei [...] (Sr Manuel, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

À medida que os anos se passaram, a situação foi se modificando e outras formas de trabalho foram se configurando no espaço. Nos dias de hoje, o Sr. Manuel se aposentou e vive com sua esposa (**figura 15**):

Figura 15: Sr Manuel e sua esposa em frente sua casa.



Fonte: Amaral, U. T. 2014.

Sr. Idalino, ao lembrar do passado, narra que se casou e comprou um pedaço de terra, passou, então, a trabalhar nas casas de farinha espalhadas na região. Cinco dos pequenos agricultores⁴⁴ tinham suas próprias casas de farinha, as quais eram bem tradicionais. Dessa forma, tanto este como outros trabalhadores relacionavam com novos grupos familiares, a exemplo dos pequenos agricultores que os chamavam para trabalhar temporariamente em suas terras, na produção agrícola.

À proporção que o tempo passou, novas configurações surgiram no espaço social de Itaipu. O aspecto das casas, o cotidiano das pessoas, as relações de trabalho, as vivências entre os grupos e o aparecimento de outros grupos. Isso é comprovado na afirmação:

Em todo caso, uma vez que a memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, à medida em que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem, ela não cessa de se transformar, e o grupo, ele próprio muda sem cessar (HALBWACHS, 1990, p.84).

Neste contexto, as mudanças, para os moradores, por um lado são boas, quando se trata das pequenas melhorias na estrutura espacial do povoado, como o fornecimento de água, por exemplo. Por outro, as transformações no setor de saúde e educacional foram parcas, e existe somente um posto de saúde e uma escola. Porém, apesar das dificuldades do tempo de outrora, muitos recordam, com saudosismo, a vivência que tinham, enfatizando o quanto o

⁴⁴ APÊNDICE D: Quadro de pequenos agricultores.

trabalho fora importante para eles. Dona Esmeralda é um exemplo de uma mulher que tem saudade do passado vivido:

Hoje tá tudo bom, nunca falta nada na casa da gente, mas eu acho que naquele tempo, sobre a criação mesmo, nois foi criado dum jeito, mais nois hoje num cria nossos filho mais que nem nois criou. O passado da gente era muito mais melhor porque num tinha tanta violência, acho que tudo naquele tempo era mais melhor. Nois aqui no lugar que a gente mora somos muito assossegado, hoje é mais melhor umas coisa. Eu tem saudade, a gente era criado na casa do pai da gente, a gente ia num canto era se o pai aceitasse (Dona Esmeralda, 75 anos, Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Dona Esmeralda sempre recorda do passado de forma positiva, revelando um sentimento de saudade desse tempo antigo. Nota-se que esse passado ainda permanece vivo em sua memória e que pode ser percebido pelos seus modos de pensar e sentir. Nesse sentido:

O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. [...] o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substancia de seu pensamento (HALBWACHS, 1990, p.87).

Mesmo com as mudanças ocorridas no povoado de Itaipu, e no próprio cotidiano de Dona Esmeralda, a qual hoje se encontra aposentada e não exerce mais atividades como lavradora, a mesma sente falta do passado que não deixa de perpetuar no seu pensamento. A moradora afirma que gostava de trabalhar e que, se estivesse em boas condições de saúde, continuaria trabalhando na roça. Essa narrativa revela o quanto este lugar é importante para a moradora, e a forma como as vivencias desta estão entrelaçadas no mesmo. Pois que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora [...] posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 2007, p. 22).

Em vista disso compreende-se que é por meio das vivencias construídas pelos grupos sociais de Itaipu é que se produz sentido ao lugar. As relações de trabalho vivenciadas ao longo de um processo histórico possuem significado para tais grupos, bem como também

configura este espaço. As atividades laborais foram tão relevantes para estas pessoas que têm um lugar na memória dos mesmos.

3.5 A RELAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DOS GRUPOS FAMILIARES DE ITAIPU COM O TRABALHO

O espaço rural, na concepção de Wanderley (2009), é definido como sendo um lugar de vida, o qual ao mesmo tempo em que é singular, também é coletivo. A permanência da população que vive no campo se dá, maiormente, quando o lugar oferece estrutura, disponibilizando lhe serviços, ofertas de trabalho ou condições que possibilitem sua sobrevivência, como uma agricultura lucrativa. Contudo, as precariedades das principais áreas rurais do Brasil e as diminuições dos benefícios referidos contribuem para que alguns de seus habitantes se desloquem para as cidades.

Ao diferenciar campo e cidade a autora explana: [...] o meio rural é identificado ao “meio natural”, lugar por excelência da agricultura e da vida social camponesa, distinto, portanto, da cidade, considerada como um “meio técnico” (WANDERLEY, 2009, p. 207). Thomaz Junior (2004-2005, p. 44) ao distinguir o rural do urbano afirma: “O rural é a escuridão, o que não se pode ver”, pois que, ao observar uma fotografia de satélite, percebe-se que os focos de luz estão concentrados no espaço urbano. As comunidades tradicionais, apesar de quase invisíveis, são pontos importantes para promover o crescimento urbano de outras áreas. O povoado de Itaipu se enquadra numa comunidade rural, o qual possui características próprias, tais como: a autonomia que os grupos mantêm a importância dos grupos domésticos, os quais firmam relações de afetividade e de trabalho, interligados às estruturas globais.

O trabalho, em sua essência, está vinculado às relações sociais de produção, estabelecidas por homens e mulheres no processo de produção social. A ideologia do capital atua de maneira contraditória, uma vez que, os trabalhadores devam estar livres no mercado para venderem sua força de trabalho ao capitalista (OLIVEIRA, 2007).

Os pequenos agricultores⁴⁵, proprietários de terras no entorno do povoado, oferecem trabalhos temporários em suas lavouras; os trabalhadores são denominados por eles de

⁴⁵ APÊNDICE D: Quadro de pequenos agricultores.

“camaradas”⁴⁶. O dono dividia o trabalho na lavoura e também os lucros com seus “camaradas”. Nesse tipo de trabalho, em alguns casos, a família inteira era mobilizada para o trabalho na roça, cujas funções eram distribuídas entre os membros da família. Sobre essas questões afirma-se:

O trabalho no tempo da roça era fundamental, porque dele a família tirava sua sobrevivência, tendo como código principal a disposição para se “esparramar”. Esta disposição favorecia a integração ao grupo, contando com a participação de filhos, amigos ou qualquer outra pessoa que participasse da parceria. A expressão “se esparramar” acionava a troca de tempo e dizia que naquele momento era hora de se disponibilizar para o trabalho entre iguais (DANTAS, E. F., 2014, p. 101).

O que promove a precarização por meio do trabalho temporário é o contexto socioespacial globalizado, posto que, exerce uma relação intrínseca com o capital, pela qual os homens de negócio precisam se reinventar e acelerar a produção diante da concorrência dentro do grupo, já que detêm um controle sob as demais instituições, nas diversas escalas e promovem a super-exploração do trabalho. Desse modo:

[...] efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho (grifos do autor). (ANTUNES, 2001, p. 209).

O trabalho temporário é apenas uma das formas de aumentar a produção, sem aumentar os gastos com força de trabalho e, ainda, extrair lucro, a fim de investir cada vez mais no processo produtivo, bem como distribuir mais instalações pelo espaço mundial.

Os trabalhadores de Itaipu criaram um sentimento de pertencimento àquele espaço e, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no campo, contentam-se com os baixos salários que recebem, por meio do trabalho temporário, e em condições precárias. Muitos dos entrevistados, principalmente os idosos, afirmaram gostar do lugar em que vivem e enfatizam que em momento nenhum tiveram vontade de sair de suas terras. O Sr. Idalino é um destes, o mesmo afirma que:

⁴⁶ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” a palavra Camarada significa: 1: Pessoa que convive com outra; companheiro; amigo fraternal e cordial. 2: Cada um dos indivíduos que exercem a mesma profissão. (1975, p. 259).

[...] quando num tinha terra, arrendava terra pra trabaiaá, pegava mato pra roçar, nesse tempo tinha muito mato, pra prantar roça e prantar mandioca meia. Sempre eu gostei de fazer isso, só sei fazer isso, nunca sair pra trabaiaá fora (Sr. Idalino, 85 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Ao relacionar esta narrativa com a concepção de Bailly (1998), compreendendo que o lugar na geografia reflete uma bagagem cultural carregada de simbolismo e de laços sentimentais de afetividade, que as pessoas formam com seu espaço de moradia, de vida (AMARAL; MENDES, 2011), afirma-se o seguinte: “[...] o homem é ator geográfico, o lugar é seu espaço de vida, todas as relações aí se misturam num labirinto de ligações veiculando nossos sentimentos, nossas memórias coletivas e nossos símbolos” (1998, p. 216). O Sr. Idalino mantém essa ligação com o lugar, que a faz dar ao mesmo reconhecimento e relevância, tendo em vista os acontecimentos que marcaram a memória do lavrador.

Portanto, é fulcral perceber como se efetivou o trabalho no povoado de Itaipu, a relevância das relações sociais ou laços afetivos estabelecidos na família nuclear, na qual todos cooperam e participam das atividades que conduzem o sustento do grupo, e com outras pessoas pertencentes ao povoado de Itaipu. Não se pode deixar de abordar que as relações entre os pequenos agricultores e trabalhadores (diaristas, meeiros), a prática do tropeirismo e as migrações para lugares distantes, como São Paulo, compõem a tessitura das relações socioespaciais, que estabilizam o pertencimento dos moradores de Itaipu ao lugar, formando laços de afetividade construídos entre os que permanecem naquele espaço, os que passam por ali e deixam suas marcas, os que migram para outras regiões e voltam para rever seus familiares. Os relatos ou recordações, a demonstração de sentimentos e imagens relevantes do passado são facultadas por meio da memória coletiva que mantém os vínculos das pessoas ao passado vivenciado. A mobilidade do trabalho será discutida, com mais afinco, no próximo capítulo.

4 AS IMPLICAÇÕES DA MOBILIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE ITAIPU

Neste capítulo, abordam-se as principais implicações da mobilidade do trabalho na transformação socioespacial do povoado de Itaipu. Em específico, discute-se acerca da memória dos trabalhadores, tendo em vista as diversas formas de exploração do trabalhador temporário; a problemática em torno da saída de pessoas do lugar para regiões distantes, bem como para outras terras próximas ao povoado, em busca de trabalho; a relação do meeiro, diarista com o pequeno agricultor; a mineração como outra forma de exploração do trabalho presente neste espaço. Sendo que todas estas questões estão associadas às estratégias do modo de produção do capital atuantes no passado vivido pelos grupos e as novas formas do mesmo continuar empreendendo a mobilidade do trabalho.

4.1 A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR TEMPORÁRIO

A compreensão da mobilidade do trabalho, no povoado de Itaipu, se baseia nos relatos dos moradores do lugar, principalmente os idosos, tendo em vista que estes já possuem um tempo maior de vivência no lugar. Neste âmbito, a memória faz com que o passado vivido seja trazido ao presente por meio das narrativas.

Ao realizar visitas aos vinte e dois moradores⁴⁷ do povoado foi possível perceber a memória coletiva imbricada nas lembranças individuais, em que é notória a memória comum inserida nos grupos. São lembranças que cada indivíduo tem de uma determinada quantidade de pessoas, e isso revela a forma como os pensamentos individuais são também coletivos.

A memória da mobilidade do trabalho dos moradores de Itaipu só pôde ser revisitada por meio das narrativas dos mesmos, os quais fizeram um resgate do passado vivido, permitindo que as lembranças antigas fossem emprestadas ao presente e a imagem de outrora fosse reconstruída. Essa característica da lembrança é bem delineada por Halbwachs:

Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas impressões, a lembrança se distinguiria, por definição, dessas ideias mais ou menos precisas que nossa

⁴⁷ APÊNDICE A: Quadro de entrevistados. Entrevistas realizadas em 2014 e 2015.

reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Ao associar a mobilidade do trabalho neste espaço com a memória social, pode-se afirmar que o Sr. Jesulino⁴⁸, em suas migrações temporárias para São Paulo, não permaneceu lá, tendo em vista os laços que mantinha em Itaipu com sua esposa e filhos, e também, a representação social do lugar. Martins ao conceituar esse tipo de migração, afirma:

Migrar temporariamente é mais do que ir e vir- é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições com duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por relações sociais, historicamente definidas [...] (MARTINS, 1986b, p. 45).

Assim como o Sr Jesulino, Célia⁴⁹ também é uma migrante temporária que passa por contradições como as que foram citadas, tendo que viver nessa duplicidade de vivências em lugares totalmente diferentes. A mesma teve que migrar para São Paulo quando tinha 18 anos e morou lá durante 16 anos trabalhando como empregada doméstica, mas há três anos retornou para o povoado de Itaipu, lugar em que nasceu e que, segundo ela, reside sua família. Em vista disso compreende-se que:

Se as pedras se deixam transportar, não é fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores [...] As pedras e os materiais não vos resistirão, e, deles, é com a própria resistência senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual esbarreis (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Assim como a metáfora das “pedras” elencada pelo autor *a anteriori*, o Sr. Jesulino foi um exemplo de muitas pessoas que se sujeitaram a essa mobilidade do trabalho aliada a mobilidade do capital, mas as lembranças, ou seja, a memória não se dissipou. Ainda sobre isso, explana-se:

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 77 anos.

⁴⁹ Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 48 anos.

As lembranças, a conservação da memória coletiva, a manutenção dos hábitos culturais e alimentares, são formas de apropriação dos espaços, fortalecidas por meio das redes migratórias que mantêm vivas as relações entre os que partiram e os que ficaram (SILVA; MELO, 2009, p. 150).

O Sr Jesulino, e todos os outros moradores que narraram puderam reconstruir a memória dos grupos de famílias do povoado de Itaipu, fazendo com que a memória da mobilidade do trabalho seja conservada. Percebe-se, também, a forte relação criada entre aqueles que saíram do povoado e os que ficaram, tanto que os hábitos culturais permanecem na vida de cada um, o que mantém um forte vínculo entre ambos. As lembranças que possuem em comum sobre o passado vivenciado por eles, traduz a memória coletiva de tais grupos estudados.

4.2 A MOBILIDADE DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL DE ITAIPU

Ao estudar a mobilidade do capital numa escala macro, nota-se que os detentores do capital aliados às forças estatais pretendem manter trabalhadores num lugar, tendo em vista ser um espaço considerável para produção e acumulação de capital, os mesmos promovem diversas estratégias, por meio de incentivos para investimentos agrícolas, ou através do sistema de crédito, fornecendo empréstimos aos trabalhadores, a fim de que proporcionem a mobilidade do capital e do trabalho. O que é relevante para os grandes empresários é a força de trabalho utilizada.

O trabalhador do povoado de Itaipu com base nas entrevistas se considera um lavrador que trabalha mais para o sustento de sua família, e aquilo que produz é vendido por preços abaixo do valor embutido na mercadoria. Nesse panorama, a renda da terra é extraída e direcionada para os grandes setores econômicos, que se beneficiam com este tipo de trabalho. Dentre as alternativas para os trabalhadores de migrar ou ficar, na concepção de Harvey (2013a), o melhor a se fazer é permanecer nos seus lugares onde nasceram e lutar para que haja melhorias, porém esta não é a atual realidade de tais trabalhadores que não tem alternativa a não ser sair do seu lugar de vivência em busca de trabalho.

Silva (1999), ao fazer uma abordagem sobre a problemática que envolve os processos de migrações forçadas, acentua que entre todas elas existem muitas semelhanças, traçando

uma relação da memória social com o trabalho de muitos trabalhadores que são parte desse sistema excludente e desigual. Nota-se, nos trabalhadores do povoado de Itaipu, o enfoque dado por Silva na seguinte assertiva:

O exemplo maior dessa espécie de espiritualidade em relação à terra, que não existe mais, pode ser descoberto pelas lembranças que compõem a memória individual e coletiva destes camponeses. Ao relatarem sobre o passado, eles projetam o sentimento da ira contida, represada, concretizada pela existência da planta estranha. Ainda que extremamente pobres, migrantes temporários, muitas vezes escravizados em outras terras, sempre regressam à terra de origem. É uma espécie de eterno retorno, de espera de algo que ainda acontecerá, muito embora, não se saiba quando, nem como e nem o quê. As palavras ditas e as não ditas constituem muito mais um lamento do que um discurso (SILVA, 1999, p.53).

Dessa maneira, é interessante ressaltar a persistência e resistência que o trabalhador possui, pois, mesmo diante da luta no campo pela sobrevivência, sempre espera por dias melhores. A partida para terras desconhecidas e para as cidades são dolorosas para os habitantes de Itaipu, principalmente os idosos, enquanto que, para os mais jovens, a melhor alternativa ainda é a procura por trabalho, nos centros urbanos.

No povoado de Itaipu, a mobilidade do trabalho se concretiza no momento em que os trabalhadores saem das áreas rurais para os espaços urbanizados, pleiteando um trabalho que ofereça condições favoráveis de sobrevivência. Apesar de sair do espaço de vivência, indo esporadicamente em direção aos centros urbanos, eles não perdem os laços afetivos com o lugar. Apesar da expectativa dos trabalhadores em obter melhorias nas condições de vida ao irem para as cidades, além do espaço rural ser revestido pelas novas formas de precarização do trabalho, isso têm se disseminado por todos os espaços sociais, bem como, sob os diversos setores econômicos.

A insatisfação com as péssimas condições de trabalho tem impulsionado eventualmente a migração de homens e mulheres do campo para as cidades no Brasil, na busca por melhores condições de trabalho, porém, eles acabam tendo de submeter-se a outras formas de trabalhos temporários, os quais não exigem tantos conhecimentos escolares, como por exemplo, na construção civil. A maioria deles possui um histórico de vida semelhante entre si, se considerado que não tiveram condições de estudar quando crianças, pois precisaram começar cedo a trabalhar na lavoura, a fim de contribuir com a renda familiar, e, ao se tornarem jovens, sentem a necessidade de continuar contribuindo com os gastos da

família, tornando, assim, num círculo vicioso regido pela exploração do trabalho. O Sr. Idalino se enquadra nesse perfil, pois, desde a infância, teve que trabalhar na lavoura, como traduz suas palavras: “Não, num fui nenhum dia na escola, porque eu era só mais ele na roça, depois que eu tive meu menino eu aprendi fazer meu nome”⁵⁰.

Ratifica-se a mesma ideia no relato de outro morador:

Estudei não. Sabe o que que eu estudei? Eu estudei o abc antigamente, cê conheceu? Falava abc. Cheguei ir na escola, mas situação tão difícil, meu pai pagou um professor, Antônio Ferreira, trinta dias mandou estudar, mas a precisão era tanta de trabalhar nas roça, estudei 14 dias, nesses 14 dias aprendi as 25 letras que falava o abc, e daí eu num tive mais assim puder de estudar, hoje sente falta, mas é porque num achei oportunidade, que meu pai num tinha condições (Sr. Manuel, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

As narrativas dos moradores revelam a luta que a maioria teve pela sobrevivência, dado que, desde a infância, já ajudavam seus pais na lavoura, e, a falta de escolas e, em alguns casos, a necessidade de trabalhar logo cedo impossibilitaram os mesmos de estudarem, o que, com o passar dos anos, foi se tornando cada vez mais difícil. A capacidade desses grupos de lembrar, e, evocar o passado é uma forma de tomada de consciência e de autonomia, a qual não deixa de ser condicionada pelo trabalho, o lugar, os artefatos e as técnicas. A respeito disso Medeiros afirma o seguinte:

Dizer que mãos, pés, artefatos, movimento, luta pela sobrevivência, etc, criaram consciência e que o fato de aprender, guardar (registrar) e evocar são ínsitas nessa importa igualmente em afirmar que, formada a consciência, a faculdade da memória ganha grande espaço de autonomia, permitindo aos que não laboram (crianças, por exemplo) lembrem, tenham memória retentiva e memória evocativa (MEDEIROS, 2015, p. 69).

A mobilidade do capital aliada à mobilidade do trabalho é um aspecto que ocasiona a separação dos grupos familiares, visto que, a migração de pessoas para outras regiões distantes de sua terra natal faz com que essas fiquem longe de seus familiares, e, em certos casos, os mesmos passam a morar em outras cidades. Isso ocasiona o rompimento parcial dos laços afetivos, já que eles passam a criar vínculos com outros grupos. O retorno ao lugar de origem desses migrantes temporários resume se na afirmativa:

⁵⁰ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 85 anos.

[...] o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo (MARTINS, 1986b, p.45).

Tais processos são visíveis na narrativa do Sr. Gilvam, o qual retorna ao povoado apenas para visitar a família, pois os vínculos criados em São Paulo e a família que constituiu lá, revelam uma nova forma de vida do mesmo. Apesar disso, a memória dos seus parentes e do espaço vivido permanece. Sobre o trabalhador que migra, enfatiza-se:

Os que o apoiam entendem que o seu desenraizamento e, sobretudo, a sua migração temporária tem um efeito devastador sobre sua vida: rompe laços familiares, expressa a miséria e a impossibilidade de sobrevivência econômica no pequeno lote agrícola [...] (MARTINS, 1997, p. 42).

No povoado de Itaipu, os trabalhadores em geral, tendo em vista as condições sociais em que vive, não possui a oportunidade de permanecer na escola. E uma massa de trabalhadores engrossa as fileiras dos trabalhos precários nos centros urbanos, devido ao enorme excedente de trabalhadores desempregados, o que induz as fábricas e o setor de serviços não absorver todos e, em consequência disto, muitos vão trabalhar na construção civil, no caso dos homens, e as mulheres, geralmente, vão trabalhar como empregadas domésticas.

4.2.1 Partir ou ficar? A mobilidade para a metrópole paulista

*Vocês não queiram mal aos que
vem de longe,
aos que vem sem rumo certo,
como eu vim.
As tempestades é que nos atiram
Para as praias sem fim...
(Judas Isgorogota, **Os que vem de longe**)*

O capital possui diversas formas de se concentrar e promover o crescimento de suas forças produtivas. Isso nem sempre se dá de maneira visível, assim como a exploração do

trabalhador não ocorre exclusivamente no chão da fábrica, ou, nas grandes propriedades agrícolas, sobretudo, nas regiões quase que vazias em termos populacionais, em comunidades menores e tradicionais.

A questão principal é que as comunidades apresentam contrastes em relação a outros lugares, onde se mantêm atividades do capital fixo. Isso é o que Harvey (2013b) conceitua por “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo, pelo qual se apresenta a divisão do trabalho e, por conseguinte, a divisão de classes, mesmo que em espaços pequenos, tais como: comunidade e região. Nesse raciocínio, o local não se desvincula do global e as estratégias do capital são parte de um amplo sistema produtivo. Visto isso, afirma-se:

Ao articular a localização dos elementos necessários à produção e à circulação do capital como condição da acumulação continuada, a produção de mercadorias se associaria a uma determinada “situação” que permitiria pensar na relação do local da produção com espaços mais amplos (CARLOS, 2011, p. 104).

É necessário compreender o espaço como sociedade, bem como, a localização num âmbito social, a fim de entender o mundo do trabalho e, a forma com que o capital o constitui. O que acontece é que determinadas regiões são desvalorizadas pelas forças produtivas do capital o que, por sua vez, induz os trabalhadores, que moram nelas, a migrarem para outros lugares, sendo então uma forma de atrair mão-de-obra para onde se obtém maior acumulação de capital. Questões como estas se referem ao conceito discutido, a chamada “mobilidade do trabalho”.

Muitos trabalhadores do povoado migraram para as grandes metrópoles do Brasil, principalmente em direção a São Paulo. Ao analisar historicamente, Sampaio (2013) explica que a migração para São Paulo se intensificou em meados de 1950 e 1970, tendo em vista o desenvolvimento industrial que estava ocorrendo na região, sendo que o Nordeste foi uma das principais regiões fornecedoras de mão-de-obra. Esse processo de industrialização no Sudeste redefiniu a divisão regional do trabalho em todo território nacional, ao relatar sobre a situação do Nordeste neste contexto Oliveira (1977) afirma:

Seu papel nessa divisão regional do trabalho no que respeita “a região” Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva; as migrações Nordeste-São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela

industrialização, e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora. (p. 37).

Percebe-se que a região Nordeste no período em que se despontava a industrialização no Brasil (1970) foi um espaço de composição de uma massa de trabalhadores, os quais iriam migrar para o Sudeste para trabalhar nas indústrias. As contradições da reprodução do capital são visíveis, ao passo que enquanto o Sudeste crescia economicamente, o Nordeste estagnava. A região não recebia investimento estatal e com isso, a falta de postos de trabalho forçou a mobilidade do trabalho. A situação não foi diferente para os moradores do povoado de Itaipu, em que mesmo não indo trabalhar nas indústrias em São Paulo ocupou trabalhos precários na construção civil, sendo usados como mercadorias pelos empresários.

Ainda se tratando das migrações no Brasil, os dados censitários afirmam que, entre as décadas de 1960 e 1980, saíram do campo em direção as cidades, cerca de 43 milhões de pessoas (IBGE, 1980). Já em 1991 houve uma redução nos fluxos migratórios para a metrópole paulista, visto que as cidades médias também se urbanizavam.

Em meados de 2000, a migração dos nordestinos para São Paulo continuou existindo, só que, neste período, o setor de serviços é que predominava. Porém, em meados de 2010 passou a ser mais expressiva as migrações de curta distância, sobretudo, o retorno dos nordestinos para sua região (SAMPAIO, 2013). Neste período, o Nordeste já oferecia trabalho e educação suficientes para que seus habitantes pudessem retornar ou permanecer na região. Mas as migrações intrarregionais (movimentos migratórios numa mesma região), se intensificaram. A **tabela 01** revela tais questões:

Tabela 01: Imigrantes, emigrantes, segundo as Grandes regiões- 2004-2009.

	2004	2009

Grandes regiões	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes
Norte	330 666	266 919	184 634	219 793
Nordeste	848 002	934 589	541 733	729 602
Sudeste	844 605	1059 913	656 386	668 801
Sul	306 063	270 477	252 947	154 094
Centro-oeste	534 879	331 311	418 143	281 553

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009. Adaptado pela autora, 2015.

Percebe-se que a quantidade de pessoas que migrou da região Nordeste reduziu bastante entre os anos de 2004 e 2009, e, apesar de ter tido uma redução na emigração para esta região, não foi tão considerável quanto a imigração. Isso confirma as novas tendências, tais como o crescimento urbano das cidades médias que muda a configuração dos fluxos migratórios, ao atrair migrantes para as mesmas.

Em relato dos moradores do povoado, a moradora Esmeralda expõe que um dos seus filhos foi morar em São Paulo, em meados de 1997, e permaneceu lá durante dez anos; neste tempo em que morou na região, constituiu família, e só retornou ao povoado em 2005. Na narrativa de Esmeralda, ela enfatiza que quando este filho retornou não teve dificuldades em conseguir trabalho, ela diz o seguinte: “O mesmo trabai que ele trabaiava lá ne São Paulo ele chegou aqui conseguiu, ele trabalhava no mercado de arrumar as coisa e de motorista também. Ele trabalha de motorista em Conquista, aquela empresa verde. Lá ne São Paulo ele aprendeu trabalhar de motorista”⁵¹.

Segundo os relatos de alguns moradores que foram pra São Paulo, apesar da oferta de postos de trabalho, se sentiram, muitas vezes, “estranhos” num ambiente totalmente diferente do que estavam habituados. Tais questões despontam ao considerar as disparidades encontradas no espaço urbano, sendo que a metrópole paulista passou por um crescimento urbano acelerado, que trouxe sérias consequências na infraestrutura (deficiência de rede de esgoto, água, asfalto, escolas, hospitais- (CARLOS, 2007)). Sobre isso explana-se: “Produz-se neste processo o estranhamento do cidadão diante da cidade que se transforma com incrível

⁵¹ Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 75 anos.

rapidez, eliminando as referências do lugar que diz respeito, diretamente à sua vida e onde se reconhece enquanto habitante de um lugar determinado” (CARLOS, 2007, p. 38).

Isto demonstra o vínculo que os grupos sociais do povoado de Itaipu possuem com o lugar, e com seus familiares e amigos, pois a forma de vida dos mesmos se diferencia da que encontram na metrópole. Diante do exposto:

Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial (CARLOS, 2007, p. 17).

Sobre os fluxos que o morador Reginaldo realizou para São Paulo, afirma:

[...] fui em São Paulo, fiquei uns quatro ano e voltei praqui de novo. Trabalhei de ajudante de pedreiro, depois voltei trabalhar na faxina, ai depois num senti bem vim embora. Porque o clima num é igual aqui, ai vim embora pra cá [...] (Sr Reginaldo, 53 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Em discussão sobre narrativas, como a de Sr. Reginaldo, Dantas (2014, p. 133) afirma: “Quando a terra não dava o suficiente para seu sustento, era o momento de partir para a rua, mas aqueles que eram ligados a ela voltavam e se conectavam novamente no tempo da roça”. Isso revela o vínculo que os trabalhadores têm com o lugar e com o trabalho na roça, e, neste processo: ritmos, significados, tradições são construídos ao longo da história, trajetórias que representam a vida de moradores como a do supracitado. Ao se deparar com um lugar diferente do que era de costume para o Sr. Reginaldo, o morador não se reconhece como pertencente aquele espaço, neste viés:

Todas as características étnicas ou culturais definidoras de um modo de vida transformaram-se em atributos negativos no momento em que seus portadores depararam-se frente ao “outro”, ao “do lugar”, ao paulista [...] Ao lado de uma matriz basilar de despossessão, de desenraizamento sociocultural, provocada pelo processo de expropriação, produziram-se estas relações de representação negativa permeando as relações sociais (SILVA, 1999, p. 72).

Os moradores do povoado, que migraram para São Paulo, não escolheram sair do lugar, mas foram expropriados de suas terras. Tendo em vista as impossibilidades de sustentar suas famílias, tiveram de se adaptar a uma cultura, a um modo de vida diferente. O lugar, neste contexto, é percebido como artefato único, cheio de significados inseridos pelo homem, compreensão esta que ultrapassa a ideia de localização, assim como é afirmado:

[...] centro de significados, condição da própria experiência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para nossas ações e fonte de nossa identidade, o conceito de lugar se opõe ao geometrizado espaço abstrato do neopositivismo e, a diferença deste, está pleno de significados e valores, que são inseparáveis da experiência de quem os habita, de seus pensamentos e sentimentos (BALLESTEROS, 1992, p. 11).

Em Itaipu, dos filhos de Dona Clemência, a maioria trabalhou na construção civil. Ao perguntá-la sobre os que foram para São Paulo, a mesma relata:

Foi o que morreu, Médio, foi Etevaldo, foi Irisnaldo e Edimilto que é o Beto, trabaiava e vinha, trabaiava seis meis e vinha embora. Só que era casado só era Médio, os o to era solteiro. Trabaiava de armador (armar prédio-construção cívil) de pedreiro, eles num aprendeu profissão [...] (Dona Clemência, 94 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Outros, como Célia de Jesus, morou um longo período em São Paulo, a mesma afirma que a causa de ter saído foi:

Pra ajudar meu pai que tinha problema de coração, ai naquele tempo num tinha dinheiro, naquele tempo num tinha emprego aqui, e pra manter a casa que tinha irmãos. Era obrigado ficar assim pra puder ajudar a família, mais quantas e quantas vezes que num chorei com saudade pra vim embora e tinha que pensar que tinha que manter meus trabalho pra ajudar. Tinha uns 18 a 20 anos (Célia de Jesus, 48 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

A moradora Célia, inicialmente, saiu do povoado, tendo em vista a necessidade de ajudar a cuidar do pai, mas as dificuldades continuaram e, então, a mesma teve de trabalhar por um longo período em São Paulo como empregada doméstica, a fim de contribuir no sustento da família, visto que no povoado, bem como nas cidades próximas, não havia oportunidades de trabalho para ela. Em vista disso, é perceptível os fatos que ocorrem numa comunidade pequena, as relações sociais construídas pelos grupos familiares e o vínculo que os moradores mantêm com o lugar. O mundo do trabalho, por seu turno, está conectado as

outras regiões maiores, pois os lugarejos são também pontos onde o capital se fixa e estabelece ligações com os grandes centros urbanos. Diante do exposto:

Nesse contexto ao mesmo tempo que produto social e meio o espaço é também instrumento de ação-meio de controle, logo de dominação e de poder que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder (CARLOS, 2007, p. 31).

Em vista disso, percebe-se o quanto o espaço é usado como instrumento do Estado para acúmulo de poder e controlado por forças estatais capitalistas. O espaço social de Itaipu se enquadra nessas características, porque se constitui em um povoado, mas que está interligado as demais regiões e sob o domínio das estruturas globais do capital, de modo que: “[...] os lugares, são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade- mundo, da qual são formas particulares” (CALLAI, 2005, p. 112).

Harvey (2013b) ao tratar sobre a mobilidade do trabalho, que resulta na reprodução espacial, afirma que os espaços são produzidos e reproduzidos sob forças de comando regidas pelo modo de produção capitalista, que ocorre por meio da circulação e acumulação desigual de capital. Desse modo, determinados lugares são valorizados e recebem infraestrutura, em detrimento de outros espaços dispersos territorialmente, os quais são utilizados temporariamente pelos capitalistas individuais para gerar lucro. Sobre isso afirma-se:

Assim o processo de valorização-desvalorização dos lugares depende de sua situação enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais enquanto lugares estratégicos controlados por estruturas que permitem ao sistema mundial se manter e produzir (CARLOS, 2007, p.31).

O povoado de Itaipu é um lugar usado como instrumento do modo de produção capitalista, regido por superestruturas globais que o controla em todas as suas instâncias, desde a instituição familiar. É notória a desvalorização do povoado por parte das forças estatais que exercem domínio sobre este espaço, de forma que, não investem em infraestrutura, a fim de promover o crescimento econômico da região, forçando, por consequência, a mobilidade do trabalho.

Neste sentido: “O espaço aparece como “realidade” enquanto meio de acumulação, do crescimento, da mercadoria, do dinheiro, do capital; mas tal “realidade” perde a aparência substancial e autônoma quando o exposto segue sua gênese: sua produção” (LEFEBVRE, 2006, p. 108). Em suma, o espaço não é simplesmente um conjunto das relações estabelecidas entre indivíduos, mas é também envolvido por uma série de significações que compõem funções e articulações, sendo que a sua própria construção e de seus elementos materiais e imateriais se dão por meio do trabalho dividido. Assim sendo: “Nesse contexto ao mesmo tempo que produto social e meio o espaço é também instrumento da ação – meio de controle, logo de dominação e de poder que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder” (CARLOS, 2007, p. 31).

É importante ressaltar tais questões que envolvem as contradições socioespaciais, a fim de compreender porque existem espaços tão díspares, os quais apresentam tantas desigualdades sociais. Muitos lugares, tais como a pequena comunidade de Itaipu, são espaços destituídos dos benefícios do capital, o qual seleciona os lugares que receberão estruturas sociais, com intuito de aumentar a produção e acumular capital. Ao passo que outras áreas são apenas fonte de exploração, usadas para impulsionar a força de trabalho do lugar para outras regiões específicas, especialmente, as metropolitanas. Neste ponto de vista:

A desvalorização específica do lugar do capital incorporado nas infraestruturas sociais, sem falar na destruição dos modos de vida tradicionais e de todas as formas de localismo construído em torno das instituições sociais e humanas, torna-se assim um dos elementos centrais da formação e resolução da crise no capitalismo (LEFEBVRE, 2006, p. 512).

Os moradores de Itaipu são trabalhadores, usados como mercadorias, em um processo de forças cuja atuação consiste em mobilizá-las de um lugar para outro, a fim de atender espaços com necessidade de mão-de-obra. Isso é comprovado pela extrema necessidade que os moradores têm de ficar migrando de um lugar para outro com o interesse de prover o sustento de suas famílias.

Na família de Dona Esmeralda, por exemplo, dos nove filhos que tem, sete deles migraram para a metrópole paulista, sendo que uma das filhas morou durante trinta anos, em São Paulo. A mesma relata que o motivo da saída deles de Itaipu foi: “Porque precisava né, aqui tinha o ganho de roça, trabalhava a vida toda na roça, nunca adquiria nada né e aí foi pra

São Paulo pra adquirir a sorte”⁵². A esperança do trabalhador em busca de um futuro melhor associada à precariedade do trabalho no povoado o forçava a migrar, isso demonstra a forma como a mobilidade do trabalho não se trata de uma escolha da classe trabalhadora.

Cada lugar possui características particulares, mais que estão sob o controle de uma totalidade regida pelo sistema do capital numa escala global:

Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso o que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se move (SANTOS, 1988, p.21).

A afirmação esclarece a ideia de que não importa as distâncias nem o tamanho dos espaços, ou mesmo, onde estão situados, sempre haverá um meio de utilizá-los como produto da acumulação capitalista. A produção, o consumo e a divisão social do trabalho fazem parte de um sistema combinado de forma desigual pelas superestruturas econômicas mundiais interligadas por redes. Todos os espaços, como uma pequena comunidade, também estão sob o domínio de centralidades regidas e controladas pelo capital. Diante do exposto:

O espaço é, portanto, um *meio* e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar os fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” (grifo do autor). (CARLOS, 2011, p. 76).

Assim já foi discutido anteriormente, outros lugares não recebem tais benefícios, muitas vezes, em virtude de que a mão-de-obra de que dispõe se desloca para outros espaços. O interesse está apenas na força física do trabalhador a ser utilizada como mercadoria para promover a acumulação de capital. Dessa forma, enquanto alguns espaços são segregados, outros são integrados, e com isso se estabelecem funções para divisão da produção e uma hierarquia na distribuição das atividades laborais.

⁵² Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 75 anos.

Sobre o tempo em que foi trabalhar em São Paulo, o Sr. Jesulino relata que trabalhou um ano e alguns meses lá e morava na própria construção na qual trabalhava. Assim, nota-se que as condições de vida e de trabalho dele não melhoraram, apenas entrava algum dinheiro, que ele mandava para o sustento da família. Silva e Melo avaliam essa condição de vulnerabilidade:

Mas os movimentos migratórios, embora ligados às atividades sazonais, relacionadas à agricultura e o extrativismo, constituíram tentativas diversas de relação com o espaço, de encontrar um lugar que pudesse tornar-se fonte de sobrevivência do grupo familiar. Experiências penosas, marcadas pela dificuldade de manutenção da extensa família (cinco filhos e a esposa), por condições de trabalho precárias e situações de superexploração (SILVA; MELO, 2009, p. 144).

Sobre estas questões, o estudo de Gaudemar (1977) relata que a força de trabalho é vista como mercadoria e mobilizada espacialmente, e as migrações sempre estiveram a serviço da valorização do capital. Mas, segundo este autor, só é interessante para o capital as movimentações que possibilitam sua valorização, a partir delas os detentores deste poder se encarregam de atrair trabalhadores para um determinado território, ao adicionar polos de produtividade, a fim de absorvê-los.

A história de Sr. Jesulino assim como dos outros trabalhadores é um exemplo comum de um trabalhador da comunidade que, ao longo de um processo histórico, foi se adaptando às novas condições espaciais. Quando havia oferta de trabalho na região, eles iam trabalhar na lavoura de mandioca, em terras dos pequenos agricultores. Quando a safra terminava e não obtinham nenhuma renda, alguns iam tentar melhores condições em São Paulo. Contudo, em alguns casos, a saudade dos familiares ou o salário pouco os faziam retornar. Como homens e mulheres dessa região têm, ao longo de suas vidas, tido a extrema necessidade de saírem de suas terras periodicamente, é perceptível a ação do capital, mobilizando-os de maneira a promover, também, a mobilidade do trabalho e favorecer os grandes setores econômicos responsáveis pelo processo final da produção.

Muitos trabalhadores, habitantes do povoado de Itaipu, retornam definitivamente às suas terras de origem pelo fato de ter encontrado nas grandes cidades uma realidade desconhecida, com uma profusão de problemas, como violência, condições insalubres de habitação e saúde, que os levam a enxergar o campo como o melhor lugar para habitarem. A questão é que a mudança de lugar não possibilitará seguramente à classe trabalhadora se

beneficiar com as novas estruturas do espaço urbano, visto que, são destinadas às classes elitizadas. Dona Esmeralda, ao expressar sentimentos de saudade dos filhos que foram morar em São Paulo, diz:

Romildo, ele trabalhou quais 3 ano em São Paulo, ele num quis mar nunca vortar pa São Paulo, ai ficou. Porque aqui na roça a gente morre. Os outros morou 30 anos (dois), os mais vei trabaizou numas cinco firma, depois que eles parou de trabalhar de construção eles foi trabalhar na firma do gás. Terra de São Paulo o povo ganha mutho dinheiro, mas também gasta demais, muita violência (Dona Esmeralda, 75 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Neste caso, os filhos de Dona Esmeralda, tanto o que passou três anos, quanto os que ficaram em São Paulo por mais tempo, sem deixar de visitar os parentes anualmente, não abdicaram do sentimento de pertencimento ao lugar onde nasceram, sendo, então, um dos motivos que os fizeram retornar definitivamente ao povoado. Em vista disso:

A natureza social [...] do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 2007, p. 22).

Ao associar a narrativa de Dona Esmeralda com a afirmação de Carlos (2007), compreende-se que pertencer a um lugar não é simplesmente habitar nele, todavia a relação de pertencimento está associada a uma junção de trajetórias históricas vivenciadas pelos grupos familiares de Itaipu, de acontecimentos que tiveram lugar em suas vidas e que marcaram os mesmos. Estes aspectos é que definem a forte ligação dessas pessoas com o lugar em que vivem. Denota-se, assim, uma relação de afetividade entre os componentes deste grupo familiar, isto é, um vínculo às tradições de familiaridade que se evidenciam nesse espaço, compondo os significados simbólicos na região estudada. Além disso é notória as diferenciações entre as narrativas das mulheres e dos homens, sendo que as primeiras fazem referência aos filhos, enquanto que a dos homens não.

Neste contexto, a memória da mobilidade do trabalho expressa nas narrativas traduz as estratégias da mobilidade do capital e esta provoca o rompimento dos laços criados pelos grupos familiares de Itaipu, ao passo que os mesmos são forçados a saírem do lugar onde

conviveu com seus parentes e construiu tradições para viverem em lugares estranhos para eles. Porém estes trabalhadores, mesmo fora do seu espaço de vivência permanecem com o sentimento de pertencimento do povoado onde foram criados. Estes mesmos trabalhadores quando não estavam migrando para metrópole, se deslocavam para trabalhar no entorno do povoado como diaristas e meeiros para os pequenos agricultores. Essas relações de trabalho são outros formatos do trabalho temporário que serão tratadas adiante.

4.2.2 As relações de trabalho entre diaristas e meeiros com os pequenos agricultores na produção agrícola e nas casas de farinha

O trabalho assalariado como diarista não oferece nenhuma segurança, porque não é regulamentado pelas leis e direitos trabalhistas:

Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares de famílias camponesas, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal sem carteira assinada etc (MENDONÇA; SANTANA, 2009, p.02).

A agricultura sempre foi a principal fonte de renda dos moradores do povoado, todavia, a terra que a maioria possui é usada apenas como espaço de moradia e não para o plantio de algum gênero alimentício. Ao relatar sobre o que os levou a sair periodicamente do povoado para as fazendas situadas nas proximidades, a moradora Rosa afirma: “[...] O trabalho que tinha era esse para o consumo assim da família né, tinha que sair porque aqui nessa localidade num tinha nenhum trabalho, a terra lá que consegue mais trabalho é no morro⁵³ né que tinha terra pra produzir”⁵⁴.

Diante disso, precisaram deslocar-se para as fazendas no entorno do povoado para trabalhar temporariamente como diaristas. Salvador era um desses trabalhadores, o mesmo relata:

⁵³ Fazendas situadas no entorno do povoado pertencentes aos pequenos agricultores.

⁵⁴ Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 42 anos.

Já trabalhei, já trabalhei em seu Nadi, na diária. Ia todo dia e voltava, levava a marmitinha e deixava no pé da moita. Na época o forte aqui era maracugina, em 2002 e final de 2003. Trabiava pra um dia e pra o outro dia, num tinha trabai fixo não (Salvador, 35 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

O Sr. Jesulino, também afirma ter trabalhado como diarista e na condição de meeiro. Sobre as atividades laborais desempenhadas, num diálogo com a pesquisadora, o mesmo afirma:

Trabiava, trabiava a diaria, quando sobrava, trabaiei muito pa Gó de Cazusa, rancano mandioca, foi ino, foi parano, foi parano, era a diária, naquele tempo acho que era dez conto, doze conto. **O senhor levava a marmita? (Fala da pesquisadora).** Levava, levava a água, levava o café, todo dia vinha (Sr. Jesulino, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

O trabalho, nessa condição de diarista, não dava ao trabalhador nenhuma segurança. Quando a atividade terminava, o mesmo tinha de buscar trabalho em outra fazenda. A rotatividade de um trabalho para outro, era grande, isso quando tinha outra oportunidade. Neste contexto: “A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, 1977, p. 193-194). No caso desses diaristas, eles mudam apenas de trabalho, mas a atividade não deixa de ser na produção agrícola.

Com o passar dos anos, o espaço foi se configurando de forma diferenciada, a concorrência de grandes produtores rurais⁵⁵ foi ganhando força no mercado em Vitória da Conquista, associado à expansão dos aparelhos urbanos, em que a principal rodovia (BR 116), que integrava a cidade as demais regiões circunvizinhas, contribuiu para que os fazendeiros pudessem transportar seus produtos para a sede de Vitória da Conquista, enquanto que, os pequenos agricultores⁵⁶ da comunidade de Itaipu não puderam competir com os primeiros. Com isso, os preços de suas mercadorias foram reduzindo e aquele espaço deixou de ser

⁵⁵ Eram aqueles que tinham grandes extensões de terras e condições para investir na produção agrícola, bem como insumos e máquinas para acelerar a produção. Nesse processo a construção da Rio Bahia (BR 116) foi relevante para que estes produtores transportassem suas mercadorias para outras regiões.

⁵⁶ APÊNDICE D: Quadro de pequenos agricultores.

suficiente para os trabalhadores sustentarem suas famílias. O Sr. Reginaldo, sobre tais questões relata:

[...] aqui negócio de maniva, tomate, repolho, antes era bom porque não vinha de lá de fora, as vezes, a mercadoria que a gente levava pra Conquista, ai dava um lucrozin, ai quando vinha a mercadoria de fora, porque lá tratava mais, adubava mais, a mercadoria era mais de primera que a nossa e a nossa foi desvalorizano. E gente vai fazer o que, tem que parar (Reginaldo, 53 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Essas narrativas permitem perceber o quanto a mobilidade dessas pessoas para outros lugares não ocorreu de maneira espontânea, mas sob um domínio de forças produtivas do capital ligadas a um contexto bem mais amplo.

O trabalho temporário, na condição de meeiro organizava-se da seguinte maneira: o empregador fornece o local para o plantio e o funcionário o serviço, depois, ambos partilham os custos e os lucros. Dessa maneira, sem deter a propriedade da terra, os empregados são forçados a trabalhar temporariamente para os pequenos agricultores. A expropriação da terra nem sempre ocorre de maneira explícita, pois, em certos lugares, o capital atua de forma indireta e possibilita a concentração de terras nas mãos de poucos.

Diante disso, os trabalhadores que vivem no povoado, por não terem os instrumentos, a matéria-prima e os objetos, restam-lhes, como única alternativa, venderem sua força de trabalho. Os que já possuem uma terra propícia para agricultura, como os pequenos agricultores do entorno do povoado, contratam os primeiros temporariamente. Nessa relação de troca, assim com o que foi explanado anteriormente, dividem a terra na meia, a fim de que, até o termino da safra, tanto o trabalho seja dividido, quanto os lucros. Vale salientar que o dono da terra, nesses moldes, não se enquadra na posição do capitalista. Há, na verdade, uma subordinação de ambos, que juntamente vendem sua força de trabalho ao capital. Sobre o trabalho na meia, o pequeno proprietário Paulo afirma:

Já trabaiei de meia, já tive meeiro e tinha funcionário também, ainda tem até hoje, hoje tá mais difícil de achar. Eu pagava o que valia a diária, antigamente eu tinha até 8 funcionários, hoje eu tô com dois. Produzia maracujá, mandioca, tomate e repolho. O meeiro você divide a metade do que produz (Paulo, 55 anos. Entrevista realizada no dia 24 de Junho).

O meeiro, contratado pelo pequeno agricultor, depende do mesmo para sobreviver e vice-versa, mas os dois, num processo de alienação do trabalho, acreditam depender de forças produtivas maiores para receberem o valor do que produziu. Na realidade, tais forças representadas pelas estruturas econômicas atuam se beneficiando da força desses trabalhadores, e, os empresários ao comprar a matéria-prima, paga um valor baixíssimo aos primeiros e extraem, em outras etapas do processo produtivo, o capital. O Sr. Paulo, apesar de ter uma pequena propriedade de terra, precisa trabalhar na roça para o sustento da família e, quando não vendia a mercadoria para atravessadores, ele mesmo ia para a feira, em Vitória da Conquista a fim de vender seus produtos. Diz que levava tomate, repolho, dentre outros, e tinha dificuldade de vender os produtos, porque tinham os concorrentes. Sobre os preços das mercadorias exprime: “Num era bom não, era puxado, era barato. Vendeno o almoço pra comprar a janta. Era concorrido”⁵⁷.

Nessas circunstâncias: “O excedente é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque é o trabalho que cria valor. Além do que, esse excedente não é entregue ao proprietário da terra e sim ao proprietário do capital” (MARTINS, 1986, p. 163). É o capital que impera no resultado do trabalho de pessoas, que alienadas, chegam a pensar que possuem autonomia e produz para benefício próprio, quando, na realidade, o que ganham não garante o sustento da família. Na narrativa de Paulo, nota-se que o mesmo, embora não perceba, torna-se, também, alienado, nesse processo produtivo do capital, ao considerar que o processo final da produção não é entregue ao mesmo, a mercadoria é vendida no mercado, trocada por dinheiro, e o Sr. Paulo desconhece o valor do que foi produzido, o mesmo não tem acesso ao excedente da produção que mede e representa o trabalho social. Ao questionar ao Sr. Paulo se ele sentia explorado de alguma maneira, o morador relata:

Não, financeiramente num compensa não. É a maneira de viver. Na cidade trabalhar de empregado pros oto não compensa também, na roça é melhor, trabalhar pra si mermo, né. Aqui na roça tem o tempo da gente, as vezes cê manda, cê num é mandado, mesmo que manda com educação (Paulo, 55 anos. Entrevista realizada no dia 24 de Junho de 2015).

⁵⁷ Entrevista realizada no dia 24 de Junho de 2015, 55 anos.

A questão é que o capital exerce um controle sobre o trabalhador. Se há uma apropriação da terra e investimento em meios de produção por parte dos grandes setores econômicos, ou mesmo se ocorre uma desvalorização da terra, o capital continua atuando, incentivando, dessa forma, a mobilidade do trabalho.

No século XX, na década de 1935 os trabalhadores reconhecidos como lavradores, produziam mandioca e, por conseguinte, desempenhavam atividades laborais nas casas de farinha do povoado, construídas pelos mesmos. Paralelo a estes, os pequenos agricultores⁵⁸ também construíram casas de farinha. No processo de fabricação da farinha, havia uma forte presença de mulheres, principalmente, na raspagem da mandioca, e as atividades que exigiam maior força física, como a prensagem, eram desenvolvidas por homens, isso denota as diferenciações entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher. Eles vendiam as mercadorias na cidade de Vitória da Conquista (na CEASA), assim como também vendiam para terceiros (atravessadores), os quais levavam para outras regiões, a exemplo da cidade de Jequié e distrito de José Gonçalves.

Dona Clemência foi uma das mulheres raspadeiras de mandioca, a mesma conta que:

Eu trabalhava ni casa de farinha, ni roça, prantava maniva, prantei mais Demazim, prantei mais Fernando, pegava a mandioca e ia fazer farinha lá no Pau Ferro, na casa de cumpade Cazuzza, rancava um cado de mandioca, meus menino ia arrancar, já fazia a farinha, era assim (Dona Clemência Maria Ferreira, 94 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Dona Esmeralda, além de raspar a mandioca, realizava o trabalho de plantar como meeira com o dono da terra, pois não possuía terra para plantar. Ela afirma que:

[...] prantava mandioca, depois que eu vim praqui trabalhava junto mais seu pai, na casa de farinha néra? Prantava roça de mea mais Ivan, a terra era de Ivan, só era mandioca que prantava. Rapava mandioca, tinha hora que gente cessava pra jogar no forno (Dona Esmeralda, 75 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

⁵⁸ APÊNDICE D: Quadro de pequenos agricultores.

Ao relatar sobre a função desempenhada pelos homens nas casas de farinha, Dona Clemência diz:

Ia os home tamém, os home ia pra mexer a farinha, enxugar a massa, é assim, ..., prantava maniva, prantava feijão, milho, trabaiei muito, mais esse Gó de cumpade Cazuza eu prantei foi quato roça de mandioca, quando uma dava ponto, tirava, e ficava boa, partia mais ele, eu fazia farinha, tirava goma, tirava puba (Dona Clemencia Maria Ferreira, 94 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

A mandioca era plantada na própria região. Destarte, os pequenos agricultores possuíam tanto roças de mandioca, produto utilizado no processo de fabricação da farinha, quanto as pequenas fábricas de farinha, onde processavam a matéria-prima e comercializavam o produto nas cidades médias e pequenas circunvizinhas ao povoado.

Dona Atila, uma senhora de 80 anos, tem recordações do tempo em que trabalhou em casas de farinha, ao falar de como era o trabalho, diz que:

[...] fazia rapar mandioca, cessar massa, ai tudo que foi dando os trabai das casa de farinha, trabaiei nove meis fazeno farinha. Lá ne Jambrim a mandioca era lavada e era a motor, tinha um giralzão, a farinha que eles fazia, eles vendia pra fora que era muita farinha. Nois mesmo nunca teve roça não, trabaiaava era no macaco, era por semana. Aqui vinha caminhão eles vendia lá pra Conquista (Dona Atila, 80 anos, Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Havia também aqueles que compravam a mandioca de outros produtores, com intuito de produzir a farinha e vender em outros lugares. A farinha era comercializada, principalmente na sede de Vitória da Conquista (BA). No caso de Dona Clemência e seus filhos, após trabalharem no plantio da mandioca dividido na meia com os donos das terras, eles contribuíam com a produção da farinha e, ao final do processo, o produto ou o lucro eram compartilhados entre ambos.

Outra mulher que teve como única opção o trabalho que ora se explana foi Dona Maria, pois plantava a mandioca na meia com os donos das terras e depois levava para a fabricação da farinha. No final, os lucros eram divididos. A mesma relata que:

Nois ia fazer farinha lá ne Cazuzá, era rapano mandioca e sessano massa era aquele labuto né, nois fazia pra nois mesmo. As roça era de mea mais Cazuzá, mais já tem muitos ano, dividia a mandioca e ai nois vinha e fazia a farinha. Nois ia todo dia e voltava né (Dona Maria, 65 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Numa discussão sobre meeiros, Dantas (2014) assegura que existe autonomia dos trabalhadores que possuem essa função, assim ao falar sobre o tempo de duração na roça, explana:

O tempo da roça configura-se como um tempo de autonomia, no qual uma rotina é criada a partir das necessidades do meeiro, podendo ser mutável de acordo com o imponderável. [...] Os meeiros mais afeitos ao tempo da roça têm a produção anual, a safra e quanto ganham no ano como importantes marcadores. O mês ou os horários de chegada e saída na roça tinham pouca importância (DANTAS, 2014, p. 96).

As condições para a fabricação e transporte da farinha se modificaram ao longo dos anos. No relato de Dona Maria, a mesma profere:

[...] tinha alí Juvenar [casa de farinha], tinha João de Terto [casa de farinha], mais há muitos ano. Agora tem só uma (comunitária). Aquele tinha farinha era de braço né, num é que nem hoje que é tocado a motor. A farinha era do consumo mais de casa. Vendia no Guigó (José Gonçalves) nos carro de boi (Dona Maria, 65 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Após a construção da rodovia “Rio Bahia” (BR 116)⁵⁹, a farinha passou a ser levada em caminhões. Mas, apesar disso, ainda perdurava a presença de tropas que carregava farinha para a região da caatinga. Neste sentido, as redes se encarregam de interligar um espaço a outro, permitindo a fluidez dos mesmos, tais como os meios de transporte e comunicações. Isso contribui, em suma, para a mobilidade do trabalho e do capital. Para Harvey (2013b), o capitalismo usa essas redes com o intuito de criar estruturas físicas que superem a desvalorização de muitos lugares e possibilitem também a movimentação de capital. Essas redes favorecem a mobilidade dos trabalhadores para outras regiões, quando no lugar em que

⁵⁹ Sobre a importância da “Rio Bahia”, afirma Benedictis (2007, p. 29): “A BR - 116, nos anos compreendidos entre 1944 e 1953, foi um grande vetor de crescimento da expansão urbana, apesar de ter sido inaugurada apenas em 1963. Nesse período a malha urbana se estendeu ao longo de suas margens, absorvendo inclusive a BA – 262 (Vitória da Conquista- Brumado) e, depois, se prolongando a sudoeste BA- 265 (Vitória da Conquista- Barra do Choça) já que são estradas que se interligam”.

vivem não dispõem de estrutura suficiente para que permaneçam lá, como acontece em Itaipu. A rodovia significou um crescimento urbano de uma cidade, na qual pertence o povoado (Vitória da Conquista-BA), e, por conseguinte, resultou num aumento de postos de trabalho, atraindo moradores do lugar. É notória a maneira estratégica em que o sistema do capital promove essa atração de mão de obra para lugares de seu interesse. Os meeiros e diaristas trabalhavam no entorno do povoado, mas entre eles muitos iam trabalhar num período do ano em fazendas de café, no processo de colheita, em que se percebe outras relações de trabalho associadas a mobilidade do trabalho e do capital.

4.2.3 A mobilidade do trabalho para colheita de café em regiões circunvizinhas ao povoado

As migrações dos trabalhadores de Itaipu para o trabalho no processo de colheita do café⁶⁰ em outras regiões expressa a mobilidade do trabalho, caracterizado assim por que, num período específico do ano, um grupo de pessoas sai da comunidade e migra para os lugares, onde são contratados, temporariamente, a fim de trabalhar na safra de café para fazendeiros. Ao questionar a moradora Esmeralda se a mesma já trabalhou em safra de café, a mesma diz:

Já demais, quando meu esposo morreu meu fi o mais vei ele era gerente de uma roça de café. Custumava eu ir pra lá depois do São João, ai ficava lá até setembro. Meus minino tudo trabalhava ne roça de café. Trabalhava só pra cá pro município de Pranalto, mas eu ficava lá na roça mermo, quando meu esposo morreu tinha casa pra morar lá, ai quando eu vim praqui quando o tempo da colheita ai eu ia pra lá, os menino tudo ia pra lá trabalhar, tinha hora que eles perdia até de estudar pra puder panhar café [...] (Dona Esmeralda, 75 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Existem os fazendeiros, donos da produção cafeeira, que extraem da força de trabalho, os lucros, determinando, por sua vez, o acúmulo de riquezas. Nesse contexto:

⁶⁰ Sobre a produção cafeeira na Bahia Souza (2008) afirma: “É no ano de 1972 que o Estado da Bahia passa a atuar no sentido de promover um projeto de “desenvolvimento” da produção agrícola, quando o café passa a ser o cultivo almejado [...] Até o ano de 1981, o governo passa a dotar a Região Sudoeste da Bahia (basicamente os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça) de uma série de incentivos para a expansão da cultura cafeeira. (Parte das discussões apresentadas em sua tese de Doutorado intitulada: Da Negação ao Discurso “Hegemônico” do Capital à atualidade da luta de classes no Campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia, e orientada pela prof. D. SC. Alexandrina Luz Conceição, p. 11-12).

Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares de famílias camponesas, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal sem carteira assinada etc (MENDONÇA; SANTANA, 2009, p.02).

O sistema do capital busca de várias maneiras criar trabalho excedente, mercados e pontos de produção, com a finalidade de obter força de trabalho para o processo de produção de mercadorias, e com isso causar um acúmulo, cada vez mais acelerado, de capital. E neste mesmo véis:

[...] o trabalhador migrante temporário viabiliza, sobretudo na agricultura, uma forma paradoxal de aumento da composição orgânica do capital: não pelo desenvolvimento das forças produtivas da empresa capitalista, mas pelo barateamento da mão-de-obra, pela disseminação da superexploração e da pobreza absoluta, pela redução dos salários a níveis extremamente baixos (MARTINS, 1986b, p.55).

Sendo assim, o importante para as estruturas capitalistas é extrair o excedente do capital, o trabalhador é visto, neste sentido, apenas como mercadoria, a serviço do sistema excludente. Nos cafezais, os capitalistas são representados pelos fazendeiros, os quais pagam aos trabalhadores por produtividade, estes migrantes saem periodicamente do povoado de Itaipu, e se submetem a exploração do trabalho. Antunes enfatiza que, na sociedade capitalista, o homem passou a ser apenas um meio de satisfazer os objetivos de outros, e passa, então, a ser visto pelo capitalista como “coisa”. Visto isso:

No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre coisas: a capacidade pessoal transfigura-se em capacidade *das coisas*. Trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais. [...] supõem, precisamente a produção baseada sobre o valor de troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo, a universalidade do estranhamento do indivíduo frente a si mesmo e aos demais e a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades (ANTUNES, 2010, p. 148).

O Sr. Jesulino é um morador que já trabalhou em fazendas de café, dentre elas está uma localizada, no município de Barra do Choça-BA, chamada de Fazenda Santa Marta. Sobre este tipo de trabalho ele destaca:

Em 1986, ai nois foi trabaiaá na fazenda de Acildes, um que tinha um armazém em Curitiba, era da Barra pra dentro, lá gente ficava quinze dia, voltava até o café cabava, vinha aqui casa, ota ora nóis voltava, a gente pegava era por lata né, o esforço era do trabaiaador, quando pegava dez lata [...]. A gente ia assim no período de Junho, ia antes da fogueira. Era época da colheita né? Era, depois na época da fogueira a gente vinha pra cá, depois tornava vortar, eles vinha e panhava na camionete (Sr. Jesulino, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Observa-se que o trabalho nas fazendas de café era temporário, quando a safra terminava, o Sr. Jesulino retornava para o povoado. Ao questionar ao trabalhador sobre a distância da comunidade para as fazendas de café, o mesmo afirma:

Era meia longa, a primeira que nois trabaiou passava em Barra do Choça, Barra Nova e Pau Brasil e no Morro Preto que nois panhou, passava por Pranalto, e a de seu menino é pra lá de Conquista só um poquim (Sr. Jesulino, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Antes o transporte para os cafezais era empreendido por caminhões, e nos dias de hoje, um ônibus é que se encarrega de levar trabalhadores para estes locais, sendo que muitos realizam esse trabalho temporário desde mais jovens e afiançam ser uma boa alternativa de adquirir renda, sendo mais favorável do que o trabalho nas roças.

Em se tratando das migrações temporárias, Silva e Melo (2009) enfatizam que isso rompe totalmente com o direito de ir e vir, pois implica em ir trabalhar em um lugar e ficar até que a safra termine, momento que finda, também, o trabalho temporário. Os trabalhadores são usados como mercadorias e descartados pelos proprietários de terras.

As relações de trabalho também estão associadas à tradição do lugar, isso é perceptível na narrativa do Sr. Jesulino, em que o mesmo destaca que, no período da “fogueira” (feira de São João), eles retornavam da colheita do café e, posteriormente ao evento, voltavam para o trabalho. A narrativa demonstra a suma importância que o “São João” possui na vivência destes moradores, devido à influência que exerce sob os processos de trabalho no povoado, o que confirma a discussão do capítulo primeiro. Neste sentido, ao olhar os lugares para além do aparente, percebe-se a história que está por detrás, as ações dos indivíduos e a origem dos mesmos, a fim de compreender a cultura de cada lugar, é dessa maneira que:

Através da cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma ou de outra forma, pode-se perceber os laços que os indivíduos tramam entre si, as formas de ação em relação ao ambiente, à natureza. Reconhecer a cultura local significa perceber, a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas (CALLAI, 2005, p.04).

Dona Esmeralda explica o porquê de ficar sempre migrando de um lugar para outro em busca de trabalho:

Porque tinha necessidade. Hoje graças a Deus, cê sabe a coisa pra gente milhoro demais, mais ne nosso tempo tinha coisa que era melhor do que agora, gente trabalhava na roça né, trabalhava munto, eu só ganhava mei salário, recebia a pensão, aquele mei salario num dava tinha os filho trabaiava na roça mais eu, me ajudava, por isso que eu saia daqui e ia pra lá, os trabai que tinha aqui tudo era de roça por dia, e lá gente panhava café ganhava mais, era melhor (Dona Esmeralda, 75 anos. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015).

Essas questões compõem a vivência dos moradores do povoado de Itaipu, os quais muitas vezes precisam sair de suas terras em busca de trabalho, tendo em vista a precarização do trabalho existente. Ao questionar a trabalhadora Rosa Pereira sobre o que a levava ficar migrando de um lugar para outro, a mesma relata: “O trabalho que tinha era esse para o consumo assim da família né, tinha que sair porque aqui nessa localidade num tinha nenhum trabalho, a terra lá que consegue mais trabalho é no morro né que tinha terra pra produzir”⁶¹.

Diante desse relato, enfatiza-se que um dos principais problemas que levaram aos moradores do povoado a saírem do seu espaço de vivência é a falta de trabalho e de terra para produzir, que induziu a mobilidade do trabalho tanto para as áreas próximas, a exemplo da moradora Rosa, como também para regiões distantes. Além dos trabalhadores temporários, meiros e diaristas estarem subordinados ao capital, os pequenos agricultores também se submetem a esta estrutura, sendo que mesmo sendo donos da terra, não se enquadram como capitalistas, tais questões serão destrinchadas adiante.

4.2.4 As formas de subordinação do pequeno agricultor ao capital

⁶¹Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 42 anos.

A agricultura que se desenvolve, no povoado de Itaipu, pode ser chamada de camponesa tradicional, a qual, na concepção de Wanderley (2009), se refere a uma das formas sociais de agricultura familiar⁶². Existe um tipo de produção familiar em que os pequenos agricultores dividem a sua produção entre os membros de sua família, bem como estes também contratam outros trabalhadores temporários para o trabalho. O Sr Jesuino já foi um pequeno proprietário e agricultor familiar, pois trabalhava em sua terra, mas não deixava de ajudar o pai e irmãos em suas lavouras.

Apesar de se pensar que essas famílias que têm a propriedade da terra possuem autonomia, há, na verdade, uma subordinação à estrutura do capital num âmbito global. Neste sentido, ressalta-se que não são os pequenos agricultores que receberão o excedente de trabalho dos seus contratados, mas o proprietário do capital, composto pelas estruturas globais do capitalismo.

Com o objetivo de esclarecer sobre os pequenos agricultores que trabalham para si próprios em suas propriedades no entorno do povoado, juntamente com a cooperação da família no trabalho na lavoura, apresenta-se a seguinte discussão de Martins (1986a):

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital* (grifos do autor). (MARTINS, 1986a, p. 175).

Neste caso, o capital não extrai a renda diretamente do pequeno agricultor, mas cria condições para extrair o excedente econômico de forma aparentemente invisível, como a renda que flui para os lucros bancários, como a mercadoria vendida a preços baixos que resulta numa redução de custos nas indústrias de alimentos e lucro de grandes empresas urbanas.

⁶² “[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...] o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 2009, p. 156).

A renda da terra se divide em três tipos: a renda do trabalho, a renda do produto e a renda do dinheiro. Ao explica-las, explana-se:

A primeira, a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito), durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Os pequenos agricultores que possuem um pedaço de terra e trabalhadores temporários que trabalham para os primeiros como meeiros, traduzem a renda da terra em produto. Contudo, aqueles não são os que se apropriam da renda fundiária, tendo em vista que: “[...] apesar de seu título jurídico, não é ele o real proprietário capitalista, mas aquele que, de fato, realiza economicamente a propriedade da terra, isto é, se apropria da renda fundiária, produzida pelo sobretrabalho do camponês” (WANDERLEY, 2009, p. 101).

Os pequenos agricultores também eram e ainda são submetidos à exploração do trabalho, os quais vendiam-vendem suas mercadorias a preços baixos e, muitas vezes, os gastos na produção em sua maioria tem sido ao longo dos anos, maiores do que o resultado das vendas. O Sr. Paulo, pequeno agricultor, ao falar sobre o transporte de suas mercadorias, afirma:

Tinha tempo que eu pagava o frete, que tinha época que eu tinha carro, aí mermo transportava. A maioria eu gosto de vender mais pra atravessador, porque você faz uma carrada de mercadoria aí entrega toda pra ele, não gosto muito da feira não (Paulo, 55 anos. Entrevista realizada no dia 24 de Junho de 2015).

Apesar do Sr. Paulo preferir vender seus produtos para atravessadores, a mercadoria corria riscos de ter um valor menor, sendo que, muitas vezes, o frete ficava mais caro do que o resultado da venda. Apesar do aumento da concorrência com o passar dos anos, o Sr. Paulo relata que a produção, no passado, era menos rentável, visto que, a qualidade dos produtos era

inferior, porque os produtores não tinham conhecimento adequado. Atualmente, ele esclarece que recebe instruções de agrônomos:

É porque a gente trabalhava era só um falano pro ota, hoje não, vem um agrônomo, ver o que precisa, o que num precisa, e as qualidade do tomate hoje produz mais. Antigamente, o tomate pra dar bom mesmo, dava 120 caixa, hoje dar 200, 300 caixas (Paulo, 55 anos. Entrevista realizada no dia 24 de Junho de 2015).

A falta de planejamento entre os produtores gerava problemas, visto que, assim como afirma o Sr. Paulo, quando os preços de um determinado produto aumentavam, todos plantavam, então, a oferta no mercado tornava maior do que a procura, e os preços despencavam. Com isso os pequenos agricultores tinham prejuízo com a produção, visto que os lucros eram menores do que os gastos com insumos agrícolas e todo processo de produção.

4.3 OUTRAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NO POVOADO

No povoado existe uma atividade de mineração em uma área, onde se extrai o granito, este é destinado à construção civil, bem como à construção de asfalto. O dono da terra busca a associação com empresas mineradoras que, por sua vez, contratam trabalhadores para atuarem na extração de brita. A grande quantidade de rochas, a localização geográfica da pedreira (a céu aberto) e a qualidade do granito contribuíram para a intensificação das explorações no local (**figura 17**):

Figura 17: Paisagem da pedreira em Itaipu.



Fonte: Amaral, U. T. 2015.

A primeira empresa a ser instalada foi a Goes Cohabita em 1988, a qual firmou contrato com Sr. Idalino, dono das terras. Esta empresa constatou que existiam rochas, como o granito, que seria utilizado para fabricação de brita, a ser empregada no asfaltamento da Br 116. A empresa permaneceu, durante dois anos, extraíndo material, e nesse período foi a que retirou maior quantidade de granito. Assim como afirma:

A brita explorada era utilizada no asfaltamento da BR.116 entre Poções e a entrada do Distrito de São Sebastião em Vitória da Conquista, e depois de Poções à Iguai. Quando terminou o asfaltamento, a empresa retirou a usina e parou de funcionar (OLIVEIRA, 2012, p. 56).

No início trabalhavam, em média, 15 pessoas, todavia, não tinham equipamentos de segurança: os trabalhadores não usavam máscaras nem roupas adequadas, somente bota, isso fazia com que muitos se queimassem com as faíscas oriundas dos explosivos (OLIVEIRA, 2012).

Outras empresas fizeram contrato para extração após esta, como a Engenho Velho, a Terra Brás e a Brita Express, sendo que cada uma recebeu licenciamento ambiental para extração mineral. A empresa Engenho Velho pertencia à Goes, só que não fabricava asfalto, o material era levado para cidades próximas, como Poções, a ser utilizado na construção civil. Assim que surgia uma nova empresa, alguns trabalhadores eram demitidos e outros eram contratados. Posteriormente, veio a Terra Brás, a qual produzia asfalto. Nesta empresa, os trabalhadores já possuíam os equipamentos necessários a sua segurança, mas, a cada ano, reduzia-se o seu número (OLIVEIRA, 2012).

Apesar de se tratar de trabalho assalariado, com carteira assinada, os trabalhadores eram submetidos há uma superexploração do trabalho, sujeitos a altas jornadas de trabalho e suscetíveis a vários riscos de saúde, tendo em vista a periculosidade deste tipo de trabalho, além de nunca terem tido um treinamento para atuar em atividade perigosa, como o detonamento de rochas⁶³. Além disso, os trabalhadores ficaram um longo período sem a utilização de equipamentos, como botas, óculos, uniforme adequado, luvas, protetor de ouvido, o que os deixavam vulneráveis ao pó dos minerais, passíveis de cortar as mãos com o manejo das rochas, além do alto risco da manipulação dos explosivos. O Sr. Reginaldo já trabalhou, durante alguns anos, na extração de brita para a empresa Rocha Ribeiro e depois

⁶³ Sr Reginaldo, 85 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014.

para Brita Express. Ele trabalhava no “Idracone”, processando a brita e relata que o salário era mínimo, descrevendo o trabalho, ele diz:

Era oito horas, nove hora, uma que também a gente tomava muito pó né? é um pó muito fino causa problema de câncer. As vezes tinha a segurança, mas só que quando eles forneceu o material, eu também já tava saindo já. Tinha máscara, protetor de ouvido, óculos, bota, luva (Reginaldo, 53 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Em entrevista com a auxiliar de administração Geovana⁶⁴ a mesma relata que, em outro tempo, existia uma função na qual o trabalhador tinha que ficar preso por uma correia para pegar ferro, correndo um alto risco de cair. Hoje não há necessidade mais dessa função, mas isso demonstra que trabalhadores já correram risco nessa atividade. Ao falar sobre o trabalho mais pesado hoje na pedreira, Geovana, a auxiliar do administrativo, afirma:

O marteleteiro, que é quando faz o furo na pedra pra colocar os explosivos, eu acho que o mais pesado, tem o martelo, ele segura e a pressão vai fazendo o furo (recebe este dois salários mínimos) agora que ele foi mandado embora a uns quatro meses, porque queria receber uns tempo de serviço aí (Geovana, 21 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Esse é um meio de trabalho que já foi fonte de renda para vários moradores, só que, atualmente, um pequeno número de trabalhadores (sete) está na usina. Ao questionar a um dos trabalhadores, o porquê dessa redução, ele diz:

Porque nessa brita agora o pessoa tá em aprendizagem, eles nunca trabalhô com brita, com pedreira, tá pegano os macete os pouco, que só tem duas máquina só e dois martelo que fura a pedra, quando é pra detonar vem o técnico de Salvador, para furar e detonar (Salvador, 35 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Essa fala remete ao quanto o trabalho é perigoso, pois os trabalhadores não são capacitados na função que exercem.

A empresa atuante é a Brita Express, em conversa com um dos trabalhadores, o mesmo expõe:

⁶⁴ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, 21 anos.

É carteira assinada. Eu trabalho na britadeira, tem as máquina. Aí a gente pega de sete a cinco, para doze pega duas (da tarde). Aqui tem umas oito pessoa que trabalha lá. A gente usa o protetor, máscara, óculos, tem a gabiê também mode puera. Tem mais que a gente tira até 1000, 1200. Que nem agora mesmo tá chovendo aí a gente num trabalha quais, num brita né, aí espera estiar e faz hora extra (Empregado da Pedreira. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Isso revela que a condição de trabalho desses trabalhadores melhoraram com o passar dos anos, entretanto, continuam sendo explorados de maneira sutil, num processo de alienação do trabalho. Sobre tais formas de alienação, Antunes afirma o seguinte:

Os benefícios aparentemente obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor (ANTUNES, 2001, p. 130).

Assim, no povoado de Itaipu não ocorre de maneira diferente, apesar dos trabalhadores serem formais, são explorados disfarçadamente pelo capital, sendo isto demonstrado nas altas jornadas de trabalho, na falta de segurança e nos erros na comprovação de seus cargos. As memórias dos moradores que trabalhavam ou trabalham na mineração traduzem uma das formas de exploração do trabalhador que resulta na mobilidade do trabalho. As demissões empreendidas a medida que uma empresa encerra seu contrato faz compreender que este trabalho não tem sido de tal maneira satisfatório para que os moradores do povoado permaneçam no lugar.

4.4 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESPAÇO: AS MEMÓRIAS

O povoado de Itaipu, no presente, possui uma maior quantidade populacional composta por idosos, os quais mantêm uma relação muito forte com o lugar e vivem essencialmente da aposentadoria, sendo que o trabalho, em suas variadas nuances, permanece vivo na memória de tais grupos familiares.

Na primeira visita ao campo empírico, foi possível identificar as mudanças ocorridas no lugar ao longo dos anos. Nos dias de hoje, os jovens também não permanecem no povoado dando continuidade a mobilidade do trabalho. Ao contrário disso, alguns ainda migram para as metrópoles nacionais, só que a maioria para cidades médias, principalmente Vitória da Conquista, dado que, esta já oferece uma maior oferta de empregos. Mesmo assim, o trabalho, nos centros urbanos, é precarizado, à medida que, muitos jovens vão trabalhar em construção civil, as mulheres como empregadas domésticas ou no comércio, como vendedoras. Então, mesmo não se submetendo ao trabalho temporário, as condições salariais são irrisórias, o que os leva a serem explorados de outras formas. O relato do Sr. Jesulino torna visível a mobilidade dessas pessoas para a cidade de Vitória da Conquista:

Ocê vê hoje ne Conquista tá bom de serviço, a turma daqui trabaia tud em conquista, Nandim mês leva de manhã. Aquí tem algum que trabaia nas roça, os que tem a terra né, ota ora faz manga⁶⁵, ai a maioria aqui é tud aposentado, os velho, os mais novo, essa rapaziada num quer trabaiaá mar ne roça, ai arruma serviço vai trabaiaá ne Conquista, tem um microonibus que leva de manhã e de tarde vai buscar [...]Aquí, dois mora em Conquista e trabaia lá, meu menino trabaia em obra de pedreiro, e a menina trabaia na fábrica de roupa (Sr Jesulino, 77 anos. Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014).

Os filhos do morador Jesulino, também se tornaram vítimas da mobilidade do trabalho. Entretanto, ao invés de, nos dias de hoje, migrarem para as cidades grandes, têm se deslocado para as cidades médias, tais como Vitória da Conquista, a qual já possui um crescimento urbano favorável, tendo em vista a inserção de polos de produtividade neste espaço, como por exemplo, um crescimento na oferta de empregos no setor comerciário e, na construção civil, bem como é perceptível uma maior facilidade de locomoção até a cidade. Neste sentido, as mudanças no espaço são demonstradas pelas novas configurações, assim sendo: “[...] os retornos são sempre para um lugar que se transformou, as camadas de nosso encontro interceptando e afetando um ao outro, a tessitura de um processo de espaço-tempo” (MASSEY, 2008, p. 202).

A falta de estudo de muitos que, desde cedo, tiveram de trabalhar na roça para ajudar os pais, como é o caso dessa família, os fazem submeter-se a trabalhos precários, que mesmo

⁶⁵ Conforme o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, a palavra manga significa: Pastagem cercada onde se guarda o gado. (1975, p. 878).

formalizados, os conduzem à exploração pelos capitalistas, como os donos de lojas e empresas responsáveis por construção de condomínios e edifícios.

O tempo passou e hoje o Sr. Jesulino se aposentou e vive, essencialmente, da sua aposentadoria, mas, segundo ele, os jovens da comunidade não querem mais “saber de trabalhar na roça!”. O espaço não se urbanizou, apenas alguns objetos foram inseridos, mas a essência ainda é de uma comunidade tradicional, o que motiva, ainda mais, os moradores mais novos a morar nos centros urbanos, principalmente na cidade de Vitória da Conquista, município ao qual o povoado está integrado. Um exemplo disso é o do morador Josevaldo⁶⁶, que, em busca de uma qualidade de vida melhor, tem deixado o trabalho nas roças nas mediações do povoado para trabalhar em Vitória da Conquista. A mobilidade do trabalho ainda permanece nas vivências das pessoas do povoado, porém as idas e vindas ocorrem em sua grande maioria para esta cidade. O Sr. Josevaldo vai todos os dias, num ônibus que sai do povoado às 06 horas e retorna às 15:45, sendo a sua profissão lá, locutor de porta de loja, um tipo de prestação de serviço às lojas, e ainda, durante o fim de semana, trabalha no povoado, num salão de beleza próprio, com intuito de adquirir uma renda extra. Porém, o morador relata que já trabalhou como lavrador, meeiro, nas roças dos pequenos proprietários da região, mas ao questioná-lo sobre o porquê de ter deixado esse tipo de trabalho para buscar emprego na cidade, ele afirma:

Hoje, as políticas públicas, elas não veem a zona rural como meio de fonte, o que eu vejo é que muitos políticos abandonam a zona rural por conta disso, o que eu vejo é que muita gente, não só eu tá deixando o campo pra cidade, porque tem melhores condições de vida, eu culpo nessa área falta de investimento político no campo. (Josevaldo Soares, 36 anos. Entrevista realizada no dia 03 de Outubro de 2015).

Essa narrativa revela que, até os dias de hoje, as forças estatais, não têm se preocupado em desenvolver projetos voltados para melhorar a estrutura dessa comunidade rural. Este é um dos motivos pelos quais muitas pessoas continuam saindo do lugar em busca de outras fontes de renda, principalmente, os mais jovens. Mas mesmo estes não deixam de retornar para o seu lugar de origem, mantendo vivo o sentimento de pertencimento ao lugar e a família.

⁶⁶ Entrevista realizada no dia 03 de Outubro de 2015, 36 anos.

Já os moradores idosos permanecem no lugar e afirmam com veemência a importância do espaço que vivem, tanto que guarda, em suas lembranças, a memória de um passado sofrido pelo trabalho que realizavam, mas que ao mesmo tempo proporcionava a estes uma satisfação, um prazer, divulgado nas falas dos moradores que diziam gostar de trabalhar.

Hoje, no povoado, o trabalho temporário nas casas de farinha já não existe mais, muitas casas de farinha dos pequenos agricultores da região não funcionam ou foram derrubadas.

E assim que o passado, tal como me parecia outrora, enfraquece-se lentamente. As novas imagens recobrem as antigas como nossos parentes mais próximos se interpõem entre nós e nossos ascendentes longínquos, se bem que, destes, conhecemos apenas aquilo que aqueles nos confiam. (HALBWACHS, 1990, p. 74).

A casa de farinha do povoado comunitária funciona esporadicamente, pois, consoante os moradores, poucos têm plantado mandioca, tendo em vista os preços baixos da farinha, bem como o fato das pessoas jovens do lugar não se interessarem, em sua maioria, por realizar este tipo de trabalho. Isso tem ocorrido, maiormente, devido à oferta de trabalho ter crescido nas cidades médias, tais como: Vitória da Conquista-BA. A moradora Terezinha Soares faz um breve relato sobre isso: “Aqui em Itaipu tá trabalhando tudo em Conquista, é duas vans de gente que sai (vans cheias), uma turma tá trabalhano lá ne Conquista e outros alí no Aras (**nas proximidades da sede**)”⁶⁷. Assim, com as facilidades de transporte, e, as ofertas de trabalho em regiões próximas, os moradores hoje não têm migrado mais para São Paulo. Em relação aos trabalhadores meeiros e diaristas, os mesmos se aposentaram, mas guardam a memória da luta que viveram enquanto trabalhadores.

Mesmo migrando para Vitória da Conquista, os jovens retornam diariamente para o povoado, mantendo assim o vínculo com o lugar de origem. Tais questões refletem o espaço em movimento, em que as transformações ocorrem, ao passo que novas relações sociais são construídas, as gerações que se seguem vão acrescentando significados diferentes ao lugar. Assim sendo: “Trata-se do espaço como a esfera de uma simultaneidade dinâmica, constantemente desconectada por novas chegadas, constantemente esperando por ser determinada (e, portanto, sempre indeterminada) pela construção de novas relações”

⁶⁷ Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, 38 anos.

(MASSEY, 2008, 160). Só que mesmo com a constante transformação do espaço, a memória sempre aproximará o passado vivido, o espaço de outrora não apaga enquanto se fazer presente na memória dos grupos. Diante do exposto:

O histórico tem suas consequências, o diacrônico, o que se passa modificando lugares inscrevendo-se de outra forma no espaço. O passado deixou traços, inscrições, escritura do tempo. Mas esse espaço é sempre hoje como outrora em espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões em ato. A memória liga-se decididamente a um lugar (CARLOS, 2007, p. 49).

Existe então, uma forte relação da memória com o lugar. As memórias dos grupos de famílias do povoado de Itaipu trouxeram essa aproximação do passado vivido por eles, em que a mobilidade do trabalho expressada nessa memória é tão presente em suas vidas e se reproduz, num outro formato na vivências dos jovens, pertencentes ao lugar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho principiou-se, como visto, apresentando discussões teóricas acerca da memória coletiva, o espaço social e o lugar, articulados pelo eixo mobilidade do trabalho. Tais conceitos foram contextualizados a fim de dar balizamento ao estudo sobre a mobilidade do trabalho expressa na memória dos moradores do povoado de Itaipu, demonstrando, também, de que maneira isso tem interferido nas transformações do lugar.

No estudo da memória, compreende-se que os grupos familiares do povoado buscam preservar suas tradições, mesmo que estas permaneçam na memória, mas não façam mais parte das formas de vida dos mesmos.

O espaço é percebido num contexto social, traduz a vivência dos grupos, só que também abrange um conteúdo mais amplo, a exemplo das configurações espaciais dos lugares, as quais estão sob o controle de forças estatais que atuam no povoado, promovendo a dispersão dos grupos familiares do seu lugar de origem, a fim de atraí-los para outros lugares, onde necessitam de força de trabalho.

Ressalta-se a definição de lugar, pois mesmo sendo semelhante a de espaço, possui significados específicos. Ao saber que a mobilidade do trabalho presente no povoado de Itaipu está articulada ao lugar como sendo um espaço do encontro e do não-encontro, é preponderante a discussão sobre tal categoria. Neste viés, a junção das trajetórias vivenciadas pelos trabalhadores, moradores do povoado, são evidenciadas pela expressão da memória coletiva, apresentada nas narrativas dos mesmos, e por meio destas é que se pode compreender as novas configurações do lugar.

No transcorrer deste estudo, há um breve histórico do povoado, a partir dos relatos dos moradores entrevistados. É perceptível a importância das tradições destes grupos, as quais, mesmo sendo abolidas na prática, permanecem na memória de tais moradores. A comemoração da “festa de São João”, por exemplo, era parte da tradição do povoado, porém nos dias de hoje não ocorre mais como antes. A festa tinha uma grande relevância para os moradores, sendo que os que iam trabalhar na colheita do café em regiões circunvizinhas, no período de Junho, retornavam para a festa que acontecia nesse mês, e, após os festejos, retornavam para a colheita até meados de Setembro. Hoje ainda existem resquícios da tradição, em que a maioria das famílias fazem fogueiras em comemoração a “São João”.

Ao destrinchar as trajetórias dos moradores entrevistados, associando às discussões teóricas, é notório que, ao longo dos anos, o espaço de Itaipu foi, paulatinamente, adquirindo novas matizes, dando significados novos ao lugar. As relações de trabalho contribuíram em suma para as mudanças ocorridas. Na década de 1930, por exemplo, a produção que se acentuava era a de mandioca, ao considerar que no povoado não havia muitas terras produtivas, os moradores precisavam, então, sair diariamente para trabalhar nas pequenas propriedades situadas em suas mediações, na condição de meeiros ou diaristas para os pequenos agricultores. A maior parte destes tinham suas próprias “casas de farinha”, onde a mandioca era processada, e aqueles trabalhadores também trabalhavam nessas casas de farinha, como diaristas. A mercadoria, nessa época, era levada em lotes de burro, geralmente por tropeiros que passavam pela região ou que tinham uma pequena propriedade no lugar, como é o caso do Sr. Juvenal (tropeiro). Com o passar do tempo, as tropas de burros foram sendo substituídas por caminhoneiros, os quais cobravam dos pequenos agricultores um frete para transportar as mercadorias até Vitória da Conquista-BA, na CEASA.

Já em meados de 1975, a produção já se diversificava no plantio de outras culturas, tais como: feijão, milho, repolho, tomate e maracujá. A medida que o espaço urbano de Vitória da Conquista crescia e as rodovias se expandiam, a concorrência dos pequenos agricultores de Itaipu com outros aumentava, tendo em vista que os mesmos não tinham apoio estatal para investir na produção, e também não puderam competir com os fazendeiros (donos de extensas propriedades agrícolas), por conseguinte, os preços das suas mercadorias foram despencando. Com isso, a produção reduziu ao longo dos anos, e, sobretudo, os meeiros e diaristas foram se aposentando e deixando o trabalho de lavradores. As casas de farinha, nos dias de hoje, estão fechadas ou foram derrubadas. Nesse cenário, vê-se que o espaço trouxe novas temporalidades para as novas gerações.

A prática do tropeirismo foi de imenso valor para o povoado, porque os tropeiros marcaram o lugar com suas tradições, e as histórias e trovas contadas por eles fazem parte hoje da memória coletiva dos moradores que vivenciaram o tempo em que os tropeiros passavam pelo lugar e se encarregavam de transportar as mercadorias para outras regiões, como Jequié-BA e Vitória da Conquista-BA. Vale salientar as desigualdades predominantes nas relações de trabalho neste período, sendo que os produtos, como por exemplo, a carne seca, a qual era preparada pelos moradores do lugar e levada em tropas para as cidades mais

próximas, não poderia ser consumida pelos mesmos, pois estes não tinham condições de comprar.

É necessário enfatizar que a divisão do trabalho no povoado se principia desde a relação familiar. A demonstração da proximidade entre as casas dos que são da mesma família se constitui numa característica da família extensa, pois, à medida que os indivíduos se casam, logo constroem suas casas próximas as dos seus pais. Há também uma hierarquia na divisão do trabalho, sendo que os filhos, desde a infância, já iniciam o trabalho na lavoura junto aos seus pais, com intuito de contribuir com o sustento da família. Visto isso, existe uma relação de vínculo entre os integrantes dos grupos familiares do povoado, a qual, em certos casos, é rompida por conta da mobilidade do capital atrelada à mobilidade do trabalho, que promovem o rompimento destes laços ao forçar tais trabalhadores a saírem de suas terras, atraindo-os para regiões onde necessitam de força de trabalho. Em se tratando dos moradores de Itaipu, muitos deles já migraram para a metrópole paulista, os homens foram para trabalhar, principalmente na construção civil e, as mulheres, na condição de empregadas domésticas, ganhavam salários ínfimos, mas que colaboravam no sustento de suas famílias que ficaram no povoado.

A renda no trabalho de meeiros e diaristas segundo eles, não fora suficiente para sobrevivência da família, contudo o vínculo com a terra e com parentes e amigos os faziam retornar. Aos que constituíam família na metrópole não viam outra alternativa a não ser permanecer em São Paulo. Nesses encontros e não-encontros é que as relações de trabalho vão se transformando, mas a junção de trajetórias vivenciadas ainda são mantidas pela memória coletiva expressa pelos moradores de Itaipu.

É notória uma resistência por parte de trabalhadores, moradores do povoado, no que respeita à conexão que têm com a terra, afirmam em suas narrativas que jamais saíram ou vão sair do lugar. Relatam os idosos as lutas enfrentadas no meio de trabalho, mas sobretudo, destacam que têm saudade do tempo de outrora, sobre o qual recordam com veemência, asseverando que só a morte os separarão do lugar em que vivem. Esse é o sentimento de pertencimento visto com clareza na memória expressa por tais lavradores.

Enfatizam-se as memórias dos moradores do povoado que saíam periodicamente (de junho à setembro), em caminhões que os transportavam para as grandes lavouras de café, pertencentes aos latifundiários, situadas em regiões circunvizinhas, como por exemplo, Planalto e Barra do Choça. As idas e vindas destes lavradores refletem a mobilidade do

trabalho presente nas diversas instâncias. Para eles, era um trabalho mais leve e com o qual se obtinha uma renda maior do que com o trabalho nas pequenas propriedades, no entorno do povoado. Mas, alienados nesse processo produtivo, eles eram explorados pelos fazendeiros, submetidos ao trabalho temporário precarizado, pois, ao término da colheita, após utilizada a sua força de trabalho, eram descartados.

As formas de exploração do trabalho pelo capital, no povoado, ocorrem de maneira bem sutil, a alienação dessa classe trabalhadora vai sendo percebida pela expressão da memória. Todavia, os mesmos não percebem o quanto são controlados pelas forças estatais condicionadas pelo sistema do capital ao terem que se submeter à mobilidade do trabalho. Até mesmo, quando as disparidades se evidenciavam região, na relação entre os pequenos agricultores, meeiros e diaristas, na qual os primeiros convidavam os demais para morar junto com eles e, assim como afirma moradores, eram tratados como filhos. Porém, nesse contato de compadrinamento, o pequeno agricultor estava interessado apenas na força de trabalho destes trabalhadores. Contudo, estes pequenos agricultores não podem ser comparados aos fazendeiros, pois os mesmos estão também subordinados ao capital, visto que, o final do processo produtivo não está em suas mãos, e sim sob o controle dos empresários, donos de grandes indústrias alimentícias, os quais compram a mercadoria dos primeiros a preços baixíssimos e com isso obtêm uma maior lucratividade. Enquanto que os pequenos agricultores não ficam com a renda da terra e ainda correm o risco de perderem toda a safra, e terem apenas prejuízo no final de sua produção, como já ocorreu com o agricultor Paulo.

A maior parte das narrativas esclarecem as dificuldades que os moradores tiveram em frequentar a escola, pois que, desde a infância, tiveram que trabalhar na lavoura. Este aspecto fez com que, posteriormente, os mesmos fossem trabalhar em outras regiões, em trabalhos precários (construção civil, empregadas domésticas) e temporários, vivenciando a dura realidade da exploração do trabalho.

Outra relação de trabalho existente no povoado é a dos trabalhadores que trabalham na mineração em uma Pedreira situada no próprio lugar. O proprietário da área, Sr. Idalino, cede para empresas mineradoras a extração de brita, firmando contratos provisórios com as mesmas que pagam uma grande quantia em dinheiro para o mesmo. Os funcionários são do próprio povoado, trabalham formalmente, porém sempre estiveram sujeitos a uma demissão iminente, pois a empresa contrata-os somente para retirada do material necessário, quase sempre destinado à construção civil. Os trabalhadores são superexplorados pelas empresas,

sob altas jornadas de trabalho, sem falar na periculosidade deste tipo de trabalho. A empresa atual já dispõe de equipamentos de segurança, mas os trabalhadores já passaram por muitas situações de perigo. A exploração do trabalho é claramente visível, de forma que, os funcionários têm em suas carteiras a função de serviços gerais, quando, na verdade, são operadores de máquinas e se, caso forem demitidos, não poderão comprovar a experiência que tiveram.

Entre os anos de 2004 e 2009⁶⁸, as migrações da região Nordeste do Brasil para as demais foram reduzindo, neste âmbito há de se considerar que o crescimento urbano das cidades médias no Nordeste é uma das principais causas desse processo. Em específico, os moradores do povoado de Itaipu, nos dias de hoje, não têm migrado mais para São Paulo, mas buscam trabalho em cidades mais próximas, principalmente Vitória da Conquista-BA, a fim de atuarem em sua maioria na construção civil e no comércio, como já foi supracitado. Nesse panorama, vê-se que a mobilidade se repete com outros formatos, os antigos meeiros e diaristas lavradores se aposentaram e as novas gerações pleiteiam outros meios de fonte de renda. Estes migram diariamente para Vitória da Conquista-BA, em ônibus ou van, e retornam no fim do dia para o povoado.

Diante de muitas questões discutidas ao longo deste trabalho, surge um leque de assuntos e aliado a isso, novas indagações, sendo que muitas delas ainda precisam ser respondidas e refletidas. Assim sendo, tais considerações é um pontapé inicial para o desenvolvimento de outros estudos a respeito da mobilidade do trabalho no povoado de Itaipu. Questões como: Que implicações a mobilidade do trabalho nos dias de hoje trazem para os moradores de Itaipu? Como esses elementos se expressam na memória dos moradores do povoado? Como esses sujeitos se percebem nessa condição de mobilidade do trabalho? Como se expressa a memória da ausência da mobilidade do trabalho? Estas questões são fontes de outros textos, pois que, este não se finda no termino deste trabalho, mas permite a possibilidade de uma continuidade da qual a memória faz parte. Enquanto houver grupos sociais no povoado de Itaipu, a memória do lugar e desses grupos permanecerá.

⁶⁸ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.E.S.; OLIVEIRA, E. S. Memória e Identidade social do trabalho. In: LOMBARDI, J. C., CASIMIRO, A. P. B S., MAGALHÃES, L. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2011.

AMARAL, U. T; MENDES, G. F. Aportes teórico-metodológicos para o estudo do lugar no ensino de geografia. In: IX COLÓQUIO NACIONAL E II COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 2011, UESB- vitória da conquista-BA, **Anais**, Vitória da Conquista: UESB, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. (14). ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, M. de F. I. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: região metropolitana de São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 15, n.1, São Paulo: 2001.

BAILLY, A. S. ET SCARIATI R, L' Humanisme em géographie In: BAILLY,^a et. al. **Les Concepts de la Géographie humaine**. Armand Colin: Paris, 1998.

BALLESTEROS, G. A. **Geografia y Humanismo**. Oikos-tau. Barcelona. 1992.

BENEDICTIS, N. M. S. M. **Política ambiental e desenvolvimento urbano na serra do periperi em Vitória da Conquista-BA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 383-384.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B et. al (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALLAI, H. C. Aprendendo a Ler o Mundo: A Geografia Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.25, nº66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>. > Acesso em: 10/05/2011.

CARLOS, A. F. A. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

DANTAS, E. F. **Os meeiros do cacau do sul da Bahia**: trabalho, corpo e documentação. 2014. Dissertação (mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ENGUIITA, M. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado.** Tradução: Telma Costa. Lisboa: Editorial teorema, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 1975.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Tradução de Maria do Rosário. Lisboa: Editorial estampa, 1977.

GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Revista de Sociologia e Política.** Vol. 17, nº 32: 33-49, fev. 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, editora revista dos tribunais, 1990.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris: Felix Alcan, 1925.

HARVEY, D. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Para entender o capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

IBGE, **Instituto brasileiro de geografia e estatística.** Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=6yyVYO7BtPPgATaICoDQ#q=ibge+povoado+de++Itaipu+Vit%C3%B3ria+da+ConquistC>. Acesso em: 24. 07. 2015.

IBGE. **Censos Demográficos do Brasil – Bahia.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980, 2010.

_____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro, 2011. 103 p.

JOB, V. R. Algumas considerações sobre o ciclo do ouro e o Tropeirismo. In: BONADIO, G. **O tropeirismo e a formação no Brasil.** Sorocaba: Academia sorocabana de letras: fundação ubaldino do amaral; Skol/momesso/caracu, 1984.

JUNIOR, A. T. Cultura e educação na roça encontros e desencontros. **Revista USP,** São Paulo, n. 64, Dezembro-Fevereiro, 2004-2005, p. 28-49.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 5. ed. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. R.J.: Paz e Terra, 1989.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão. et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice B. P. e Sérgio M. (do original: La production de l' espace. 4 ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início- fev. 2006.

LEFEBVRE, H. **Presencia e ausência**. México: Fondo de cultura econômica, 1983.

LOMBARDI, J. C. História, memória, educação. In: LOMBARDI, J. C., CASIMIRO, A. P. B S., MAGALHÃES, L. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2011.

MAGALHÃES, L. D.R; ALMEIDA, J.R.M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, J. C., CASIMIRO, A. P. B S., MAGALHÃES, L. D. R (Org.). **História, memória e educação**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2011.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. (3). ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra pra plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986b.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes: 1986a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. (2). ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, R. H. A. **Memória compartilhada e história**: entre alienação e ideologia. (Tese de doutorado – Programa de Mestrado e Doutorado em Memória: linguagem e sociedade). UESB: 2015.

MENDONÇA, M. R.; SANTANA, A. T. de. Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, nº 2, Dezembro, 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/07tristao1002.pdf>>. Acesso em: 24 de outubro de 2014.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVAIS, I. A. F. **Tropas e Tropeiros no Sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB. 2003. (Monografia).

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção**: agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

OLIVEIRA, F. F. de. **Degradação ambiental e impactos gerados a partir da exploração mineral no povoado de Itaipu, município de Vitória da Conquista-Ba.** Vitória da Conquista: UESB, 2012. (Monografia).

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução: Dora Rocha Flauman. **Estudos históricos.** Vol. 02, nº 03, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

SÁ, S. P. de. **Sobre o campo de estudo da memória social:** uma perspectiva psicossocial. Disponível em: www.scielo.br/prc. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

SAMPAIO, A. V. O. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista-BA.** (Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia). UFS: 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado,** fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SEI. **Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content>. Acesso em: 15 de Maio de 2015.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. de M.; MELO, B. M. de. Partir e ficar: dois mundos unidos pela trajetória dos migrantes. **Rev. Inter. Mob. Hum.** Brasília, Ano XVII, Nº 33, p. 129-151, jul./dez., 2009.

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. (Tese de Doutorado). UFS/NPGeo. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2008.

VIEIRA, Rogich, A Feira de Muare de Sorocaba. In. BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a Formação do Brasil.** Academia Sorocabana de Letras, Fundação Ubaldino do Amaral: Skol/Momesso/Caracu 1984, p.32-37.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

APÊNDICE A: QUADRO DOS ENTREVISTADOS

Nome	Idade	Funções exercidas no passado	Atividades exercidas no presente
Manuel Pereira da Silva	77 anos	Lavrador, diária, meeiro	Aposentado
Dona Clemencia Maria Ferreira	94 anos	Lavadora, diária (casas de farinha, rapadeira de mandioca e nas roças), meeira	Aposentada, faz trabalhos domésticos
Constância Rosa Teixeira	62 anos	Pequena proprietária-trabalhava como lavradora	Aposentada, faz trabalhos domésticos
Idalino	85 anos	Lavrador (trabalhava nas roças e morava com o dono da terra), nas casas de farinha, mexendo a farinha, meeiro	Aposentado, dono da terra onde está a Pedreira- Área de extração mineral.
Salvador	35 anos	Trabalhou na diária como lavrador, na cidade de Vitória da Conquista- fabrica de pia	Pedreira em Itaipu- operador de Escavadeira
Funcionário Pedreira- não se identificou	Não informou	Trabalhou como lavrador-diária, trabalhou em São Paulo- Pedreiro	Pedreira em Itaipu- Operador de máquina- britadeira
Geovana Freire Alves	21 anos	Trabalhou no comércio de Vitória da Conquista- vendedora	Auxiliar-administrativo- Pedreira- empresa: Brita Express
Gilvam	Não informou	Trabalhou como lavrador nas roças de seu pai, ajudava a família, nas casas de farinha	Marceneiro (micro-empresario) em São Paulo
Jesulino	77 anos	Lavrador (morava com o dono da terra), trabalhos temporários em São Paulo- construção civil, meeiro, na diária, em plantações de café em outras regiões, na pedreira, no britador.	Aposentado
Josefina Freire Lima	49 anos	Pequena proprietária (ajudava os pais na roça), trabalhava na diária para outros proprietários, comerciaria – “venda”.	Trabalha na venda junto com o esposo, trabalhos domésticos.
Reginaldo da Silva Ferreira	53 anos	Lavrador- trabalhava na diária, trabalhou em São Paulo como ajudante de pedreiro e faxineiro, bombeando água na prefeitura em Vitória da Conquista, na pedreira em Itaipu como pedreiro	Trabalha fazendo “bicos” como pedreiro.

		(montagem de ferragem) depois como Operador de Idracone.	
Ana Maria de Jesus Freire	45 anos	Trabalhou como lavradora-diária, colhendo café em outras regiões, rapadeira de mandioca em casa de farinha, empregada doméstica, em Vitória da Conquista-cuidando de fazenda.	Trabalhos domésticos
Anailde	67 anos	Lavradora- diária, trabalhava na roça, fazia farinha em casa de farinha, colhia café em outras regiões.	Aposentada
Célia de Jesus	48 anos	Lavradora- diária, meeira, em casa de farinha como rapadeira, trabalhou em São Paulo como Babá.	Trabalha em Vitória da Conquista-empregada doméstica
Atila	80 anos	Lavradora- diária, meeira, em casa de farinha- rapadeira, cessava a massa, na colheita de café em outras regiões.	Aposentada.
Esmeralda de Jesus	75 anos	Lavradora- pequena proprietária, diária, meeira, em casa de farinha como rapadeira, na colheita de café em outras regiões	Aposentada, trabalhos domésticos.
Maria Gomes Teixeira	65 anos	Trabalhava na diária rapando mandioca nas casas de farinha, lavradora- meeira.	Aposentada.
Rosa Pereira Ferreira	42 anos	Lavradora- pequena proprietária, diária- para outros, meeira.	Trabalho doméstico
Terezinha Soares Teixeira	38 anos	Pequena proprietária de terras e de uma casa de farinha na faz. Próximo ao povoado, doméstica.	Dona de uma pequena sorveteria em Itaipu.
Paulo	55 anos	Pequeno proprietário, lavrador.	Lavrador- trabalha também com criação de gado.
Jesuino	72 anos	Pequeno proprietário, lavrador.	Aposentado.
Josevaldo	36 anos	Lavrador, meeiro, diarista.	Locutor no comércio de vitória da Conquista, Cabelereiro no povoado de Itaipu.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB MESTRADO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

Título da pesquisa: Memória e mobilidade do trabalho no povoado de Itaipu, município de Vitória da Conquista-BA.

Mestranda: Urânia Teixeira Amaral

Orientadora: Prof. ^a: Ana Elizabeth Santos Alves

Levantamento Socioeconômico dos grupos familiares da comunidade de Itaipu, Município de Vitória da Conquista- BA.

1- Dados gerais da família:

1.1- Nome da mulher:

1.2- Idade:

1.3- Nível de escolaridade:

- a) () Analfabeto (não sabe ler)
- b) () Alfabetizado
- c) () Médio completo
- d) () Fundamental incompleto
- e) () Médio incompleto
- f) () Fundamental completo
- g) () Superior incompleto
- h) () Superior completo

1.4-Idade do Marido:

1.5-Nível de escolaridade do Marido:

1.6-Quantas pessoas moram aqui?

Filho

Filha

Neto

Marido

Sogra

Sogro

Nora

Genro

Outros parentes

Agregados

2.0 - Sobre os filhos:

2.1- Quantos filhos a Senhora têm?

2.2- Idade dos filhos:

- a) 1-5
- b) 5 -10
- c)10-15
- d) 15-20
- e) 20-25
- f) 25-30
- g) 30-35
- h)35-40
- i) Mais de 40

2.3- Nível de escolaridade:

- a) () Analfabeto (não sabe ler)
- b) () Alfabetizado
- c) () Médio completo
- d) () Fundamental incompleto
- e) () Médio incompleto
- f) () Fundamental completo
- g) () Superior incompleto
- h) () Superior completo

3.0- História de vida:

3.1- Há quanto tempo vivem aqui?

3.2 Como se reconhecem neste lugar?

4.0- Sobre o trabalho:

4.1- O que você faz durante o dia?

4.2- E seu marido?

4.3- Os filhos fazem o que?

5.0- Sobre a terra:

5.1- O que plantam aqui na região?

5.2- Vocês são os proprietários do pedaço de terra que possuem? Como foi que compraram?

6.0- O trabalho fora do povoado

6.1- Quantas pessoas da casa saem para trabalhar em outros lugares (pode ser em outras terras vizinhas ou longe, na usina, na cidade, em outras regiões, etc)?

Especificar quem sai (ou já saiu no passado) (Exemplo: o marido ou o filho ou a filha)

Especificar qual (is) o (s) motivo (s) que fazem sair de suas terras?

Especificar que atividades iam desenvolver (exemplo: na colheita do café, ajudante, quebrador de pedra)

Especificar o lugar (exemplos: ia trabalhar na Barra do Choça na colheita de café; ou, ia para São Paulo trabalhar de ajudante ou em casa de família)

Especificar o período (exemplo em 1999)

Especificar o tempo (exemplos: ficava uma semana e todo final de semana voltava para casa; ou, ia pela manhã e retornava à noite para casa; ou, passava um mês)

5.6- Qual o período do ano que migram para outras regiões para atuarem em trabalhos temporários

5.7- Por quanto tempo ficam nas outras regiões trabalhando?

7.0- O trabalho dos que já moraram em São Paulo:

7.1- Qual o trabalho desenvolviam em São Paulo?

7.2- Por quanto tempo ficaram morando lá?

7.3- Por que foram morar em São Paulo?

7.4- Mesmo morando em SP, quais os valores que aprenderam no povoado ainda permanecem e o que mudou na sua vivência?

7.4 Quando moraram em SP, o que permaneceu dos modos de vida aprendido aqui no povoado? O que mudou na vivência

7.5 Por que retornarm de São Paulo?

8.0- Trabalho nas casas de farinha:

8.1- Quantas casas de farinha têm no povoado? Quais ainda estão em funcionamento?

8.2- Qual era o trabalho desenvolvido pelas mulheres nas casas de farinha? Qual era o trabalho desenvolvido pelos homens? Como acontecia a divisão do trabalho entre os trabalhadores?

8.3- Onde a mercadoria produzida era comercializada? Como era transportada?

8.4- Quais eram as mercadorias levadas por tropeiros? Como ocorria?

8.5- Como era comercializados produtos como maracujá, tomate, repolho? Onde transportavam e onde era vendido?

9.0 O trabalho atual.

9.1- Quais são as principais atividades laborais desenvolvidas no povoado? E as que não mais existem?

9.1- Quais as mudanças que ocorreram no povoado? (o espaço vivido)

9.2- **O trabalho na família.**

Como o trabalho é dividido na família?

9.3- Onde os mais jovens trabalham?

5.8- Como se identificam neste lugar (enquanto trabalhadores)

5.9- Qual a relação que possuem com o povoado?

6.0- Porque permanecem morando aqui?

APÊNDICE C: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO E/OU DE IMAGEM

Eu _____, portador do RG: _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos da pesquisa intitulada *Memória e trabalho temporário de famílias da comunidade rural de Itaipu-BA*, que objetiva analisar a memória construída pelos grupos familiares sobre o trabalho, destacando a relação dos moradores com o trabalho e o lugar, declaro estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e meu nome. Através do presente termo, autorizo discente URÂNIA TEIXEIRA AMARAL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Caminho 04, 42/ casa, no Bairro Urbis V, Vitória da Conquista - Bahia, portadora do RG:1283896486, aluna regularmente matricula no programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a realizar as imagens que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização dos vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (*livros, dissertação, blogs, artigos, slides e transparências; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc; folder de apresentação; anúncios em revistas e jornais em geral; home page; cartazes; mídia eletrônica (painéis, vídeos, entre outros)*), bem como a citação do nome próprio em favor da aluna-pesquisadora acima especificada.

Vitória da Conquista - BA, ___ de _____ de 2014

Sujeito da Pesquisa

Discente/ Pesquisadora

APÊNDICE D: QUADRO DE PEQUENOS AGRICULTORES

Nome	Idade	Como adquiriu a propriedade da terra	Casa de Farinha
Cazuza	Faleceu em 2011 com 85 anos	Parte herdou do pai Francisco Teixeira e outra parte comprou de irmãos	Possuía, em funcionamento até meados de 2005
Zinaldo Alves Teixeira	58 anos	Herdou a terra do pai	Possuía, em funcionamento até 2014
Ademar Tavares de Oliveira	72 anos	Parte herdou do pai e outra parte comprou de sua irmã	Possuía, parou de funcionar à cerca de 20 anos atrás
Paulo Amaral de Oliveira	55 anos	Comprou a terra de terceiros	Não possuía
Pedro Soares de Oliveira	99 anos	Comprou a terra com trabalho na produção de mandioca.	Possuía, parou de funcionar à cerca de 20 anos atrás
Arli Amaral de Oliveira	56 anos	Herdou a terra do pai	Não possuía